

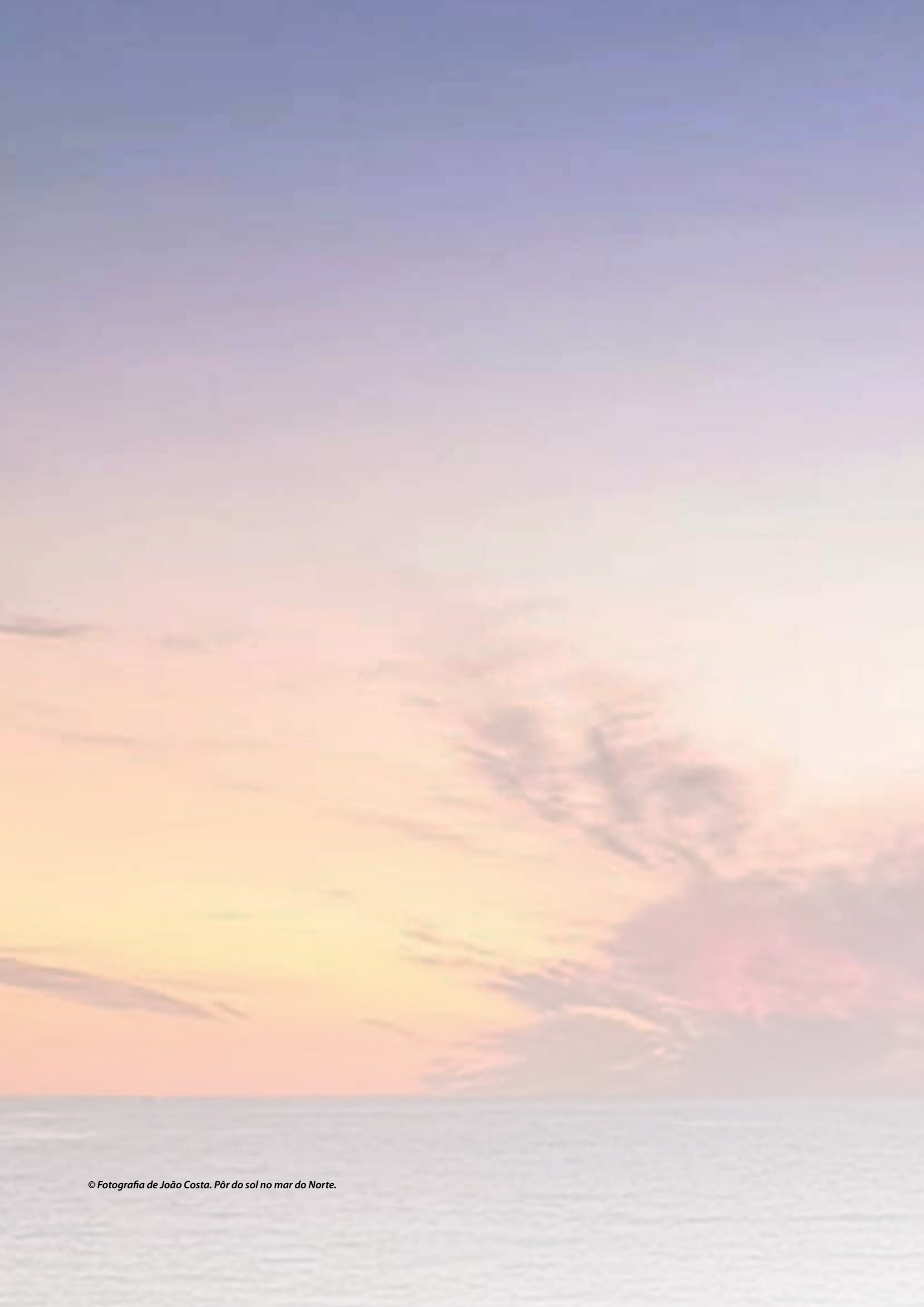
SEGUROS



MÚTUA

Relatório de Gestão e Contas 2025

Plano de atividades e orçamento 2026-2028



I. Órgãos Sociais	5
II. Convocatória da Assembleia Geral	6
III. Relatório de Gestão	
1. Enquadramento Económico e Social	7
1.1 A economia portuguesa	
1.2 A atividade seguradora	
1.3 A Pesca	
2. Factos relevantes	8
3. A Atividade da Mútua em 2025	9
3.1 Síntese da atividade	9
3.2 Principais variáveis e indicadores da atividade	10
3.3 Área Comercial	
3.4 Área Técnica	11
3.5 Área de Sistemas de informação	
3.6 Área Financeira e de Resseguro	12
3.7 Área de Ação Cooperativa e Comunicação	
3.8 Análise da carteira de prémios	13
3.9 Análise da Sinistralidade	15
3.10 Resseguro	16
3.11 Cobranças	17
3.12 Custos por Natureza	18
3.13 Investimentos	
3.14 Capital Próprio e Margem de Solvência	20
3.15 Garantias Financeiras	21
3.15.1 Passivos de contratos de Seguro	
3.16 Recursos Humanos	
3.16.1 Formação	22
3.17 Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno	
3.18 A Cooperativa	23
3.18.1 Segurança Marítima	
3.18.2 Projetos, Parcerias, Intercooperação e Associativismo	
3.18.3 Setor Cooperativo e Social	24
3.18.4 Acompanhamento Social	
3.18.5 Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários	
3.18.6 Informação e Comunicação	25
3.18.7 Ações de Marketing e Publicidade	
3.18.8 Coro Mútua	
4. Governação	
4.1 Alterações materiais ocorridas em 2025	
4.2 Estrutura de Governo	26
4.2.1 Assembleia Geral	
4.2.2 Conselho de Administração	
4.2.2.1 Comité de Gestão (CG)	
4.2.2.2 Comité de Quadros (CQ)	
4.2.2.3 Comité Comercial (CC)	
4.2.2.4 Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno (CGRCI)	
4.2.2.5 Comité de Cibersegurança	27
4.2.2.6 Comité de Avaliação da Adequação (CAA)	
4.2.3 Conselho Fiscal	
4.2.4 Revisor Oficial de Contas	
4.2.5 Comissão de Avaliação e Vencimentos	
4.2.6 Conselho Nacional	
4.2.7 Conselhos Regionais	28
4.3 Estrutura de suporte ao sistema de governo	
4.4 Funções Chave	
4.4.1 Gestão de Riscos	
4.4.2 Auditoria Interna e Verificação do Cumprimento	29
4.4.2.1 Auditoria Interna	
4.4.2.2 Verificação do cumprimento	
4.4.3 Função Chave Atuarial	
4.5 Outras Funções	
4.5.1 Provedor do Utente	
4.5.2 Encarregada de Proteção de Dados	
4.5.3 Função de Segurança da Informação	

5.	Política de Remuneração	30
6.	Aplicação de Resultados	31
7.	Perspetivas para o triénio 2026-2028	
8.	Agradecimentos	32
IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
	Demonstração da Posição Financeira	33
	Demonstração de Resultados	35
	Demonstração do Rendimento Integral	36
	Demonstração das Variações do Capital Próprio	37
	Demonstração dos Fluxos de Caixa	39
V. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
	Nota 1 Atividade e estrutura	40
	Nota 2 Bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas	
	Nota 3 Alterações às políticas contabilísticas	50
	Nota 4 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras	52
	Nota 5 Caixa e seus equivalentes	
	Nota 6 Investimentos em subsidiárias	
	Nota 7 Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	
	Nota 8 Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	53
	Nota 9 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	
	Nota 10 Terrenos e edifícios de uso próprio	54
	Nota 11 Terrenos e edifícios de rendimento	55
	Nota 12 Outros ativos tangíveis	56
	Nota 13 Outros ativos intangíveis	57
	Nota 14 Ativos de contratos de resseguro cedido	58
	Nota 15 Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	60
	Nota 16 Outros devedores por operações de seguros e outras operações	62
	Nota 17 Ativos e passivos por impostos	63
	Nota 18 Acréscimos e diferimentos	65
	Nota 19 Afetação dos investimentos e outros ativos	
	Nota 20 Passivos de contratos de seguro	66
	Nota 21 Outros passivos financeiros	67
	Nota 22 Outros credores por operações de seguros e outras operações	
	Nota 23 Capital social	68
	Nota 24 Reservas	
	Nota 25 Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	
	Nota 26 Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	69
	Nota 27 Réditos de contratos de seguro	
	Nota 28 Gastos de contrato de seguro	
	Nota 29 Réditos de contratos de resseguro cedido	72
	Nota 30 Gastos de contratos de resseguro cedido	73
	Nota 31 Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	74
	Nota 32 Rendimentos	
	Nota 33 Gastos financeiros	
	Nota 34 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	75
	Nota 35 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	
	Nota 36 Perdas por imparidade (líquidas de reversão)	
	Nota 37 Gastos não atribuíveis	76
	Nota 38 Outros rendimentos/gastos técnicos	77
	Nota 39 Outras provisões – variação	
	Nota 40 instrumentos financeiros	
	Nota 41 Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros	78
	Nota 42 Gestão de riscos, objetivos e políticas	80
	Nota 43 Gestão de capital	90
	Nota 44 Compromissos e contingências	91
	Nota 45 Partes relacionadas	
	Nota 46 Eventos após a data de balanço	
	Nota 47 Outros assuntos	92
	Anexo 1 Inventário de participações e instrumentos financeiros a 31.12.2025	93
VI. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal		
		95
VII. Certificação Legal de Contas		
		96
VIII. Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028		
		104
	Parecer do Conselho Fiscal ao Plano de Atividades	111

ÓRGÃOS SOCIAIS

Membros dos órgãos sociais da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Rui Manuel Barbosa Coelho e Campos

Vice-Presidente

Filipa Marta Torres Faria

Secretários

Agostinho Pereira da Mata
Jorge Fernando Leal Gonçalves

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

João Paulo Quinzico Delgado

Vice-Presidente

Álvaro José Rocha Bota Guia

Administradores - Efetivos

Arsénio Marques Caetano
Jerónimo Gomes Viana
Joaquim Manuel Simplício Anacleto
Sara Maria Paeta da Costa Domingues
Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

Administradores – Suplentes

Manuel Coentrão Pontes
Renato José Rigueira Rodrigues
Rui Miguel Guedes da Rosa

CONSELHO FISCAL

Presidente

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda

Vogais – Efetivos

Jorge Serafim Silva Abrantes
Pedro Jorge Ferreira de Moura

Suplentes

Ana Cristina Trigueiros da Rosa
Isabel da Graça Tavares da Hora Custodinho

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA
representada por:

Revisor Oficial de Contas – Efetivo

Maria Balbina Boino Cravo

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E VENCIMENTOS

Presidente

Adelino Carranquinha Cardoso

Vogais

Luís Manuel Ventura Corceiro Mendes
José Marcelino Correia Castanheira

CONSELHO NACIONAL

Membros da Mesa da Assembleia Geral (por inerência)

Adriana Silveira Luz
Alberto Miguel Moreira Gomes da Silva Cardoso
Anabela Tavares Valente
António Fernandes
Diogo do Carmo Soares
Elísio Alexandre Caneira Mendes
Fábio José Cerveira Mateus
Lázaro Miguel Lima Pires Silva
Lídio Fernando Rodrigues Galinho
Nuno Miguel Penim Ribeiro
Silvano Campos Costa Ferraz Fernandes
Marta Pita Casanova Figueiredo (*representante trabalhadores*)

CONSELHOS REGIONAIS

Norte
Centro
Sul
Algarve
Açores
Madeira

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, é convocada a **Assembleia Geral** da **Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.**, com o capital social variável mínimo de 6.000.000 de Euros, com sede em Lisboa, na Avenida Santos Dumont, n.º 57 - 6.º, 7.º e 8.º, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 16.616, para se reunir no dia **29 de março de 2026, pelas 09.30 horas**, no Hotel 3K Barcelona, sito à R. Laura Alves n.º 10, Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Relatório de Gestão, documentos de prestação de contas, parecer do Conselho Fiscal e respetivas conclusões, referentes ao exercício de 2025;
- 2.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta de aplicação dos resultados;
- 3.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta de transferência do valor de quatro milhões de euros da rubrica de Resultados Transitados para a conta Reservas Livres;
- 4.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta para o aumento do capital social da Cooperativa, por incorporação de reservas livres;
- 5.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos, no que diz respeito ao capital social (n.º 1 do artigo 7.º);
- 6.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta de aplicação do Fundo de Reserva para a educação cooperativa e formação cultural e técnica dos cooperadores, trabalhadores e comunidade;
- 7.º** - Apreciação, discussão e votação sobre o Relatório de Avaliação da Política de Remuneração;
- 8.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta do Conselho Fiscal para designação do Revisor Oficial de Contas para o biénio 2026-2027;
- 9.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Política de Seleção e Avaliação;
- 10.º** - Apreciação, discussão e votação da proposta de dispensa de caução dos membros do Conselho de Administração;
- 11.º** - Outros Assuntos relevantes.

Nos termos do n.º 2, do artigo 35.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos cooperadores com direito a voto, a assembleia reunirá validamente meia hora depois com qualquer número de participantes.

Lisboa, 9 de março de 2026

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Rui Manuel Barbosa Coelho e Campos

Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2025

1. Enquadramento Económico e Social

1.1. A economia portuguesa

A elaboração deste Relatório e Contas de 2025 decorre num contexto internacional marcado por forte instabilidade geopolítica e elevada incerteza. A persistência da guerra na Ucrânia, os conflitos no Médio Oriente e a tensão comercial global, agravada por tarifas e desequilíbrios estratégicos, continuam a impactar a geoeconomia mundial, as cadeias de abastecimento e os mercados financeiros, com efeitos diretos e indiretos sobre o crescimento, a inflação e o investimento.

Apesar deste enquadramento, as projeções do Banco de Portugal apontam para um crescimento estável da economia portuguesa: 2% em 2025, acelerando para 2,3% em 2026 e abrandando para 1,7% e 1,8% em 2027 e 2028, respetivamente. O dinamismo da procura interna, o alívio das condições financeiras e a execução dos fundos europeus têm sustentado esta evolução, embora os contributos das exportações e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) devam diminuir nos anos seguintes. A inflação deverá estabilizar em torno dos 2%, acompanhando a trajetória da zona euro, e o mercado de trabalho deverá manter níveis historicamente elevados de emprego, embora condicionado pela redução dos fluxos migratórios. A OCDE confirma este cenário, antecipando um crescimento de 1,9% em 2025 e 2,2% em 2026, seguido de uma desaceleração em 2027. O crescimento salarial e a redução da inflação deverão apoiar o consumo, mas o fim dos apoios orçamentais e a conclusão do PRR poderão travar o investimento público e limitar a expansão económica. As previsões orçamentais apontam para um saldo equilibrado em 2025 e défices moderados nos anos seguintes, enquanto a dívida pública deverá manter uma trajetória descendente, aproximando-se dos 80% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2028.

Neste quadro, o principal desafio estratégico passa por garantir a sustentabilidade do crescimento num ambiente externo volátil e num contexto interno de envelhecimento populacional. O aumento da produtividade, a afetação eficiente dos recursos, a qualificação da força de trabalho e a estabilidade das contas públicas assumem-se como vetores críticos para a resiliência económica. Estes fatores foram devidamente considerados no planeamento estratégico da Mútua dos Pescadores.

1.2. A atividade seguradora

Em 2025, o mercado segurador em Portugal demonstrou um crescimento significativo, com o volume de prémios de seguro direto a aumentar 13% face ao período homólogo.

Efetuada uma análise por ramos, quer o ramo Vida, quer os ramos Não Vida, registaram aumentos, de 17,1% e 9,2% respetivamente.

No ramo Vida, os planos de poupança reforma (PPR) viram a sua produção aumentar 12,1%, embora o seu crescimento tenha acompanhado a tendência do ramo, o seu peso diminuiu 1,2 pontos percentuais face ao ano anterior (26% em 2025 e 27,2% em 2024).

Nos ramos Não Vida, a maioria dos ramos apresentaram um crescimento, sendo de destacar Doença (12,3%), Automóvel (9,9%), Acidentes de Trabalho (8,4%) e Incêndio e Outros Danos (8%).

No caso da Mútua dos Pescadores, os principais elementos condicionadores da sua evolução económica e financeira advirão, sobretudo, do comportamento dos principais setores em que a companhia exerce a sua atividade – a pesca e demais atividades ligadas à Economia do Mar, que mantêm sinais preocupantes, no que diz respeito à (in)disponibilidade de mão-de-obra qualificada e às limitações impostas à atividade da pesca. De sinal diferente identifica-se a evolução das atividades marítimo turísticas ligadas ao crescimento da “indústria” do turismo e do lazer.

1.3. A Pesca

Importa iniciar a redação deste documento com uma questão relevante, que pode significar muito sobre o ponto atual do setor piscatório nacional: a publicação anual das Estatísticas da Pesca referentes a 2024, publicada em 2025, da responsabilidade do INE e da DGRM, passa, pela primeira vez, a não registar os indicadores de marítimos inscritos em embarcações de pesca em Portugal.

Com isto, apenas podemos reafirmar que o ano de 2025 se inicia com uma quebra de profissionais do setor (-34 profissionais que no mesmo período do ano anterior), mas já não conseguimos analisar, por falta de dados, se esta quebra se mantém no início do ano de 2026. Partia-se também para o ano de 2025 com um novo agravamento da balança comercial de produtos da pesca, dado que o mesmo, em 2023, situava-se nos 1.176M/€, e em 2024 regista-se um aumento de 67,3M/€, passando a fixar-se nos 1.275M€ (e antevê-se um novo aumento em 2025). Mais uma vez reforçamos que estes valores, de tal forma elevados, não deixam de ser brutalmente penalizadores, sendo inegável a necessidade de reforçar a capacidade de produção nacional num país com um tão elevado consumo de pescado per capita/ano.

O ano de 2025 volta a ficar marcado pela elevada sinistralidade, designadamente na sua ponta final, onde se registaram vários mortos e perdas totais de embarcações de pesca. “Vila de Caminha”, “Carlos Cunha” e “Trajano” foram alguns dos exemplos mais significativos e impactantes. Com períodos muito alargados de inatividade tendo em conta as condições

de tempo verificadas no último trimestre de 2025, os níveis de risco aumentam, tendo em conta também a ausência de rendimentos e a necessidade de sair para o mar para reverter situações sociais difíceis daí decorrentes.

Nas comunidades a inquietação é permanente e de forma reiterada reclamam-se por mais apoios nestas situações, por mais investimentos públicos nas condições de busca e salvamento marítimo, dragagens de barras e bacias de manobra, nas condições gerais dos portos, reclama-se pela reativação da Comissão Permanente para a Segurança dos Homens do Mar de Acompanhamento à Segurança dos Homens do Mar (CPASHM), e pela aplicação efetivas das suas recomendações, bem como das recomendações do Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos (GAMA), reclama-se por apoios à aquisição de meios individuais e coletivos de segurança e sobrevivência a bordo das embarcações.

Em relação aos principais indicadores referentes ao desempenho económico do setor da pesca para o ano de 2025 (DATA-PESCAS nº147), é possível afirmar que os seus profissionais e empresas perderam rendimentos de forma assinalável pelo segundo ano consecutivo. Este quadro económico terá por certo um impacto muito negativo naquilo que é a necessidade de reequilibrar um setor estratégico para o país, desde logo porque garante o abastecimento público de pescado, só por si um fator de soberania e de independência do país. Quanto mais enfraquecido este setor estiver, mais dependente de fatores externos estará, por arrastamento, o próprio país.

Durante o ano de 2025 as descargas de pescado decresceram 2% no plano global, atingindo, em termos de total descarregado (td) as 119.678 ton., ou seja, menos, sensivelmente, 3.000 ton. do que em 2024. Neste quadro, o preço médio por quilo de pescado (PM) cresceu 4,60%, atingindo o valor de 2,73€/kg. Registam-se reduções expressivas de capturas nos segmentos do Arrasto e na Polivalente. Só o cerco teve um crescimento "anémico" de 0,3%. O arrasto com uma redução de 7,7%, seguindo-se a polivalente com uma redução de 15,2%.

Os portos mais relevantes em termos de descargas foram Matosinhos (td: 23.864,5 ton.) com um aumento de 19,6%, retomando, depois de vários anos, a primeira posição a nível nacional, Sesimbra (td: 20.394,2 ton.), com uma quebra de 20,8%, e Peniche (td: 15.394,7 ton.), com um crescimento ligeiro de 2,1%.

No que toca às regiões autónomas, a Madeira regista um ténue crescimento das capturas de 0,8% (total descarregado (td): 3.557,3 ton.), e os Açores tem um crescimento muito significativo, face ao ano anterior, de 35,4% (td: 12.938,4 ton.); destaca-se uma redução de 4,76% do PM do pescado na Madeira (4,60 Euros/kg), o que penaliza os rendimentos de quem vive da pesca, dado que o crescimento de descargas não é significativo o suficiente para compensar a quebra da produção que se assinala. Já o PM nos Açores fixou-se em 3,63 €/kg, com uma desvalorização significativa de 12,74% face ao ano anterior, apenas compensada pelo crescimento exponencial das descargas.

As espécies mais capturadas no contexto nacional foram: a sardinha (+12,9%), a cavala (-25,9%), o carapau (-7,8%), o biqueirão (+55%) e o polvo (-6,6%). Os preços médios de cada espécie são os seguintes: a sardinha (1,22 €/kg), a cavala (0,64 €/kg), o carapau (1,51€/kg), o biqueirão (1,97 €/kg) e o polvo (8,82 €/kg).

O défice da balança comercial de produtos da pesca, à data da redação deste documento ainda não estava devidamente contabilizado. A setembro (últimos dados conhecidos), faltando ainda registar o último trimestre do ano, que foi altamente penalizador, o défice tinha-se agravado cerca de 190M/€ face ao período homólogo, situando-se acima dos 1.109M/€. Este agravamento é registado num quadro de crescimento das descargas, que a setembro se situavam acima dos 6%. Desta forma, permite-nos assinalar que o crescimento do défice poderá resultar da exponencial procura e da necessidade de reforçar as importações a preços mais penalizadores que no ano anterior.

No plano geral, com quebras de 2% nas descargas, mas com o PM a aumentar na casa dos 4,6%, é possível afirmar que este ano as receitas no setor parecem ser superiores na casa dos 28M/€, visto que o pescado, em termos médios, valorizou cerca de 12 cêntimos/kg.

Ainda que pelo segundo ano consecutivo se tenha verificado uma certa contenção da inflação no nosso país, os aumentos da receita no setor podem não ser suficientes para aguentar na mesma medida a subida de preços de bens (onde se destaca o preço do cabaz alimentar) e serviços nos últimos anos, colocando o setor em perda continuada de rendimentos.

2. Factos relevantes

O ano de 2025 ficou marcado, no plano interno, pelas eleições para os órgãos sociais que assegurarão os destinos da cooperativa até ao final de 2028. Com uma mobilização e participação significativa, confirmou-se a legitimidade da lista que se propunha dar continuidade a este projeto profundamente solidário e humanista.

Com a eleição da anterior Diretora Financeira e de Resseguro para o Conselho de Administração, foram nomeados uma nova Diretora e um novo responsável pela Função Chave Atuarial, promovendo uma reorganização nesta Direção de Serviços, nomeadamente com o reforço da área de Gestão de Riscos.

No final do ano, a anterior Diretora Geral informou da sua saída, por ter assumido funções noutra instituição, o que desencadeou o seu processo de substituição, que viria a ser concluído em janeiro de 2026.

Ainda no final do ano foi nomeado o Diretor e criada a nova Direção de Serviços de Tecnologias de Informação, incrementando a capacidade de análise e intervenção da cooperativa nas matérias da cibersegurança e da transição digital.

Confirmou-se, ao longo do ano de 2025, a tendência para o crescimento do recrutamento de trabalhadores imigrantes, designadamente oriundos da Indonésia, para a atividade da pesca, colocando desafios muito relevantes ao seu acolhimento nas comunidades, à sua integração, à defesa dos seus direitos e condições para o exercício da atividade; a par da necessidade de medidas adequadas para a promoção do envolvimento das novas gerações do nosso país nesta atividade económica tão importante.

O ano foi ainda marcado pelo anúncio da saída do Estado português da CASES, criando uma situação complexa e preocupante no que respeita ao acompanhamento e apoio à evolução, desenvolvimento e sustentabilidade do movimento cooperativo.

Na Mútua dos Pescadores, os Prémios Brutos Emitidos atingiram um valor superior aos 13 milhões de euros, acima do objetivo traçado, resultado atingido com o esforço de todos, em estreita relação com as comunidades, num processo de crescimento contínuo e consistente da Mútua dos Pescadores.

3. A Atividade da Mútua em 2025

3.1. Síntese da atividade

A Mútua dos Pescadores manteve o crescimento do seu volume de prémios, encerrando 2025 com uma produção de Prémios Brutos Emitidos de 13.322.561 euros, o que representou um crescimento de 6,4% em relação a 2024.

Na atividade corrente, destacam-se aumentos nos prémios em todos os ramos, com exceção em Incêndio que permaneceu inalterado.

Em 2025, o valor total dos custos com sinistros ascendeu a 7.345.167 euros, marcando uma diminuição de 11,5% em relação a 2024, impulsionado principalmente pela redução em Marítimo de 42,61%.

As Despesas Gerais aumentaram 4,2% em relação a 2024, com destaque para o crescimento das despesas com órgãos sociais (+54,2%) e para as remunerações de mediação que aumentaram 10,5%. De salientar que este crescimento das despesas gerais se encontra perfeitamente suportadas com o crescimento dos réditos de contratos de seguro os quais atingiram 6,1%.

Na vertente financeira, a carteira de Investimentos alcançou os 49.212.220 euros no final de 2025, mantendo-se em linha com a "Política de Investimentos", a qual prioriza a diversificação e critérios de prudência na seleção dos ativos.

O resultado do exercício antes de Impostos foi positivo em 1.912.098 euros, e, após impostos, atingiu 1.650.446 euros, sendo a diferença explicada por impostos correntes de 310.400 euros e impostos diferidos de 48.747 euros.

A valorização da Ponto Seguro-Mediação de Seguros, S.A. contribuiu com 384.832 euros para o resultado da Mútua dos Pescadores.

3.2. Principais variáveis e indicadores da atividade

(valores em euros)

QUADRO 1 - PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE			
	2025	2024	Varição (%)
Demonstração da Posição Financeira			
Investimentos	48 989 061	44 554 674	10,0%
Ativo Líquido	59 389 294	55 468 831	7,1%
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida	25 226 599	24 654 320	2,3%
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida/de serviços futuros	1 683 719	1 559 163	8,0%
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida/de serviços passados	23 542 880	23 095 158	1,9%
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida líquidos de resseguro	18 934 891	19 220 400	-1,5%
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida/de serviços passados líquidos de resseguro	17 896 942	18 161 976	-1,5%
Capital Próprio	21 523 870	19 271 480	11,7%
Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos	13 322 561	12 518 493	6,4%
Réditos de contratos de seguro	13 198 005	12 439 486	6,1%
Gastos de contratos de seguro	10 702 714	11 614 572	-7,9%
Sinistros ocorridos e alterações relativas a serviços passados	7 345 167	8 301 939	-11,5%
Custos de sinistros atribuíveis a contratos de seguro	1 128 660	1 124 668	0,4%
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro	1 295 604	1 280 859	1,2%
Outras despesas atribuíveis	933 282	907 106	2,9%
Réditos de contratos de resseguro cedido	2 979 382	3 987 136	-25,3%
Gastos de contratos de resseguro cedido	3 518 946	3 337 941	5,4%
Resultado de contratos de seguro líquidos de resseguro	1 955 727	1 474 109	32,7%
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	(356 055)	(351 287)	1,4%
Resultados dos Investimentos	1 438 904	1 303 808	10,4%
Gastos não atribuíveis	1 518 024	1 370 513	10,8%
Out. Rendimentos/gastos não técnicos	(4 732)	3 547	-233,4%
Resultado Técnico	1 515 821	1 059 664	43,0%
Resultado Líquido	1 650 446	1 324 355	24,6%
Indicadores			
Taxa de sinistralidade de seguro direto (Custos com sinistros/Réditos de Contratos de Seguro)	56%	67%	
Resultado Líquido/Réditos de Contratos de Seguro	12%	11%	
Rácio combinado de seguro direto (Gastos com contratos de seguro/Réditos de Contratos de Seguro)	81%	93%	
Rácio combinado líquido de resseguro	80%	84%	

3.3. Área Comercial

A Mútua dos Pescadores, a 31 dezembro 2025, revelou um crescimento de prémios comerciais de 6,92%.

Este crescimento revela uma melhoria significativa na produção relativamente ao ano anterior e decorre do progresso e expansão da seguradora na última década.

Das várias zonas comerciais, apenas uma apresenta um decréscimo, decorrente das adversidades vividas em parcelas da pesca em Portugal.

A atividade da pesca, mantém-se num quadro de grandes adversidades, desde a redução das quotas de captura de algumas espécies, a escassez de mão-de-obra, a falta de manutenção e a consequente deterioração de alguns portos de pesca e entrepostos, a idade avançada das embarcações, a definição de áreas marinhas protegidas sem acautelar os impactos nas comunidades piscatórias, entre outros.

Estes contratempos e obstáculos dificultam o crescimento da cooperativa neste setor. Devemos, no entanto, destacar e salientar um crescimento assinalável na náutica de recreio e na atividade marítimo-turística.

Em 2025, prosseguimos o trabalho de robustecimento de coberturas, com soluções ímpares do restante mercado segurador especialmente para a atividade marítimo-turística.

3.4. Área Técnica

O ano de 2025 foi particularmente exigente para o Departamento Técnico, na normalização e automatização de tarefas, na criação de novos produtos, na atualização de tarifas, mas também com mudanças da estrutura de recursos humanos, com entrada e saída de trabalhadores do Departamento Técnico. Para além das exigências já expostas, o ano de 2025 fica marcado por sinistros com carácter bastante rigoroso, não só pelas perdas materiais, mas também pela perda de vidas.

O ano passado fica marcado por uma sinistralidade incidente, nos seguros de acidentes de trabalho, de acidentes pessoais e marítimo no caso do 4.º trimestre. Estes sinistros exigiram um acrescido esforço dos gestores de sinistros, pelo volume acentuado de processos em desenvolvimento.

Na vertente de recursos humanos, verificaram-se algumas alterações no quadro de pessoal, o que levou a maiores dificuldades na atempada gestão de processos, quer na área de subscrição quer na área de sinistros.

O Departamento Técnico esteve empenhado na construção de fluxos de trabalho para a gestão de sinistros, gestão de processos médicos e gestão de fluxo de vida das apólices.

As tarifas e a sua modernização, mereceram uma particular atenção. Em 2025 foi possível atualizar a tarifa do seguro de marítimo casco. Foi criada uma tarifa para seguro de acidentes de trabalho independentes, bem como o respetivo manual tarifário. Mereceu atenção o manual tarifário do seguro de acidentes pessoais, que foi atualizado e entrará em produção no ano de 2026.

Além das tarefas já elencadas, o Departamento Técnico manteve a sua atividade diária com regularidade, nomeadamente, no acompanhamento à carteira de seguros e na avaliação periódica das taxas praticadas em cada seguro individualmente.

As vistorias a embarcações de Pesca, Náutica de Recreio e atividade Marítimo Turística, com prevalência para as embarcações mais antigas e com capitais mais elevados, foram alvo de avaliação, para um equilíbrio entre o capital seguro e o valor real do bem.

Os contratos de prestação de serviços de saúde, para os sinistrados de acidentes de trabalho, foram atualizados. A necessidade de diversificação dos prestadores de serviços de avaliação do dano físico, da peritagem do bem material e da sua avaliação regular, levou ao fortalecimento da procura de novos operadores do mercado, o que se vem concretizando.

A formação dos trabalhadores do Departamento Técnico mantém-se como área de intervenção central, tendo-se continuado a formação, com particular incidência na atividade seguradora.

3.5. Área de Sistemas de Informação

A renovação da infraestrutura de comunicações de dados e voz foi devidamente aprovada e o processo de implementação encontra-se concluído no que respeita ao upgrade planeado para o ano 2025.

Este projeto teve como objetivo modernizar a infraestrutura tecnológica, garantindo maior capacidade, fiabilidade, desempenho e segurança nas comunicações internas e externas da organização.

A conclusão do upgrade representa um passo estratégico na melhoria da qualidade dos serviços de rede, assegurando melhor suporte às necessidades operacionais atuais e futuras.

A implementação global da renovação da infraestrutura encontra-se enquadrada no plano estratégico definido, com a conclusão total do projeto no final do ano de 2025.

Foi realizado o upgrade tecnológico da infraestrutura de comunicações, com upgrade do circuito principal (FO), permitindo um aumento significativo dos débitos de transmissão de dados.

Este reforço de capacidade veio melhorar substancialmente o desempenho, a estabilidade e a disponibilidade das comunicações, assegurando maior largura de banda para suportar as necessidades operacionais atuais e futuras da organização.

Adicionalmente, foi construída uma conduta de comunicações dedicada e exclusiva ao Datacenter da organização no Edifício Mútua dos Pescadores, garantindo maior segurança, segregação física da infraestrutura e resiliência do sistema.

Esta intervenção permite reduzir riscos operacionais, minimizar pontos únicos de falha e reforçar a continuidade de negócio, alinhando a infraestrutura com boas práticas de segurança e disponibilidade.

O projeto de Gestão Documental como um todo, transversal à organização, em fase final da sua implementação com a estruturação de novos workflows para o Departamento Técnico, Financeiro e de Sistemas de Informação.

Outro ponto de destaque foi a implementação de novos Webservices destinados à automatização de processos de negócio, reforçando a integração entre sistemas e permitindo fluxos de trabalho mais ágeis, precisos e menos dependentes de intervenção manual. Esta iniciativa visa potenciar a eficiência operacional e apoiar a tomada de decisões de forma mais rápida e informada, consolidando a tecnologia como um verdadeiro vetor estratégico da organização.

Foi implementado um novo portal do trabalhador em 2025, que permitirá a marcação do tempo de trabalho, a justificação de faltas e a o planeamento de dias de férias.

No ano de 2025 o Departamento de Sistemas de Informação manteve a sua participação na implementação de medidas de proteção, controlo e monitorização de dados pessoais no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). E, o contínuo fortalecimento da segurança da informação e compliance com o DORA e NIS2.

A formação dos trabalhadores do Departamento de Sistemas de Informação continuou a ser central para a melhoria contínua do trabalho desenvolvido individualmente por cada um dos trabalhadores, mas também de forma coletiva.

O Departamento de Sistemas de Informação manteve o seu contínuo apoio no desenvolvimento e colocação de produtos no eGIS.

Ficou definido em plano de projetos, a continuidade na modernização da infraestrutura de comunicações de dados no Edifício Mútua e Balcões, a reestruturação e segmentação do Networking no Datacenter (Switching/Routing), a implementação de redundância no Datacenter para assegurar continuidade e resiliência operacional, em cumprimento ao PCN (Plano de Continuidade de Negócio).

O contínuo desenvolvimento e implementação de novos Webservices para automatização de processos de negócio.

Foi também aprovado o projeto de implementação do myGIS, incluindo a Conciliação Bancária para o Departamento de Contabilidade.

O Departamento de Sistemas de Informação, concluiu em setembro de 2025 com sucesso o projeto de upgrade para a versão 6.33 do seu CORE – GIS (Gestão Integrada de Seguros) incluindo também a instalação do Integration HUB para a integração com webservices.

No âmbito do desenvolvimento tecnológico continua a ser necessário aumentar o nível de atenção com a segurança dos sistemas informáticos, face aos Ciberataques, que as organizações podem estar sujeitas. A Cibersegurança passou a estar na ordem do dia e foi necessário alocar mais meios de proteção. Com investimentos em tecnologia como Crowdstrike e para pentestings Ethhack.

3.6. Área Financeira e de Resseguro

Dando seguimento às medidas de acompanhamento, foram intensificados os processos de monitorização da carteira de investimentos, da solvência e do controlo da liquidez. O acompanhamento e controlo trimestral das despesas gerais continuaram a ser realizados de acordo com as normas estabelecidas. As auditorias internas foram mantidas conforme o plano anual, com foco na avaliação contínua da eficácia dos processos implementados.

No âmbito do exercício de autoavaliação do risco e da solvência, mantiveram-se os cenários definidos na Política de Autoavaliação do Risco e da Solvência, com base na evolução da conjuntura económica e nas perspetivas para os próximos anos, e foram incorporados “Cenários de sustentabilidade” e “Cenários relacionados com as Tecnologias de Informação e Comunicação”, estes últimos numa avaliação qualitativa.

A monitorização dos indicadores de performance (KPI) e dos indicadores de risco (KRI) foi mantida, garantindo o acompanhamento contínuo do desempenho da empresa.

Adicionalmente, foi realizado o orçamento plurianual (2026-2028), o qual reflete a estratégia delineada pelo Conselho de Administração, com a manutenção das principais orientações estratégicas para o desenvolvimento da Mútua dos Pescadores no horizonte de três anos.

3.7. Área de Ação Cooperativa e Comunicação

Destaca-se o processo eleitoral da cooperativa, que elegeu os órgãos para o quadriénio 2025-2028, tendo-se apresentado uma lista às eleições, sob o mote “Seguros hoje para garantir o amanhã”, com um projeto de continuidade do mandato anterior. No âmbito do Ano Internacional das Cooperativas, a Mútua dos Pescadores, em parceria com a autarquia de Sesimbra, organizou uma iniciativa nacional que juntou diversas organizações do setor cooperativo no mês de novembro.

3.8. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto

(valores em euros)

QUADRO 2 - PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS			
Ramos	2025	2024	Varição (%)
Acidentes de Trabalho	7 724 445	7 168 704	7,75%
Acidentes Pessoais	1 292 510	1 259 988	2,58%
Incêndio	957	957	0,00%
Multirriscos	295 545	240 870	22,70%
Marítimo	4 009 105	3 847 974	4,19%
Total	13 322 561	12 518 493	6,42%

O total da produção cresceu 6,42%, passando de 12.518.493 euros em 2024 para 13.322.561 euros em 2025. Esse aumento reforça a tendência de crescimento na produção.

- Acidentes de Trabalho: Houve um aumento de 7,75%, passando de 7.168.704 euros em 2024 para 7.724.445 euros em 2025. Este ramo representa uma parte significativa da carteira. Este crescimento está fortemente ligado à “Segurpesca XXI” (+14,59%).
- Acidentes Pessoais: Apresentou um crescimento de 2,58%, subindo de 1.259.988 euros para 1.292.510 euros. Destaque para o aumento das “Outras atividades” (9,29%) e da “Náutica de Recreio” (7,47%) e para a diminuição da atividade da “Pesca” (5,99%).
- Incêndio: Não houve variação, permanecendo constante em 957 euros.
- Multirriscos: Este ramo teve um aumento muito significativo de 22,70%, passando de 240.870 euros em 2024 para 295.545 euros em 2025.
- Marítimo: Houve um aumento de 4,19%, subindo de 3.847.974 euros para 4.009.105 euros. Este crescimento foi essencialmente suportado pelas atividades de “Náutica de Recreio” (8,18%).

Desde a aplicação da IFRS 17, o conceito de Prémios Brutos Emitidos deixa de estar explícito na “Demonstração de Resultados”, tendo surgido o conceito de “Réditos de Contratos de Seguro”. Este valor integra os Prémios Brutos emitidos (PBE) e a variação da Provisão para prémios não adquiridos de seguro direto (PPNA) correspondendo assim aos Prémios Adquiridos de Seguro Direto.

(valores em euros)

QUADRO 3 - PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS VS RÉDITOS		
Ramos	2025	
	PBE	Réditos
Acidentes de Trabalho	7 724 445	7 695 135
Acidentes Pessoais	1 292 510	1 284 621
Incêndio e Elementos da Natureza	957	957
Multirriscos	295 545	299 016
Marítimo	4 009 105	3 918 276
Total	13 322 561	13 198 005

Estrutura da Carteira de Prémios



A distribuição de prémios pelos vetores estratégicos tem permanecido estável, com o setor da Pesca a representar 72% da produção, consolidando-se como a grande área de especialização da Mútua.

Estrutura da Carteira de Prémios por Ramos

A carteira em 31 de dezembro de 2025 distribuía-se de acordo com o gráfico 2:



Em 2025 a distribuição por ramos manteve-se inalterada face aos anos anteriores, permanecendo Acidentes de Trabalho com o maior peso (57%).

3.9. Análise da Sinistralidade

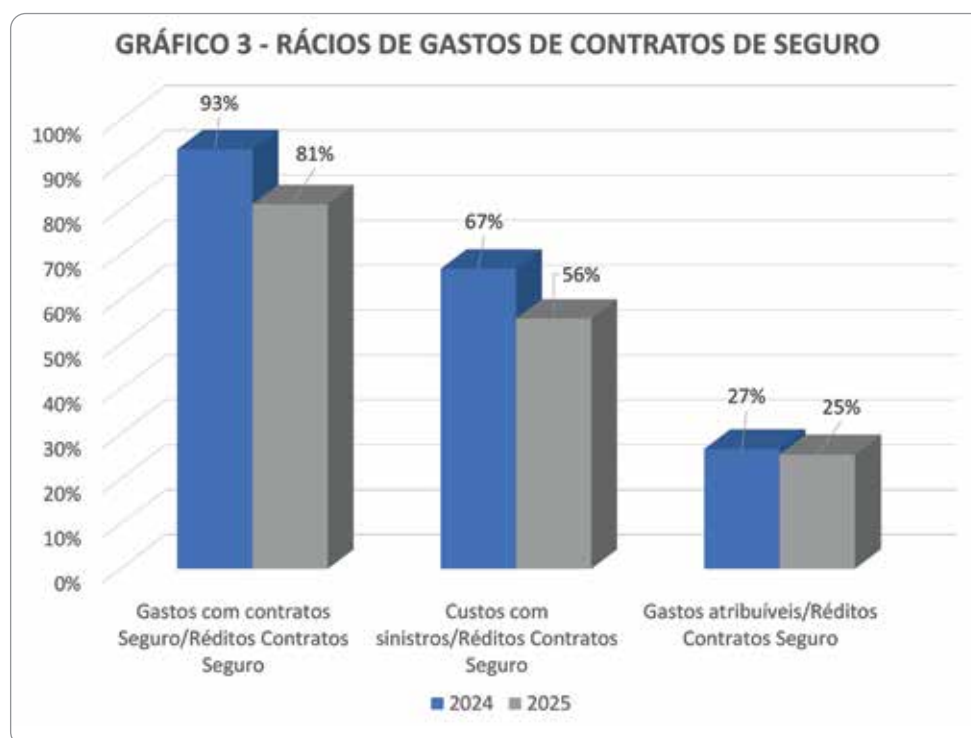
A dezembro de 2025 estes eram os principais rácios:

(valores em euros)

	QUADRO 4 - RÁCIOS DE GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO POR RAMO											
	AT		AP		Incêndio		Multirriscos		Marítimo		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Gastos com contratos Seguro/Réditos Contratos Seguro	77,02%	77,86%	78,76%	73,66%	30,49%	31,85%	165,14%	62,69%	83,45%	131,01%	81,09%	93,37%
Custos com sinistros/Réditos Contratos Seguro	51,83%	51,40%	51,70%	45,11%	0,00%	0,00%	138,14%	37,15%	58,18%	104,61%	55,65%	66,74%
Gastos atribuíveis/Réditos Contratos Seguro	25,20%	26,45%	27,06%	28,55%	30,49%	31,85%	27,00%	25,54%	25,27%	26,40%	25,44%	26,63%

Em 2025, registou-se um elevado crescimento na sinistralidade em Multirriscos associada à Depressão Martinho. Em termos de mortalidade, foram registadas 12 mortes no total, 10 na Pesca com impacto em Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais e duas em Marítimo-Turística na vertente de Acidentes Pessoais.

Em termos globais, verifica-se uma melhoria de todos os rácios, conforme se pode constatar no gráfico seguinte:



Os Custos com Sinistros

O montante total dos custos relacionados a sinistros atingiu, em 2025, a quantia de 7.345.167 euros, o que representa uma diminuição de 11,5%, fortemente impactado pelo ramo Marítimo, que registou uma redução de 42,6%.

(valores em euros)

	QUADRO 5 - GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO											
	AT		AP		Incêndio		Multirriscos		Marítimo		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Montantes pagos	4 014 236	3 519 211	224 952	481 320	-	-	138 146	106 039	2 614 377	2 015 386	6 991 711	6 121 956
Var. Prov. Sinistros	(26 055)	161 171	439 200	79 468	-	-	274 930	(17 547)	(334 618)	1 956 892	353 457	2 179 983
Custos com sinistros	3 988 181	3 680 381	664 152	560 787	-	-	413 076	88 492	2 279 758	3 972 278	7 345 167	8 301 939
Imputação - Gastos atribuíveis	1 938 974	1 894 084	347 600	354 919	292	305	80 725	60 848	989 956	1 002 478	3 357 547	3 312 633
Gastos de Contratos de Seguro	5 927 156	5 574 465	1 011 752	915 706	292	305	493 801	149 339	3 269 714	4 974 756	10 702 714	11 614 572

(valores em euros)

	QUADRO 6 - RÉDITOS DE CONTRATO DE RESSEGURO CEDIDO											
	AT		AP		Incêndio		Multirriscos		Marítimo		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Montantes Pagos Resseg.Cedido	320 923	159 809	48 304	175 540	-	-	124 331	95 436	1 934 622	1 494 417	2 428 180	1 925 202
Var.Prov.p/Sinistros Resseg.Cedido	202 830	318 934	240 581	77 161	-	-	256 312	(11 635)	(148 521)	1 677 604	551 202	2 062 063
Réditos de Contratos de Resseguro Cedido	523 754	478 743	288 885	252 701	-	-	380 643	83 801	1 786 100	3 172 021	2 979 382	3 987 265

3.10. O Resseguro

Resseguro Cedido

A Mútua dos Pescadores recorre ao resseguro como uma estratégia para mitigar e controlar os riscos aceites, além de garantir uma carteira de riscos mais equilibrada.

Celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora, apresentando os seguintes tipos de contratos:

Ramos Não Vida	Ramos Não Vida
Acidentes de Trabalho	Não proporcional
Acidentes Pessoais	Não proporcional e proporcional
Incêndio e outros danos	Proporcional
Marítimo	Não proporcional e proporcional

O saldo geral relativo às Contas de Resseguro apresentou-se favorável aos resseguradores.

(valores em euros)

	QUADRO 7 - CONTAS DE RESSEGURO CEDIDO	
	2025	2024
Prémios de Resseguro Cedido	(4 569 242)	(4 178 863)
Var.ativos contratos de resseguro cedido/de serviços futuros	68 402	25 873
Comissões de Resseguro Cedido	981 894	815 049
Montantes Pagos	2 428 180	1 925 202
Var.ativos contratos de resseguro cedido/de serviços passados	551 202	2 061 934
Juros sobre reservas	(121 652)	(136 356)
Saldo	(661 217)	512 840

Priorizamos uma relação a longo prazo com os resseguradores, incentivando a sua participação em todos os ramos de forma equilibrada, de modo ao acompanhamento global da atividade.

A seleção dos resseguradores é realizado com base na sua solidez financeira, fiabilidade, reputação no mercado e avaliação de crédito (*rating*).

(valores em euros)

QUADRO 8 - RATING RESSEGURADORES		
Ressegurador	Rating	Agência
NACIONAL DE REASEGUROS SA	A	AM BEST
ODYSSEYRE	A+	AM BEST
R+V VERSICHERUNG AG	A+	S&P
MAPFRE RE	A+	AM BEST

Resseguro Aceite

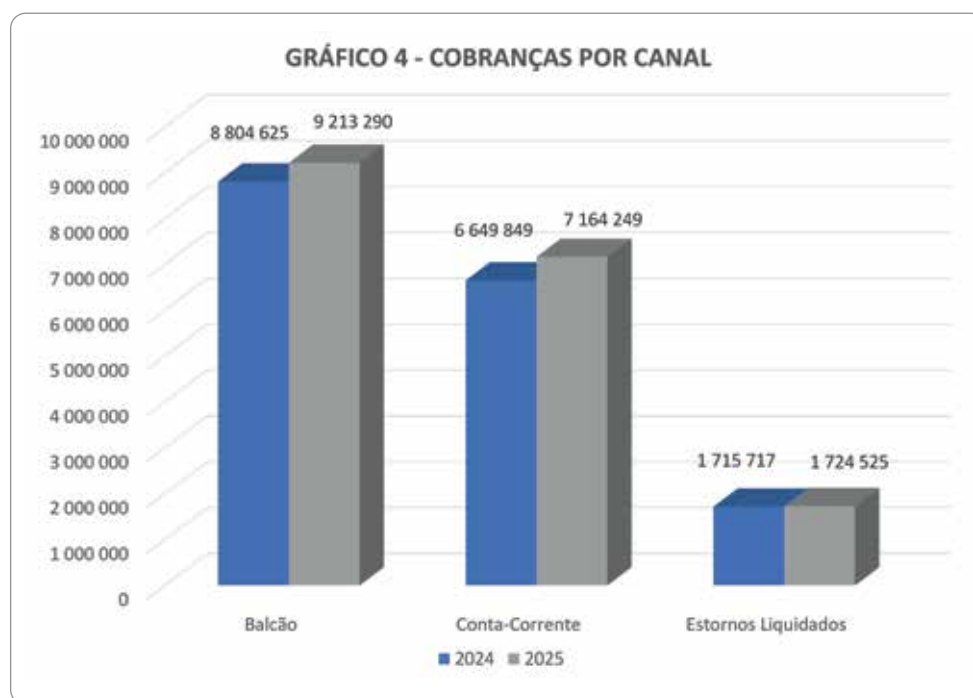
Em 2025 a Mútua dos Pescadores manteve o Contrato de Resseguro Aceite em regime de fronting com a Fidelidade Moçambique.

3.11. Cobranças

Em 2025 observou-se um desempenho positivo nas cobranças. Foram cobrados 14.653.014 euros de Prémios Totais, líquidos de estornos e anulações, o que representou um crescimento de 6,65% em comparação com 2024.

Ao proceder à análise por canal de cobrança (recibos cobrados), verificou-se um aumento de 7,74% nas cobranças efetuados em Conta Corrente e ao balcão de 4,64%.

Os Estornos apresentaram um ligeiro acréscimo de 0,51%.



No movimento de Lotas, registou-se um ligeiro crescimento global de 1,9%, fortemente impulsionado pela Zona Norte (25%) e registando quebras significativas na Zona Sul (15,5%) e na Madeira (13,8%).

3.12. Custos por Natureza

O quadro seguinte mostra a repartição dos Custos por Natureza pelas principais rubricas e a sua comparação com o ano anterior.

(valores em euros)

QUADRO 9 - CUSTOS POR NATUREZA			
	2025	2024	Varição (%)
Órgãos Sociais	278 362	180 546	54,2%
Gastos com Pessoal	1 979 658	1 822 043	8,7%
Fornecimento e Serviços Externos	1 685 641	1 708 801	-1,4%
Impostos e Taxas	130 052	124 526	4,4%
Depreciações e Amortizações do Exercício	249 711	310 629	-19,6%
Juros Suportados	121 652	136 356	-10,8%
Comissões	50 682	55 666	-9,0%
Remunerações de Mediação	417 130	377 392	10,5%
Total	4 912 887	4 715 958	4,2%
Réditos de contratos de seguro	13 198 005	12 439 486	6,1%
Rácio	32,3%	32,9%	

Custos p/nat-enc.Cobrança/Réditos de Contratos de Seguro

Em 2025, verificou-se um acréscimo nas Despesas Gerais de 4,2% em comparação com 2024.

O aumento dos custos com Órgãos Sociais está essencialmente relacionada com a eleição de novos membros.

Os gastos com o pessoal refletem a política salarial seguida pela Mútua dos Pescadores para o ano de 2025 e a movimentação ocorrida durante o ano.

O crescimento de 10,5% nas "Remunerações de Mediação" está relacionado com o incremento dos prémios.

Em 2026 manter-se-á a política de controlo de custos.

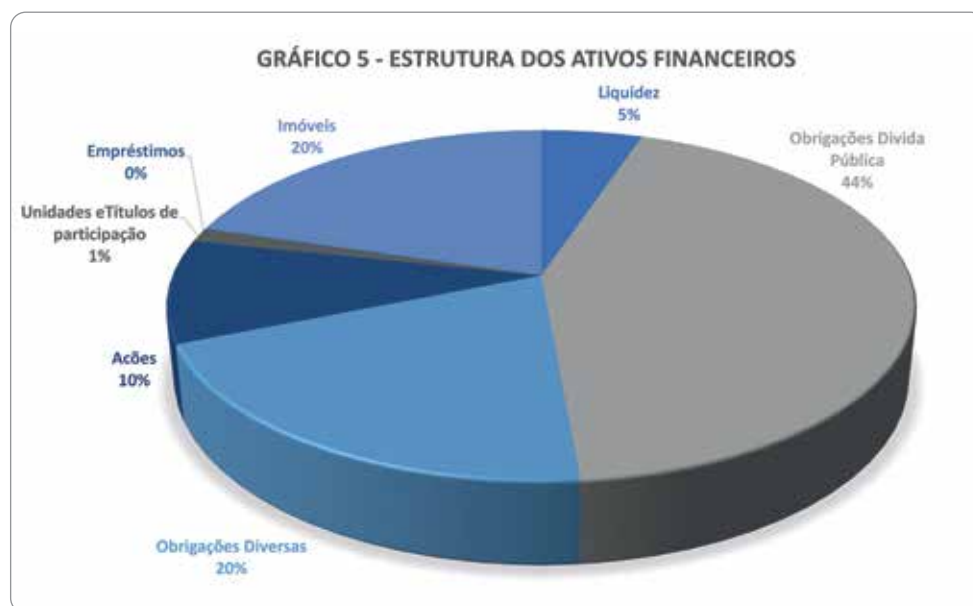
3.13. Investimentos

A Mútua manteve a sua estratégia conservadora, essencialmente focada em ativos de rendimento (Obrigações de Dívida Pública e Corporate) com maturidades mais curtas.

A carteira de ativos financeiros é essencialmente constituída por Obrigações (de Dívida Pública e Corporate), que representam cerca de 64% do valor global, e por Imóveis que representam 21%.

Houve uma particular atenção à liquidez (saldos de depósitos à ordem, caixa e depósitos a prazo) que representa 5% do valor total.

Prosseguiu-se com as medidas de acompanhamento ao nível da carteira de investimentos e da monitorização da liquidez.



O quadro seguinte mostra a carteira global da Mútua dos Pescadores valorizada em 31 de dezembro dos anos em comparação (os valores abaixo indicados incluem juros decorridos).

(valores em euros)

QUADRO 10 - INVESTIMENTOS			
	2025	2024	Varição
Terrenos e Edifícios	10 004 854	9 604 548	400 307
Empresas Grupo e Associadas	4 412 600	3 948 650	463 950
Ações e Outros Rend.Variável	898 520	679 675	218 845
Obrigações e Outros Rend.Fixo	31 339 198	27 912 741	3 426 457
Empréstimos Hipotecários	29 800	29 800	-
Depósitos a Prazo	2 527 249	2 520 413	6 836
Total	49 212 220	44 695 826	4 516 394

A carteira de Investimentos, a 31 de dezembro de 2025, apresentava o valor de 49.212.220 euros (ver Inventário das Participações e Instrumentos Financeiros).

A composição da carteira segue a "Política de Investimentos", que adota critérios de prudência na seleção dos ativos.

Foi vendido o imóvel da Rua Nova n.º 1 na Horta e foi adquirido um imóvel na mesma freguesia situado na Rua das Angústias, n.º72.

O acréscimo observado reflete, entre outros fatores, as avaliações realizadas em 2025 nos imóveis, bem como o investimento efectuado no mercado obrigacionista.

O investimento foi centrado em Obrigações de Dívida Pública Estrangeira de médio/longo prazo e Obrigações Corporate de mais curto/médio prazo.

Retorno do Investimento

(valores em euros)

QUADRO 11 - RETORNO DO INVESTIMENTO						
	2025			2024		
	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total
Rendimentos	1 106 478	42 861	1 149 338	1 040 843	41 873	1 082 716
Gastos de Investimento	53 771	-	53 771	54 557	-	54 557
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	73 147	384 832	457 980	(1 651)	448 267	446 616
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	301 796	684	302 480	320 400	-	320 400
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(11 254)	-	(11 254)	1 227	-	1 227
Subtotal	1 438 904	428 377	1 867 282	1 303 808	490 140	1 793 949
Outros rendimentos/gastos técnicos	(4 732)	-	(4 732)	3 547	-	3 547
Total	1 434 173	428 377	1 862 550	1 307 355	490 140	1 797 495

Reserva de Reavaliação

(valores em euros)

QUADRO 12 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO						
Reserva Reavaliação	2025		2024		Total	
	Títulos	Imóveis	Títulos	Imóveis	2025	2024
Mais e Menos Valias Não Realizadas	(1 178 277)	586 912	(1 087 350)	502 375	(591 365)	(584 975)

Os critérios seguidos pela Mútua dos Pescadores são descritos em pormenor nas Notas à Demonstração da Posição Financeira e Demonstrações Financeiras.

3.14. Capital Próprio e Margem de Solvência

(valores em euros)

QUADRO 13 - CAPITAL PRÓPRIO			
	2025	2024	Variação %
Capital Social	6 350 551	6 309 430	0,7%
Reservas de reavaliação	(298 312)	(420 530)	29,1%
Reserva de Comp. Fin. Cont. Seguro	1 492 411	1 142 352	30,6%
Reserva de Comp. Fin. Contrato Resseguro	(90 622)	(106 261)	14,7%
Reserva por impostos	(415 016)	(398 779)	-4,1%
Outras Reservas	5 704 647	4 860 195	17,4%
Resultados Transitados	7 129 764	6 560 718	8,7%
Resultado Líquido	1 650 446	1 324 355	24,6%
Total	21 523 870	19 271 480	11,7%

O Capital Próprio aumentou 11% para um valor total de 21.523.870 euros devido essencialmente aos seguintes fatores:

- Aumento do Capital Social resultante do acréscimo do Fundo Mutualista que ascende a 350.551 euros a 31 de dezembro de 2025;
- Diminuição nas Reservas de Reavaliação resultante dos ajustamentos positivos e negativos de justo valor dos ativos (Títulos) e regularização das reservas relativas aos Imóveis de Uso Próprio;
- Alterações na Reserva da componente financeira dos contratos de Seguro e de Resseguro que refletem as alterações da curva de taxa de Juro aplicável à data;
- Diminuição na Reserva por impostos resultante das diversas variações ocorridas nas reservas relativas aos títulos, Imóveis de Uso Próprio e Componente Financeira dos contratos de Seguro;
- Acréscimo nos Resultados Transitados explicado pela aplicação dos resultados do exercício anterior da Mútua dos Pescadores;
- Resultado do próprio exercício 1.650.446 euros.

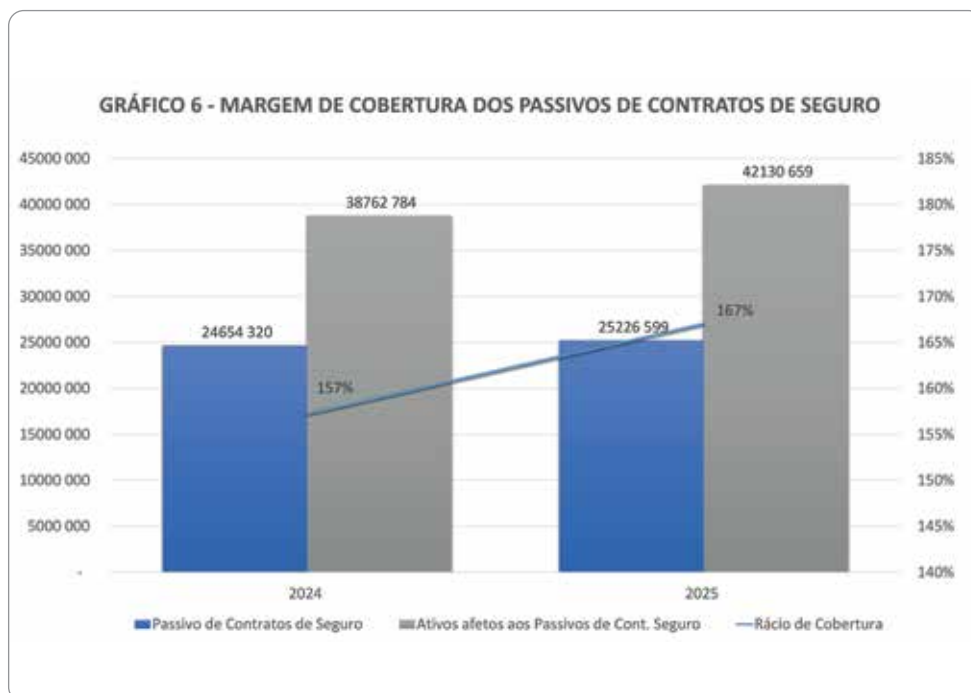
A Mútua dos Pescadores monitoriza a solvência de acordo com o Regime de Solvência II em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

Nestes termos e de acordo com o estabelecido na legislação, os dados relativos à Margem de Solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR).

3.15. Garantias Financeiras

3.15.1. Passivos de contratos de seguro

Os Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida, atingiram o montante de 25.226.599 euros a 31 de dezembro de 2025 e os Ativos Representativos apresentaram o valor de 42.130.659 euros, pelo que o grau de Cobertura das Provisões Técnicas foi de 167%.

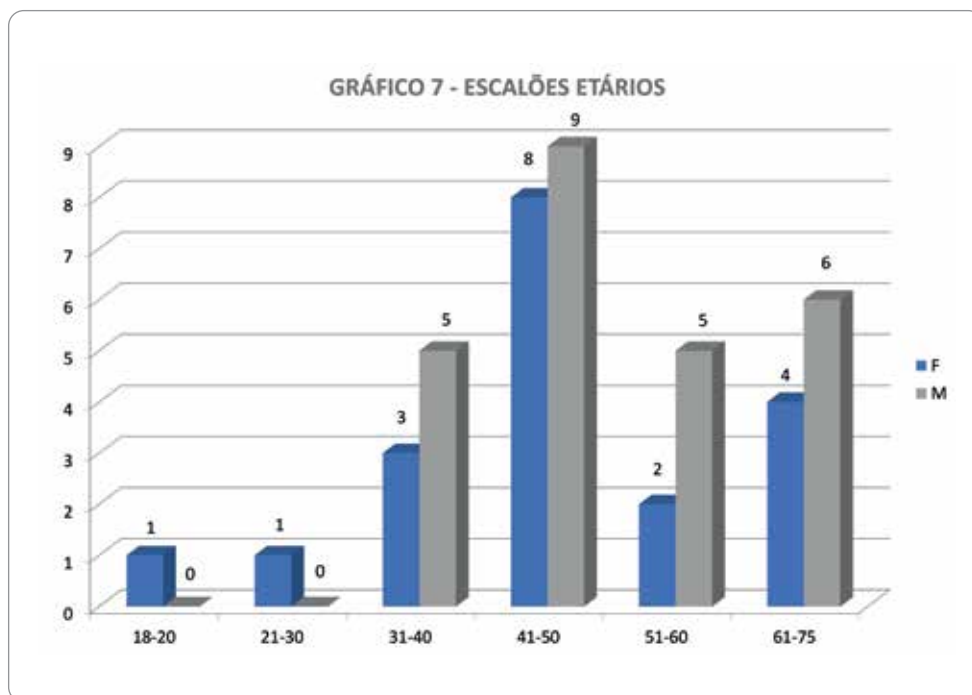


3.16. Recursos Humanos

Em 2025, a Mútua registou um total de 44 trabalhadores, incluindo os contratados a termo, o que representa um acréscimo de 1 colaborador em comparação com o ano anterior.

Estes trabalhadores encontram-se distribuído pelo território nacional, abrangendo tanto o Continente como as Regiões Autónomas, com o objetivo de atender às necessidades das comunidades ribeirinhas nas quais a Mútua está presente.

A distribuição dos trabalhadores por género foi de 43% mulheres e 57% homens. A antiguidade média dos trabalhadores na empresa é de 18 anos.



3.16.1 Formação

Em 2025 organizaram-se 4 ações de formação interna: duas ações do Curso Cooperativismo e Seguros, Cibersegurança e a ação "Embarcações – nomenclatura, aparelhos de convés e de navegação (com análise de alguns riscos e acidentes mais comuns)".

Quanto à formação externa, foram frequentadas trinta e seis ações de formação.

Continua-se a privilegiar as áreas técnicas, dando cumprimento a várias normas e requisitos legais que regem a distribuição de seguros.

As áreas mais transversais da governação, conduta de mercado, sustentabilidade e verificação de cumprimento envolveram também alguns trabalhadores e a assessoria jurídica.

Na área financeira foram realizadas ações nas áreas do atuariado, resseguro e contabilidade.

Na área dos sistemas de informação, privilegiou-se a formação relacionada com segurança e governação das tecnologias de informação/comunicação, nomeadamente em matéria de resiliência operacional digital.

Destaque ainda para a formação de qualificação dos quadros dirigentes prosseguindo os objetivos de qualificação da Cooperativa.

3.17. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno

A gestão de riscos é um processo contínuo e sistemático para identificar, registar, analisar e responder aos riscos e serve de base à implementação da estratégia da empresa, assegurando uma compreensão apropriada da natureza e da significância dos riscos a que ela se encontra exposta.

No decurso de 2025 foram desenvolvidas diversas ações, destacando-se:

- Elaboração do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR) relativo ao ano de 2024, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do Regime Jurídico de Acesso à Atividade Seguradora e Resseguradora e nos artigos 290.º e 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com a estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;

- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual a que a Mútua dos Pescadores está obrigada, nomeadamente os reportes relativos à monitorização da solvência e indicadores comportamentais;
- Participação, no âmbito das comissões técnicas da Associação Portuguesa de Seguradores, em matérias relevantes como Acidentes de Trabalho e Solvência II, nomeadamente com a participação no âmbito da Comissão Técnica de “Economia e Finanças” nos Grupos de Trabalho “Assuntos Financeiros e Fiscais”, “Investimentos”, “Gestão de Riscos e Atuariado” e “Estatísticas e Indicadores de Gestão”;
- A definição ou revisão de algumas políticas internas a saber:
 - Política de gestão de sinistros;
 - Política de cobranças;
 - Política de prevenção, detenção e reporte de situações de fraude nos seguros;
 - Política de remuneração;
- Elaboração do Relatório ORSA (Relatório do Exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência do ano de 2025 e plano plurianual 2026-2028). Neste contexto e no seguimento do melhoramento na implementação da Política de gestão de riscos desenvolveram-se indicadores de risco (KRI) e métricas de rendibilidade económica (KPI) e procedeu-se à aplicação de testes de esforço enquadrados no exercício de Autoavaliação do risco e da solvência. Introduziram-se indicadores na gestão dos riscos de segurança ligados às tecnologias de informação e comunicação bem como na gestão dos riscos de sustentabilidade tanto na vertente dos investimentos como na subscrição;
- Participação e elaboração do orçamento plurianual (2026-2028).

É elaborado pela função de auditoria interna atribuída à empresa Mariquito, Correia e Associados, SROC, Lda o Relatório Anual de Auditoria Interna executado de acordo com o plano previamente estabelecido.

3.18. A Cooperativa

3.18.1. Segurança Marítima

O ano de 2025 terminou com o triste regresso dos naufrágios às comunidades piscatórias. A 14 de dezembro, naufragava a embarcação “Vila Caminha”, junto ao forte de Ínsua. Neste acidente, para além da perda total da embarcação, perderam-se três vidas (dois mortos confirmados e um desaparecido no mar) e, no dia 16 de dezembro, a embarcação “Carlos Cunha” naufragou ao largo de Aveiro. Para além da perda da embarcação, regista-se a perda de cinco vidas (um morto e quatro desaparecidos no mar).

Várias foram as ações realizadas no contexto da sensibilização para a segurança no mar. Estas ações tiveram como objetivo alertar, uma vez mais, para as boas práticas a bordo e em situação de queda ao mar ou outra.

Destaca-se a ação de formação piloto: “Sensibilização para a segurança das operações de pesca e sustentabilidade”, dirigida aos profissionais do setor, envolvendo os pescadores de 6 embarcações diferentes.

A ação de formação interna realizada envolveu trabalhadores da área técnica e comercial, visando também a familiarização com a linguagem marítima e consciencialização dos riscos mais comuns.

Num outro nível de ação destaca-se a presença junto das escolas onde estas questões foram trabalhadas com os alunos.

Ao longo do ano apoiou-se a divulgação da campanha de sensibilização para os perigos do mar.

3.18.2. Projetos, Parcerias, Interação e Associativismo

A Mútua continua a apoiar e valorizar diversos projetos culturais, recreativos, de alcance local e/ ou regional e que cruzam fronteiras, como o projeto do fotolivro “Nelayan”, sobre a comunidade de pescadores indonésios em Caxinas, de Eduardo Martins, ou o Festival Internacional de Cinema do Mar (Oceans Film Festival), uma organização do IPL/Peniche.

As oficinas “À roda do mar” em parceria com o projeto “Mar de Experiências”, vocacionadas para a sensibilização e valorização do património marítimo e ambiental. No último trimestre o projeto ganhou novas formas e associou-se ao programa Escola Azul, da Direção Geral de Política do Mar, integrada no concurso “Pequenos Artistas e as profissões do Mar”, para um conjunto de ações à volta das Profissões do Mar, tendo a primeira ação decorrido na escola azul de Vila do Conde em dezembro.

A Mútua prossegue também a sua linha de apoio a projetos locais de valorização da cultura popular, apoiando em 2025 o Livro “Não Asses Mais Carapaus fritos” - Expressões Populares de Peniche, que visa valorizar e preservar a riqueza cultural e linguística da comunidade.

Apoiou organizações e coletividades, nas suas iniciativas: Apoio anual ao Museu da Memória de Vila Chã; às Festas de Nossa Senhora dos Navegantes, nas Caxinas; ao festival Equinócio/Teatro Varazim da Póvoa de Varzim; à Associação Apropesca na realização da sua festa “Peixe do Nosso Mar”; Corrida dos Cabazes promovida pela Propeixe; às Festas de Ribamar; à 50.ª edição da Feira do Livro da Nazaré; à Confraria Nossa Senhora da Nazaré; ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche; ação de limpeza do Rio Arade, com a Associação Teia d’Impulsos/Vela Solidária, do Surf Club de Sesimbra, em destaque para a European Sup League 2025 ou ao Festival Náutico da Semana do Mar 2025, e ao seu Clube Naval da Horta. Apoia a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; o Clube Recreativo do Feijó; o Núcleo Recreativo e Desportivo Ídolos da Praça, à União de Resistentes Antifascista e ao MURPI, Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos.

Mantém o apoio à Direção de Apoio Social da Marinha nas atividades com as crianças e apoiou, pela primeira vez, a iniciativa “A Corrida Mais Bonita de Portugal - Figueira da Foz 2025”. Regista-se com agrado a parceria estabelecida com a SCAFA, a Cooperativa de Consumo dos Ferroviários e Aderentes, do Entroncamento.

Apoia os cruzeiros e regatas que animam as comunidades costeiras: as Festas da Boa Viagem e de Ribamar; a Festa do Homem do Mar, da Nazaré, o 11.º Cruzeiro Religioso e Cultural do Tejo, organizado pela Confraria Ibérica do Tejo; a 9.ª Regata Marquês de Pombal, organizada pela Associação Náutica Clássicos de Oeiras; a Peregrinação do Círio de Oeiras ao Santuário da Atalaia; a CLXXX Real Regatta de Canoas; à realização do Dia da Marinha do Tejo; à Procissão de Tróia/Festa dos Pescadores (organização da Stella Maris de Setúbal).

Destaca-se a colaboração com a Revista de Segurança, na realização do seu 9º (re) Encontro Nacional dos Técnicos de Segurança no âmbito das comemorações dos 60 anos da Revista “segurança”.

Mantém-se a parceria com a Associação Onda e do seu Projeto de valorização do Peixe Seco; com o projeto cultural Nazaré Marés de Maio; com a Associação David Melgueiro.

O projeto MUDARPESCA - *Fomento del relevo generacional en el empleo del sector pesquero transfronterizo/ Promoção da mudança geracional no emprego no sector das pescas transfronteiriço*, formado por um consórcio ibérico, promovido pela Cooperativa de Armadores de Pesca del Puerto de Vigo, S.C.G. (ARVI) no âmbito do Programa de Cooperação Interreg VI-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2021-2027.

A Mútua dos Pescadores continua a participar nos DLBC Costeiros e nas estruturas europeias ligadas à pesca: o Conselho Consultivo do Sul e o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas, organismos de consulta da Comissão Europeia. Destaque para o acompanhamento das iniciativas com o projeto Valipescas/WWF, com vista a encontrar soluções de apoio para o investimento nas melhorias das condições da pequena pesca.

3.18.3. Setor Cooperativo e Social

Destaque para o processo eleitoral da Mútua dos Pescadores no decorrer do primeiro trimestre.

Realizou-se, em parceria com a Câmara Municipal de Sesimbra, a sessão evocativa do Ano Internacional das Cooperativas, que contou com a participação de diversas organizações cooperativas da região.

Regista-se também o estabelecimento de melhorias no protocolo com a Farmácia Silvério, na Nazaré, e um novo protocolo com a DomusVi Portugal, cadeia de unidades de serviços continuados um pouco por todo o país, e a Agência de Viagens Creative Star, para benefício dos cooperadores da Mútua.

3.18.4. Acompanhamento Social

Acompanhou-se o processo de identificação dos beneficiários dos pescadores estrangeiros vítimas dos naufrágios do final do ano. Prestou-se ainda apoio a outras situações pontuais, de acidentes graves e continua-se a acompanhar pensionistas de acidentes de trabalho em situações sociais mais frágeis.

3.18.5. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários

Em 2025 foram apresentadas e abertas 10 reclamações no quadro do Sistema de Audição:

- Três processos ligados a apólices de Marítimo-pesca, dois deles motivados por procedimentos de devolução de conta-corrente; e um relacionado com demora na resolução de um sinistro;
- Três processos ligados a apólices de Marítimo-recreio, um mal-entendido com a entrega de uma farmácia de bordo; e dois processos no contexto da regularização de sinistro;
- Um processo em Acidentes Pessoais, relacionado com as coberturas da apólice, em contexto de acidente;
- Um processo em Acidentes de Trabalho, relacionado com o atendimento em contexto clínico;

- Dois processos sem ligação a contratos de seguros, motivados pela demora na resposta a um pedido de cotação em Multirriscos e outro relacionado com um pedido de cotação em Marítimo-recreio. Quanto aos meios utilizados: e-mail apoio.utente, canal oficial do Sistema de Audição (5 reclamações); e-mail geral da Mútua (2); Livro de Reclamações (2); ASF (1). Para cada reclamação foi elaborado processo próprio, tomando-se diligências para apurar os factos e responder fundamentadamente aos reclamantes.

3.18.6. Informação e Comunicação

Manteve-se em 2025 a atualização regular dos canais digitais, com informação acerca da atividade da Mútua dos Pescadores e dos seus parceiros, com enfoque para as Associações do setor da pesca. Publicámos artigos em órgãos de comunicação, com especial enfoque para o Ano Internacional das Cooperativas. Manteve-se a presença em rádios locais/regionais. Produziram-se também dois vídeos institucionais: um evocando o percurso da Mútua e a sua ligação ao setor cooperativo, e outro, de animação, explorando as várias atividades cobertas pelos seguros.

3.18.7. Ações de Marketing e Publicidade

Criaram-se alguns materiais especiais para assinalar o Ano Internacional das Cooperativas. A Mútua marcou presença na Feira Náutica de Setúbal e na Mostra de Tradições Marítimas na mesma cidade, bem como na quinta edição da ExpoFish, feira virtual de pescas e indústria conexas, organizada pela Docapesca. Encetou-se uma campanha comercial para divulgação da cobertura de Responsabilidade Civil no Seguro Marítimo-Pesca. Publicaram-se anúncios em jornais e revistas, regionais e nacionais.

3.18.8. Coro Mútua

O Coro teve em 2025 a sua primeira participação internacional, na 28.ª edição do Festival Internacional de Coros Alta Pusteria, que decorreu na cidade italiana de Dobbiaco, entre 10 e 15 de junho.

4. Governação

A Mútua dos Pescadores adota uma estrutura organizacional e operacional que garante a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, composta por uma estrutura de governo constituída por órgãos sociais cujos membros são eleitos pelos cooperadores, nos termos legais e dos Estatutos da Mútua dos Pescadores (Estatutos), a saber: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas, Comissão de Avaliação e Vencimentos, Conselho Nacional e seis Conselhos Regionais. Esta estrutura de governo é suportada por Comitês de Gestão e Coordenação Técnica, e pelas Direções de Serviço, nomeadas por deliberação do Conselho de Administração e com competências por si delegadas; e por quatro Funções Chave (Atuarial, Gestão de Riscos, Verificação de Cumprimento e Auditoria Interna).

4.1. Alterações materiais ocorridas em 2025

A Assembleia Geral Eleitoral de 30 de março de 2025 ditou a alteração na composição de todos os órgãos sociais à exceção do Conselho Regional do Algarve. A identificação dos membros dos órgãos nacionais consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas. A Diretora Geral requereu, no último trimestre de 2025, o término das suas funções, o que implicou o registo, junto da autoridade de supervisão, de um novo Diretor de topo e pessoa que dirige efetivamente a empresa como Diretor Geral e membro do Comité de Gestão, o que se veio a efetivar no início de 2026. No último trimestre do ano foi ainda criada a Direção de Tecnologias da Informação, com o registo, junto da autoridade de supervisão, do anterior responsável pelo Departamento de Sistemas de Informação também como Diretor de topo e pessoa que dirige efetivamente a empresa e membro do Comité de Gestão.

4.2. Estrutura de Governo

4.2.1. Assembleia Geral

É o órgão deliberativo supremo e as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, são obrigatórias para os restantes órgãos sociais e para todos os cooperadores e demais estrutura organizacional e operacional. Compete-lhe o disposto na lei e nos Estatutos, em especial eleger a Mesa da Assembleia Geral (MAG), os membros dos órgãos sociais e designar o Revisor Oficial de Contas e o seu suplente.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e dois Secretários, eleitos por quatro anos, como os demais órgãos sociais, podendo ser reelegíveis.

A identificação dos membros da Mesa da Assembleia Geral consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

4.2.2. Conselho de Administração

De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração é constituído por sete administradores efetivos, que escolhem entre si o Presidente e Vice-presidente, e três suplentes. Os membros do Conselho de Administração podem ser reeleitos, à exceção do Presidente, que apenas pode ser reeleito por duas vezes.

A identificação dos membros do Conselho de Administração consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

O Conselho de Administração tem as competências atribuídas pelos Estatutos, compreendendo os mais amplos poderes de gestão e representação da cooperativa, cabendo-lhe, em especial:

- Gerir a cooperativa em rigorosa observância e cumprimento da lei, promovendo o seu desenvolvimento enquanto mútua de seguros, em todas as dimensões da atividade seguradora e cooperativa;
- Deliberar sobre extensões ou reduções importantes da atividade da cooperativa;
- Deliberar sobre o estabelecimento, modificação ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras entidades.

O Conselho de Administração é coadjuvado, no exercício das suas funções, por seis Comitês de Gestão e Coordenação Técnica criados por deliberação daquele órgão de administração, com competências por si delegadas, conforme previsto no n.º 2 do artigo 39.º dos Estatutos, a saber:

4.2.2.1. Comité de Gestão

Composto por pessoas singulares que, não fazendo parte do Conselho de Administração, constituem a primeira linha hierárquica responsável pela gestão corrente da cooperativa, com competências delegadas por aquele e que participam no processo decisório a alto nível e na implementação das estratégias definidas e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, responsabilizando-se pelo seu cumprimento.

4.2.2.2. Comité de Quadros

Composto por pessoas singulares responsáveis dos principais departamentos e setores operacionais da estrutura organizacional. Compete-lhe acompanhar, de um modo integrado, a execução das políticas, planos de ação e objetivos a nível sectorial e regional, e assegurar e acompanhar os projetos e ações departamentais ou interdepartamentais e a avaliação de resultados.

4.2.2.3. Comité Comercial

Composto por pessoas singulares responsáveis pelos setores comerciais da cooperativa. Compete-lhe apoiar a definição de estratégias e ações comerciais, e desenvolver e acompanhar a execução das políticas e planos de ação e objetivos comerciais definidos.

4.2.2.4. Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno

Composto por pessoas singulares responsáveis pelas Direções de Serviço, por pessoas que executam Funções Chave, por pessoas responsáveis por Funções Chave e por pessoas que desempenham funções de relevo operacional nos diversos departamentos.

Este Comité exerce a Função Chave Gestão de Riscos. A pessoa responsável por esta Função Chave integra este Comité e tem uma participação ativa e dinâmica nos seus trabalhos.

Compete-lhe apoiar o Conselho de Administração na definição da estratégia de risco a seguir, nomeadamente nas áreas do risco estratégico e de reputação, subscrição, provisionamento técnico e qualidade da informação, mercado, contraparte, catastrófico, atuariado, autoavaliação prospetiva do risco, risco comercial e na gestão da continuidade do negócio; e pronunciar-se sobre os assuntos de gestão de riscos e controlo interno que lhe sejam submetidos pelo Conselho de Administração.

4.2.2.5. Comité de Cibersegurança

Composto por pessoas singulares responsáveis pelas áreas das tecnologias de informação, proteção de dados e verificação de cumprimento.

Compete-lhe apoiar a definição de estratégias, políticas e planos de ação no âmbito da Cibersegurança, promovendo sinergias na implementação, cumprimento e monitorização dessas estratégias e requisitos nos diferentes domínios de Administração, Proteção, Vigilância e Resiliência.

4.2.2.6. Comité de Avaliação da Adequação

Composto pelo Presidente do Conselho de Administração, Presidente do Conselho Fiscal, Presidente da Comissão de Avaliação e Vencimentos e pelo Diretor Geral, enquanto responsável, ao nível político e técnico, pelas matérias relacionadas com o desenvolvimento de Recursos Humanos, com competências delegadas pelo Conselho de Administração. Compete-lhe realizar a análise da adequação às funções dos diretores de topo e demais pessoas relativamente às quais se imponha legal e regulamentarmente o dever de avaliação da adequação às funções, sem prejuízo das competências que nesta matéria são atribuídas estatutariamente à Comissão de Avaliação e Vencimentos.

4.2.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal exerce, nos termos da lei e dos Estatutos, o controlo e a fiscalização da cooperativa, especificamente da gestão realizada pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos, que são um Presidente e dois Vogais e por dois membros suplentes.

A identificação dos membros do Conselho Fiscal consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

As competências do Conselho Fiscal encontram-se previstas no artigo 53.º do Código Cooperativo, artigo 43.º dos Estatutos e artigo 3.º do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

4.2.4. Revisor Oficial de Contas

Compete ao Revisor Oficial de Contas (ROC) a fiscalização da cooperativa, sem prejuízo das competências do Conselho Fiscal, a certificação das contas e dos elementos definidos nos termos do artigo 85.º do RJASR, bem como a certificação da restante informação a prestar à entidade de supervisão.

O ROC, efetivo e suplente, é eleito pela Assembleia Geral, por proposta do Conselho Fiscal.

A identificação da sociedade de Revisores Oficiais de Contas consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

4.2.5. Comissão de Avaliação e Vencimentos

Órgão social com uma função deliberativa, compete-lhe efetuar a avaliação sobre a adequação às funções das pessoas candidatas e membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do ROC ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e emitir um relatório de adequação, que deve ser colocado à disposição da Assembleia Geral; e deliberar sobre as remunerações a atribuir aos membros dos órgãos sociais, pelo desempenho das suas funções, bem como sobre os termos e condições dessa atribuição, ouvindo o Conselho Nacional.

A identificação dos membros da Comissão de Avaliação e Vencimentos consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

4.2.6. Conselho Nacional

Composto, por inerência, pelos membros eleitos da Mesa da Assembleia Geral, por um representante dos trabalhadores (por eles eleito) e ainda por onze membros eleitos nos Conselhos Regionais. É um órgão de consulta do Conselho de Administração, os seus pareceres, não sendo vinculativos, devem ser tidos em consideração. Com competências estabelecidas pelos Estatutos, compete-lhe em especial acompanhar e apreciar a atividade desenvolvida, na perspetiva da defesa dos

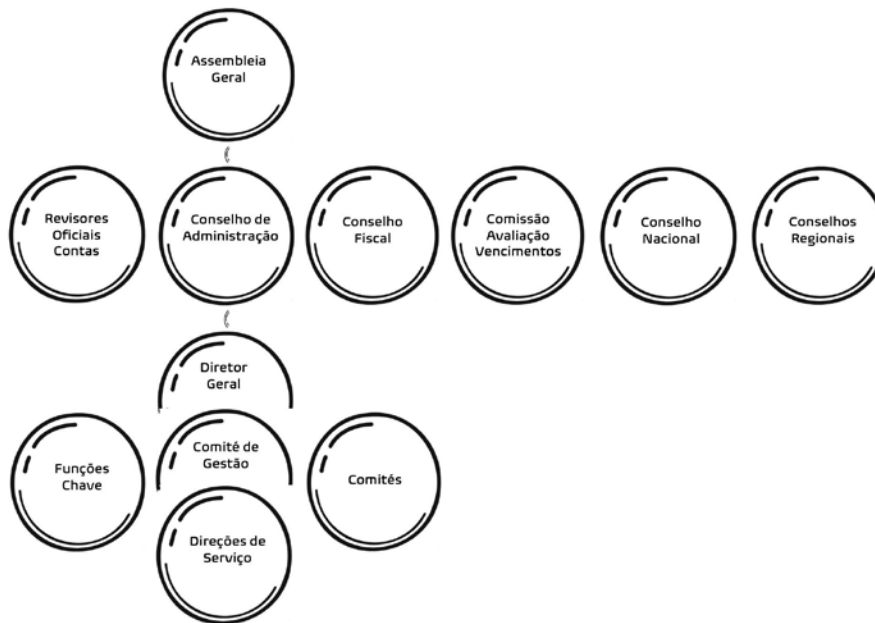
interesses dos cooperadores, com vista à sua melhoria e contribuir para estreitar interligação entre os cooperadores e a cooperativa, e emitir pareceres sobre os resultados do exercício e sobre o plano de atividades e orçamento. A identificação dos membros do Conselho Nacional consta da secção Órgãos Sociais, no início deste Relatório de Gestão e Contas.

4.2.7. Conselhos Regionais

Compostos por membros eleitos pela Assembleia Geral de entre os cooperadores e, por inerência, pelos membros da Mesa da Assembleia Geral, desde que residentes nas zonas a que cada Conselho Regional respeita (Norte, Centro, Sul, Algarve, Madeira, Açores). São órgãos de consulta do Conselho de Administração. Compete-lhes, no limite das zonas a que respeitem, discutir, desenvolver e dinamizar ações de âmbito local, no interesse da cooperativa, bem como das respetivas comunidades, e pronunciar-se sobre todas as questões apresentadas pelo Conselho de Administração.

4.3. Estrutura de suporte ao sistema de governo

A implementação da estratégia da Mútua dos Pescadores é apoiada numa estrutura organizacional e operacional de suporte, hierarquizada, com competências específicas, segregadas, transversais e adequadas aos objetivos a atingir. Esta estrutura, na dependência hierárquica do Conselho de Administração, é constituída pela Direção Geral e quatro Direções de Serviço.



4.4. Funções Chave

4.4.1. Gestão de Riscos

A Função Chave de Gestão de Riscos é exercida pelo Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno (CGRCI), que individualmente e coletivamente, detém os requisitos de qualificação e adequação às funções, nos termos legais aplicáveis. Encontra-se nomeada uma pessoa como responsável interna pela Função Chave de Gestão de Riscos e pela dinamização desta Função Chave e interligação com os vários níveis organizacionais da estrutura da cooperativa.

A Função Chave de Gestão de Riscos desempenha as funções definidas legal e regulamentarmente, nomeadamente:

- Planear, analisar e monitorizar o impacto dos riscos a que a organização se encontra exposta e assegurar o acompanhamento contínuo do sistema de gestão de riscos;

- Proporcionar ao Conselho de Administração e direção de topo uma perspetiva abrangente da situação financeira da cooperativa, do desenvolvimento das suas atividades, execução da estratégia, cumprimento de objetivos definidos, perfil de risco global, em termos agregados e detalhados por risco, bem como do comportamento, evolução e perfil de risco dos setores de mercado onde desenvolve a sua atividade;
- Conduzir o exercício de autoavaliação do risco e da solvência e apresentar os seus resultados aos diversos interessados, formalizando as suas conclusões nos relatórios, interno e externo, de autoavaliação do risco e da solvência.

4.4.2. Auditoria Interna e Verificação do Cumprimento

A função de Auditoria Interna é exercida em regime de subcontratação e integra as funções de Verificação de Cumprimento (Compliance).

A função de Auditoria Interna ocupa uma posição independente em relação a todas as áreas funcionais da empresa. Foi nomeada, como responsável para esta função, a empresa de auditoria Mariquito, Correia e Associados, SROC, Lda., que dispõe duma equipa técnica com qualificação adequada e com elevada experiência e conhecimentos de auditoria.

4.4.2.1. Auditoria Interna

A Função Chave de Auditoria Interna desempenha as funções definidas legal e regulamentarmente, em especial na aferição da adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos outros elementos do sistema de governação.

4.4.2.2. Verificação do cumprimento

A Função Chave de Verificação do Cumprimento desempenha as funções definidas legal e regulamentarmente, em especial na assessoria ao Conselho de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis e na identificação e avaliação do risco de cumprimento.

4.4.3. Função Chave Atuarial

Função Chave a quem compete:

- Coordenar e supervisionar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Avaliar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Informar o órgão de administração sobre o grau de fiabilidade e adequação do cálculo das provisões técnicas;
- Emitir parecer sobre a política global de subscrição;
- Emitir parecer sobre a adequação dos acordos de resseguro;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

4.5. Outras Funções

4.5.1. Provedor do Utente

A função de Provedor do Utente é exercida em regime de prestação de serviços sob contrato anual e a sua nomeação responde integralmente ao disposto no artigo 158.º do RJASR.

Encontra-se em vigor o Regulamento de Funcionamento do Provedor da Mútua dos Pescadores.

4.5.2. Encarregada de Proteção de Dados

A função de Encarregada de Proteção de Dados é exercida em regime de prestação de serviços sob contrato anual e a sua nomeação responde integralmente ao disposto no Regulamento EU 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, – Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD) e Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto.

Encontra-se em vigor a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Mútua dos Pescadores.

4.5.3. Função de Segurança da Informação

A função de Segurança da Informação é exercida em regime de prestação de serviços, sob contrato anual e a sua nomeação responde integralmente ao disposto nos artigos 9.º e 10.º da Norma Regulamentar n.º 6/2022-R da ASF, de 7 de junho. Encontra-se em vigor a Política de Segurança da Informação da Mútua dos Pescadores.

5. Política de remuneração

A remuneração dos trabalhadores da Mútua dos Pescadores é objeto de Acordo de Empresa (AE) celebrado com os Sindicatos, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 29, de 08/08/2024, com as alterações introduzidas no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 9, de 08/03/2025.

A remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, incluindo os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 47.º dos Estatutos, tendo por subjacente a Política de Remuneração, é deliberada pela Comissão de Avaliação e Vencimentos, composta por três membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um Presidente e os demais Vogais, com consulta prévia ao Conselho Nacional.

Não existe intervenção de consultores externos, a qualquer título, no processo de determinação da remuneração.

A proposta de Política de Remuneração é aprovada pelo Conselho de Administração, que a submete à deliberação da Assembleia Geral.

A determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração tem em linha de conta os conhecimentos e experiência em gestão, seguros, setores estratégicos da atividade da Mútua dos Pescadores e responsabilidades decorrentes, bem como o tempo de ocupação que as funções exigem. As remunerações dos membros do Conselho de Administração não integram qualquer componente variável, nem qualquer componente que dependa do desempenho ou do valor da instituição representada. Igualmente, não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários e não se encontram previstas indemnizações em caso de destituição dos membros dos órgãos sociais.

O desempenho individual e coletivo dos membros do Conselho de Administração e demais membros dos órgãos sociais, é anualmente apreciado e avaliado pela Assembleia Geral, constituída pelos cooperadores, que tem a competência de eleger e destituir os membros dos órgãos sociais e apreciar e votar anualmente a proposta de relatório de gestão e documentos de prestação de contas apresentada pelo Conselho de Administração. Os parâmetros a utilizar na avaliação realizada pelos cooperadores serão o cumprimento dos Estatutos, do Plano Estratégico, Código de Conduta, Plano de Atividades anual, Políticas e demais normas aplicáveis à atividade da cooperativa, bem como a responsabilidade, competência, disponibilidade e participação demonstradas no exercício de funções.

Os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração fixa ou variável, apenas sendo recompensados por senhas de presença, de valor fixado pela Comissão de Avaliação e Vencimentos, quando participem em reuniões ou outros trabalhos da cooperativa.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é integralmente fixa, estabelecida no contrato de prestação de serviços acordado, tendo subjacente a Política de Subcontratação vigente, a prática de mercado e a necessidade de não incentivar a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da Mútua dos Pescadores.

A remuneração dos Diretores de Topo é fixada pelo Conselho de Administração, sob proposta da Direção Geral, de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o Acordo de Empresa (AE), regulamentação coletiva que também se aplica aos demais trabalhadores. A remuneração do(a) Diretor(a) Geral é fixada pelo Conselho de Administração, de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o AE. A remuneração dos trabalhadores responsáveis por Funções Chave ou que exercem Funções Chave e de outras pessoas cujas atividades profissionais têm um impacto relevante no perfil de risco da empresa é fixada pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o AE.

Não é praticada qualquer política de remuneração variável ou atribuição de benefícios que não os aplicados à generalidade dos trabalhadores, por força da legislação e regulamentação coletiva do trabalho em vigor e supra identificada, os quais devem ser equilibrados, sustentáveis e baseados, em geral, na combinação da avaliação do desempenho do indivíduo e do departamento ou área onde o mesmo se encontra integrado, bem como dos resultados globais da empresa.

Em caso de cessação de funções, os critérios para a atribuição e determinação do montante da compensação ou indemnização aplicável, bem como as condições de atribuição ou não atribuição, são os estritamente definidos na lei reguladora do contrato individual de trabalho e no instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável, ainda que em caso de cessação sem justa causa ou por acordo, assegurando-se assim a necessária relação entre o montante compensatório e o cumprimento das obrigações inerentes à função desempenhada e não a recompensa do insucesso.

A remuneração e política de progressão das carreiras profissionais dos demais trabalhadores são aprovadas pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o AE, tendo presente os resultados da avaliação de desempenho anual. A remuneração de prestadores de serviços ou pessoas ou entidades externas subcontratadas é a que estiver definida no respetivo contrato de prestação de serviços, tendo subjacente a Política de Subcontratação vigente, a prática de mercado, as funções a prestar e, em especial, a necessidade de não

incentivar a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da cooperativa. Em relação ao universo de trabalhadores, o resultado da avaliação de desempenho anual é tido em conta, designadamente, nas promoções facultativas, na atribuição de remunerações que excedam os mínimos obrigatórios, bem como na atribuição de eventuais prémios facultativos. Caso venham a ser aplicados prémios de remuneração, assegura-se que os mesmos não constituem uma ameaça à capacidade da empresa para manter uma base de fundos próprios adequados. A informação sobre o montante anual da remuneração auferida por cada membro do Conselho de Administração, demais pessoas que dirigem efetivamente a empresa e por cada membro do órgão de fiscalização encontra-se no ponto dedicado às Partes Relacionadas das Notas às Demonstrações Financeiras.

6. Aplicação de Resultados

O resultado líquido positivo de 1.650.446 euros advém de operações com cooperadores e com terceiros, não cooperadores.

A distribuição do Resultado após impostos é feita pelo apuramento do peso de cada um nos Prémios Brutos Emitidos.

Serviços com Terceiros: 910.982 euros.

Excedente Relevante (operações com cooperadores): 739.464 euros.

A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados relativos ao excedente relevante é a seguinte:

Para Reservas Obrigatórias

Para a Reserva Legal: 23%, nos termos do art.º 54.º 1-a) dos Estatutos, isto é 170.077 euros;

Para a Reserva para Educação e Formação Cooperativa e Mutualista: 4%, correspondendo a 29.579 euros;

Para o Fundo Mutualista

2% dos excedentes anuais líquidos provenientes de operações com cooperadores, nos termos do art.º 54.º 1-c) dos Estatutos, isto é 14.789 euros;

Para Juros aos Cooperadores

Os juros aos cooperadores que subscreveram pelo menos 100 títulos há pelo menos 6 meses, à taxa de 2,072%, arredondado por excesso, isto é 489 euros nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º dos Estatutos;

Para Resultados Transitados

O remanescente entre as aplicações atrás referidas e o excedente relevante, isto é 524.530 euros.

Para Outras Reservas

O excedente não distribuível, proveniente de serviços com Terceiros, é igual a 910.982 euros e destina-se a outras reservas.

7. Perspetivas para o triénio 2026-2028

A concretização das orientações e ações explanadas no Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2026/2028, aprovado na Assembleia Geral de 21 de dezembro de 2025, é o principal objeto da nossa ação imediata.

No entanto há a relevar algumas áreas de intervenção:

O reforço da ação cooperativa e o crescimento do número de cooperadores encontrando novas soluções e estratégias, ponto decisivo para fortalecer e assegurar o desenvolvimento e afirmação da Mútua dos Pescadores, enquanto seguradora e parceiro relevante do movimento cooperativo.

Assumir estratégias e medidas para uma mais forte afirmação da Mútua dos Pescadores, como a seguradora da Pesca e do Mar, na pesca, na atividade marítimo turística, na náutica de recreio, transporte marítimo e ciência marítima.

Continuar a responder às crescentes exigências regulatórias, adotando as medidas adequadas ao seu cumprimento.

Concretizar o desafio da transformação digital, no essencial dentro do triénio, dotando a Mútua dos Pescadores de meios e recursos digitais, que permitam uma resposta mais célere e próxima a todos os nossos cooperadores, tomadores de seguro, pessoas seguras e beneficiários.

Continuar a acompanhar o processo de construção e reabilitação de embarcações, decorrentes dos fundos do PRR, nos diferentes Estaleiros, e a integração de novas unidades na atividade da pesca.

Prosseguir a adequação da organização da Mútua dos Pescadores, em todas as suas áreas de atividade e serviços, com um objetivo de garantir uma resposta consistente aos desafios que se colocam ao setor cooperativo e à atividade seguradora transformando a estratégia de comunicação e marketing.

8. Agradecimentos

Destacando a importância dos resultados alcançados no ano de 2025, que contribuem para continuar a reforçar a solidez da Mútua dos Pescadores, reafirmando o seu compromisso com os tomadores de seguro, as pessoas seguras, os beneficiários, os cooperadores, e os trabalhadores da cooperativa, o Conselho de Administração a todos manifesta o reconhecimento e gratidão pelo desempenho e pela confiança demonstrada.

Também a ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, enquanto entidades públicas que supervisionam e acompanham a atividade, contribuíram com a sua permanente disponibilidade, para o desempenho da desta cooperativa.

Os Resseguradores e as Seguradoras com as quais se partilha o risco, justificam o agradecimento pela confiança que depositam em nós.

Os fornecedores e os prestadores de serviço de longa data, assim como as diversas entidades e associações com as quais mantêm relações de cooperação, merecem o nosso reconhecimento.

Um profundo agradecimento a todos os membros dos órgãos sociais que cessaram funções, no final do mandato de 2021-2025, pelo seu empenho, dedicação e contributo para o desenvolvimento das atividades da Mútua dos Pescadores no exercício das suas funções.

Um especial agradecimento para a Dra. Ana Vicente, que trabalhou connosco durante doze anos, nove dos quais como Diretora Geral, que deixou uma marca indelével de capacidade, compromisso, visão, relação fraternal, que nos irá acompanhar por muitos anos, e que, por ter assumido novas e relevantes funções noutra instituição, deixou de poder continuar a trabalhar connosco, sabendo que continua, de coração cheio, nossa cooperadora.

O Comité de Gestão

Carlos Alberto Mendonça Rabaçal – Diretor Geral
Carlos Alberto Fernandes Moreira – Diretor Técnico
Carlos Alberto Sousa Garcês – Diretor Comercial
Nuno Miguel Machado Teixeira – Diretor de Tecnologias de Informação
Sandra Isabel Pinto Louro – Diretora Financeira e de Resseguro

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado (Presidente)
Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente)
Arsénio Marques Caetano
Jerónimo Gomes Viana
Joaquim Manuel Simplício Anacleto
Sara Maria Paeta da Costa Domingues
Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

(valores em euros)

Demonstração da Posição Financeira	Notas	31-dez-2025			31-dez-2024
		Valor Bruto	Imparidades, depreciações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5	1 291 995	-	1 291 995	1 978 434
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		4 412 600	-	4 412 600	3 948 650
Mensurados pelo método da equivalência patrimonial	6	4 412 600	-	4 412 600	3 948 650
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas		930 516	-	930 516	710 985
Instrumentos de capital e unidades de participação	7	898 520	-	898 520	679 675
Títulos de dívida	7	31 996	-	31 996	31 310
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		30 911 713	-	30 911 713	27 287 710
Títulos de dívida	8	30 911 713	-	30 911 713	27 287 710
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		2 952 537	37 546	2 914 991	3 136 070
Títulos de dívida	9	395 489	-	395 489	593 721
Empréstimos e contas a receber	9	2 557 049	37 546	2 519 502	2 542 350
Terrenos e edifícios		10 004 854	185 613	9 819 241	9 471 259
Terrenos e edifícios de uso próprio	10	4 331 181	185 613	4 145 568	3 937 052
Terrenos e edifícios de rendimento	11	5 673 674	-	5 673 674	5 534 207
Outros ativos tangíveis	12	1 411 838	1 191 562	220 275	211 231
Outros ativos intangíveis	13	478 962	330 514	148 447	111 388
Ativos de contratos de resseguro cedido dos ramos Não Vida		6 291 707	-	6 291 707	5 433 921
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	14	6 291 707	-	6 291 707	5 433 921
De serviços futuros		645 770	-	645 770	500 739
De serviços passados		5 645 938	-	5 645 938	4 933 181
Valor atual estimado dos fluxos de caixa		5 413 677	-	5 413 677	4 741 389
Ajustamento de risco		232 260	-	232 260	191 792
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	133 360	-	133 360	137 512
Outros devedores por operações de seguro e outras operações		2 953 651	1 227 309	1 726 342	2 395 996
Contas a receber por operações de seguro direto	16	1 485 896	1 121 571	364 324	361 182
Contas a receber por operações de resseguro	16	41 778	-	41 778	510 207
Contas a receber por outras operações	16	1 425 977	105 737	1 320 240	1 524 607
Ativos por impostos e taxas		391 335	-	391 335	429 264
Ativos por impostos e taxas correntes	17	8 403	-	8 403	6 603
Ativos por impostos diferidos	17	382 932	-	382 932	422 661
Acréscimos e diferimentos	18	196 770	-	196 770	216 411
		62 361 839	2 972 545	59 389 294	55 468 831

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores em euros)

Demonstração da posição financeira	NOTA	31-dez-2025	31-dez-2024
PASSIVO			
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida		25 226 599	24 654 320
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	20	25 226 599	24 654 320
De serviços futuros		1 683 719	1 559 163
De serviços passados		23 542 880	23 095 158
Valor atual estimado dos fluxos de caixa		22 449 832	21 954 998
Ajustamento de risco		1 093 048	1 140 160
Outros passivos financeiros		6 540 765	5 837 041
Depósitos recebidos de resseguradores	21	6 540 765	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	22	4 434 161	4 077 224
Contas a pagar por operações de seguro direto		3 763 398	3 709 396
Contas a pagar por operações de resseguro		378 835	179 148
Contas a pagar por outras operações		291 928	188 680
Passivos por impostos e taxas		1 380 517	1 378 492
Passivos por impostos (e taxas) correntes	17	478 823	410 281
Passivos por impostos diferidos	17	901 695	968 211
Acréscimos e diferimentos	18	283 382	250 275
TOTAL PASSIVO		37 865 424	36 197 351
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	23	6 350 551	6 309 430
Reservas de reavaliação		(298 312)	(420 530)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	24	(1 178 277)	(1 087 350)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	24	586 912	502 375
Por ajustamentos de outros	24	222 240	82 494
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	24	70 813	81 951
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	24/25	1 492 411	1 142 352
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	24/26	(90 622)	(106 261)
Reserva por impostos		(415 016)	(398 779)
Impostos diferidos	17/24	(415 016)	(398 779)
Impostos correntes	17/24	-	-
Outras reservas		5 704 647	4 860 195
Reserva legal	24	1 048 949	914 006
Outras reservas	24	4 655 698	3 946 190
Resultados transitados		7 129 764	6 560 718
Resultado do exercício		1 650 446	1 324 355
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		21 523 870	19 271 480
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		59 389 294	55 468 831

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores em euros)

Demonstração de resultados	Notas	31-dez-2025			31-dez-2024
		Técnica Não Vida	Não técnica	Total	
Réditos de contratos de seguro		13 198 005	-	13 198 005	12 439 486
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	27	13 198 005	-	13 198 005	12 439 486
Gastos de contratos de seguro	28	10 702 714	-	10 702 714	11 614 572
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis		9 777 413	-	9 777 413	10 060 232
Sinistros ocorridos		7 715 471	-	7 715 471	8 028 458
Outros gastos atribuíveis		2 061 943	-	2 061 943	2 031 774
Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro		1 295 604	-	1 295 604	1 280 859
Alterações relativas a serviços passados		(370 303)	-	(370 303)	273 480
Alterações relativas a serviços futuros		-	-	-	-
Réditos de contratos de resseguro cedido	29	2 979 382	-	2 979 382	3 987 136
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis – Parte dos resseguradores		2 637 581	-	2 637 581	3 544 843
Alterações relativas a serviços passados – Parte dos resseguradores		342 613	-	342 613	442 421
Alterações relativas a serviços futuros – Parte dos resseguradores		-	-	-	-
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador		(812)	-	(812)	(129)
Gastos de contratos de resseguro cedido	30	3 518 946	-	3 518 946	3 337 941
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio - Parte dos resseguradores		3 518 946	-	3 518 946	3 337 941
RESULTADO DE CONTRATOS DE SEGURO		1 955 727	-	1 955 727	1 474 109
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro		447 270	-	447 270	401 599
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido		91 215	-	91 215	50 313
RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO	31	(356 055)	-	(356 055)	(351 287)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Rendimentos		1 106 478	42 861	1 149 338	1 082 716
De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas	32	858 895	1 225	860 120	805 005
Outros	32	247 582	41 636	289 218	277 711
Gastos financeiros		53 771	-	53 771	54 557
De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas	33	-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas	33	-	-	-	-
Outros	33	53 771	-	53 771	54 557
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	34	73 147	384 832	457 980	446 616
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	35	301 796	684	302 480	320 400
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	36	(11 254)	-	(11 254)	1 227
Gastos não atribuíveis	37	1 518 024	37 316	1 555 340	1 403 325
Outros rendimentos/gastos técnicos	38	(4 732)	-	(4 732)	3 547
Outras provisões (variação)	39	-	(4 012)	(4 012)	149 528
Outros rendimentos/gastos		-	1 204	1 204	118 460
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		1 515 821	396 277	1 912 098	1 485 925
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	17	-	310 400	310 400	190 841
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	17	-	(48 747)	(48 747)	(29 271)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1 515 821	134 625	1 650 446	1 324 355

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores em euros)

Demonstração do Rendimento Integral	31-dez-25			31-dez-2024
	Técnica Não Vida	Não técnica	Total	
Resultado líquido do exercício	1 515 821	134 625	1 650 446	1 324 355
Outro rendimento integral do exercício	(102 064)	-	(102 064)	278 494
Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-
Ganhos e perdas líquidos	(90 927)	-	(90 927)	276 235
Reclassificação	(11 137)	-	(11 137)	2 259
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	11 137	-	11 137	(2 259)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	350 059	-	350 059	(593 517)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	15 639	-	15 639	26 369
Alterações no excedente de revalorização	199 604	-	199 604	(79 395)
Terrenos e edifícios de uso próprio	199 604	-	199 604	(79 395)
Impostos	(16 237)	-	(16 237)	(391 662)
Outros movimentos	(12 848)	139 746	126 898	(6 612)
Total do rendimento integral líquido de impostos	1 949 974	274 371	2 224 345	558 033

O Contabilista Certificado n.º 31942
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração
João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano, Jerónimo Gomes Viana, Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, Sara Maria Paeta da Costa Domingues, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

(valores em euros)

Demonstração de variações do capital próprio	Capital	Reservas de reavaliação			
		Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Por ajustamentos de outros	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas
Balanzo a 31 de dezembro de 2023	6 271 633	(1 363 585)	581 770	89 106	79 692
Balanzo a 1 de janeiro de 2024	6 271 633	(1 363 585)	581 770	89 106	79 692
Aumentos/reduções de capital	37 797	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	276 235	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	(79 395)	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de outros	-	-	-	(6 612)	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	2 259
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	-	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-
Total das variações do capital próprio	37 797	276 235	(79 395)	(6 612)	2 259
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-
Balanzo a 31 de dezembro de 2024	6 309 430	(1 087 350)	502 375	82 494	81 951
Balanzo a 1 de janeiro de 2025	6 309 430	(1 087 350)	502 375	82 494	81 951
Aumentos/reduções de capital	28 854	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-	(90 927)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	199 604	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de outros	-	-	-	139 746	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	(11 137)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	-	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	12 268	-	-	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-
Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	(115 067)	-	-
Total das variações do capital próprio	41 122	(90 927)	84 537	139 746	(11 137)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-
Balanzo a 31 de dezembro de 2025	6 350 551	(1 178 277)	586 912	222 240	70 813

Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Reserva legal	Outras reservas			
1 735 869	(132 630)	(7 117)	811 293	3 358 463	5 844 847	1 008 748	18 278 088
1 735 869	(132 630)	(7 117)	811 293	3 358 463	5 844 847	1 008 748	18 278 088
-	-	-	-	-	-	-	37 797
-	-	-	-	-	-	-	276 235
-	-	-	-	-	-	-	(79 395)
-	-	-	-	-	-	-	(6 612)
-	-	-	-	-	-	-	2 259
(593 517)	-	-	-	-	-	-	(593 517)
-	26 369	-	-	-	-	-	26 369
-	-	(391 662)	-	-	-	-	(391 662)
-	-	-	102 713	587 727	715 871	-	1 406 311
-	-	-	-	-	-	(1 008 748)	(1 008 748)
(593 517)	26 369	(391 662)	102 713	587 727	715 871	(1 008 748)	(330 963)
-	-	-	-	-	-	1 324 355	1 324 355
1 142 352	(106 261)	(398 779)	914 006	3 946 190	6 560 718	1 324 355	19 271 480
1 142 352	(106 261)	(398 779)	914 006	3 946 190	6 560 718	1 324 355	19 271 480
-	-	-	-	-	-	-	28 854
-	-	-	-	-	-	-	(90 927)
-	-	-	-	-	-	-	199 604
-	-	-	-	-	-	-	139 746
-	-	-	-	-	-	-	(11 137)
350 059	-	-	-	-	-	-	350 059
-	15 639	-	-	-	-	-	15 639
-	-	(16 237)	-	-	-	-	(16 237)
-	-	-	134 943	723 246	453 899	(1 324 355)	-
-	-	-	-	-	(809)	-	(809)
-	-	-	-	(13 737)	889	-	(12 848)
-	-	-	-	-	115 067	-	-
350 059	15 639	(16 237)	134 943	709 509	569 046	(1 324 355)	601 944
-	-	-	-	-	-	1 650 446	1 650 446
1 492 411	(90 622)	(415 016)	1 048 949	4 655 698	7 129 764	1 650 446	21 523 870

(valores em euros)

Demonstração dos fluxos de caixa	31-dez-2025	31-dez-2024
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
Recebimentos		
Operações de Seguro	15 018 072	14 170 192
Operações de Resseguro	1 266 157	550 825
Outras Atividades Operacionais	2 609 508	1 436 318
Impostos e Taxas	618 219	599 651
Pagamentos		
Operações de Seguro	(7 427 557)	(6 584 908)
Operações de Resseguro	(1 257 464)	(1 621 712)
Outras Atividades Operacionais	(3 471 724)	(3 485 094)
Pagamentos ao Pessoal	(2 374 619)	(2 196 536)
Pagamentos a Fornecedores	(1 310 851)	(1 427 899)
Impostos e Taxas	(1 577 381)	(1 335 863)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	2 092 359	104 973
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Recebimentos		
Alienação de Investimentos	3 492 018	1 300 891
Reembolso de depósitos	8 430 000	6 610 000
Alienação de ativos tangíveis	6 600	6 000
Recebimentos de rendimentos de instrumentos financeiros	764 382	734 930
Recebimentos de rendimentos de imóveis de rendimento	217 361	216 285
Outros Rendimentos		
Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(7 019 239)	(2 323 935)
Constituição de depósitos	(8 440 000)	(6 115 000)
Aquisição de ativos tangíveis	(69 830)	(44 768)
Aquisição de ativos intangíveis	(140 470)	
Outros Pagamentos	(19 622)	(20 534)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	(2 778 799)	363 871
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos		
Outros	-	-
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	-	-
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	(686 440)	468 844
Caixa e seus equivalentes a 1 de janeiro	1 978 434	1 509 591
Caixa e seus equivalentes a 31 de dezembro	1 291 995	1 978 434

O Contabilista Certificado n.º 31942
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração
João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano, Jerónimo Gomes Viana, Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, Sara Maria Paeta da Costa Domingues, Vanessa Iglesias Calado Carvalho Amorim

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 ATIVIDADE E ESTRUTURA

A Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L., (doravante designada por Mútua), registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 16.616, com o NIPC 500726477, foi constituída em 1942, e desde 1 de janeiro de 2004 adotou a forma jurídica de Cooperativa de Responsabilidade Limitada.

A Mútua tem a sua sede e domicílio fiscal na Av. Santos Dumont, n.º 57- 6.º, 7.º, e 8.º em Lisboa, e está representada com balcões a nível nacional, incluindo ilhas (Açores e Madeira).

A Mútua dedica-se ao exercício da atividade de seguros Não Vida, nos ramos: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Embarcações marítimas, lacustres e fluviais (designado por Marítimo), Incêndio e Outros Danos em Coisas (também designado por Multirriscos), conforme registo na Autoridade de Supervisão e Fundo de Pensões, sob o n.º 1020.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o resultado das suas operações para o exercício findo a 31 de dezembro de 2025.

NOTA 2 BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador (PCES) estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), aprovado pela Norma N.º 9/2022-R, de 2 de novembro, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras estão elaboradas em respeito aos pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade com vista à apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da empresa de seguros, e estão expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2026, e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Cooperadores em 29 de março de 2026.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Mútua é o euro. Os montantes apresentados nas presentes demonstrações financeiras foram arredondados para a unidade do euro mais próxima, exceto se houver indicação em contrário.

2.3.1. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em ganhos e perdas.

Os ativos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para euros à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

2.4. Resumo das políticas contabilísticas significativas

2.4.1. Contratos de Seguro e Contratos de Resseguro

Classificação dos contratos de seguro e resseguro cedido

Contratos de seguro

A Mútua emite contratos de seguro no decurso normal da sua atividade.

A Mútua reconhece como contratos de seguro, os contratos em que a Mútua aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento coberto pelo seguro) afetar adversamente o tomador de seguro.

Contratos de resseguro cedido

A Mútua celebra tratados com o intuito de transferir o risco de seguro, juntamente com os respetivos prémios, para uma ou mais entidades resseguradoras. Sendo que, independentemente de a entidade resseguradora não ter a capacidade de

cumprir com as suas obrigações, a Mútua será sempre a responsável perante os seus tomadores de seguro pela parcela ressegurada.

Nível de agregação

Os níveis de agregação para os contratos de seguro emitidos são divididos por portfólios. De acordo com a norma, cada portfólio deve incluir contratos de seguro sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto. Assim, a Mútua decidiu agregar os portfólios ao nível dos grandes ramos:

- Acidentes de Trabalho;
- Acidentes Pessoais;
- Embarcações marítimas, lacustres e fluviais (designado por “Marítimo”);
- Incêndio e Outros Danos em Coisas (também designado por Multirriscos).

Dentro de cada portfólio, os contratos de seguro são segmentados com base na rendibilidade esperada no reconhecimento inicial em:

- Contratos onerosos;
- Contratos sem risco significativo de se tornarem onerosos;
- Restantes contratos.

Adicionalmente, é feita uma segmentação por ano de emissão, sendo por isso os cohorts anuais.

No que concerne aos contratos de resseguro cedido, a Mútua definiu um portfólio de resseguro por cada tratado existente.

Separação de componentes

Atualmente, a Mútua não possui componentes de investimento distintas do contrato de seguro de acolhimento pelo que não existe esta separação.

Reconhecimento inicial

O reconhecimento dos contratos de seguro nos grupos de contratos é efetuado na data de início de cobertura do risco, sendo assumido que não existem contratos onerosos no reconhecimento inicial. Caso existam indícios de onerosidade, os contratos serão avaliados e será reconhecida a onerosidade (no caso de existir).

Modelos de mensuração

A IFRS 17 veio impor novas regras de mensuração que as empresas devem aplicar de acordo com as características dos contratos de seguro:

- *O General Measurement Model (GMM)*, modelo que se aplica a todos os contratos de seguro que estão dentro do âmbito do normativo que não sejam mensurados pelo *Premium Allocation Approach (PAA)* ou pelo *Variable Fee Approach (VFA)*;
- *O Premium Allocation Approach (PAA)*, modelo simplificado que pode ser aplicado a contratos de duração igual ou inferior a um ano ou, a contratos cujo resultado da componente LRC (*Liability for Remaining Coverage*) não seja materialmente diferente do resultado da componente LRC, calculada segundo o método GMM;
- *O Variable Fee Approach (VFA)*, modelo que deve ser aplicado a contratos de seguro com participação direta que cumpram os requisitos mencionados no normativo.

A Mútua dos Pescadores cumpre com os critérios de elegibilidade para a aplicação do PAA para a plenitude dos grupos de contratos.

Fronteiras contratuais

Uma vez que todos os contratos da Mútua são anuais renováveis, a fronteira do contrato é sempre de um ano.

Gastos Atribuíveis

No que toca aos fluxos de caixa dentro da fronteira do contrato, o normativo introduz o conceito de custos atribuíveis e não atribuíveis, de forma a alocar aos contratos apenas os custos que estão diretamente relacionados com o cumprimento dos mesmos nos termos do parágrafo B65 da IFRS17.

Assim sendo, a Mútua dos Pescadores fez uma análise de todas as contas de gastos por natureza (conta 68) para identificar se correspondiam, total ou parcialmente, a gastos atribuíveis a contratos de seguro e para quantificar a sua correta desagregação por funções.

Posteriormente, os montantes de gastos diretamente atribuíveis ou parcialmente atribuíveis a contratos de seguro foram alocados pelas funções definidas no Plano de Contas de Empresas de Seguros (PCES) através da aplicação da matriz de imputação de custos baseada nos pressupostos e métodos definidos para o efeito pela Mútua dos Pescadores.

Após a alocação dos custos atribuíveis por funções, procede-se à imputação por ramos de seguro e grupos de contratos, conforme as seguintes regras:

- Custos com Sinistros - Serão repartidos por ramos consoante a proporção dos prémios.
- Custos de Aquisição - Serão repartidos por ramos consoante a proporção dos prémios.
- Custos Administrativos - Serão repartidos por ramos consoante a proporção dos prémios.
- Custos com Gestão de Investimentos - Serão repartidos por ramos consoante a proporção do passivo a 31 de dezembro de n-1.

Aplicação do PAA aos contratos de seguro

Esta abordagem é uma abordagem simplificada pelo que importa salientar que a Mútua apenas a aplicou porque foram preenchidos os requisitos descritos na norma.

Estes requisitos referem que uma companhia só pode aplicar esta abordagem se:

- tiver razões para crer que esta simplificação conduzirá a uma mensuração do passivo de cobertura remanescente do grupo que não será significativamente diferente daquela que seria obtida pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- o período de cobertura de cada contrato do grupo (incluindo os serviços de contratos de seguro decorrentes de todos os prémios dentro dos limites contratuais) é igual ou inferior a um ano.

Metodologia utilizada no cálculo da taxa de desconto

Metodologia combinada entre a *Top-Down* e a *Bottom-Up Approaches*. Isto é, à curva EIOPA sem *volatility adjustment* (Curva de juro sem risco) à data de referência é adicionado o prémio de iliquidez que reflete as características da carteira da Mútua.

Cálculo do Prémio de Iliquidez:

A cada data de reporte, tendo por base a carteira de ativos da Mútua, é calculada a diferença entre a *yield to maturity* sem risco de crédito da carteira e a curva EIOPA. A *yield to maturity* da Mútua é calculada com base na *Expected Credit Loss* (ECL) introduzida pela IFRS 9.

A 31 de dezembro de 2025 a curva utilizada foi:



A aplicação da curva de taxa de juro torna-se mais impactante nas responsabilidades do tipo Vida em Acidentes de Trabalho, dada a longevidade das responsabilidades.

E, dada a grande volatilidade que a inclusão destes pressupostos colocam aos resultados da empresa, a Mútua, optou, conforme parágrafos 88b) e B130 da IFRS 17 por desagregar os rendimentos e custos da componente financeira em Ganhos e Perdas e Outro Rendimento Integral (OCI), para todos os portfólios, de forma a reduzir ao máximo o eventual mismatch contabilístico entre as opções contabilísticas tomadas para efeito de mensuração do passivo (IFRS 17) e as opções contabilísticas tomadas para os ativos que cobrem esses passivos (pela IFRS 9).

Metodologia utilizada no cálculo do Ajustamento pelo Risco para o Risco Não Financeiro (RA)

O normativo define o RA como a compensação que a Companhia exige para suportar a incerteza acerca do montante e momento dos fluxos de caixa resultante de riscos não financeiros. Estão por isso incluídos todos os riscos não financeiros associados aos contratos de seguro como os riscos de anulação e de gastos (IFRS 17.B86), excluindo-se o risco operacional geral, por não depender dos contratos de seguro.

A Mútua optou pelo modelo PAA para todos os grupos de contratos. A LRC do PAA fica excluída pela simplificação que o modelo permite para a sua mensuração.

O normativo indica que, no reconhecimento inicial, o RA deve ser mensurado ao nível do grupo de contratos (IFRS 17.24). A Mútua calcula o RA a um nível inferior, por risco, como faz atualmente no âmbito de Solvência II, e agrega o valor de RA ao nível do grupo de contratos, tendo em conta a diversificação entre as várias componentes.

A matriz de diversificação é a usada em Solvência II para as responsabilidades não Vida.

Para as responsabilidades Vida o cálculo da RA tem por base o risco de prémio e reservas de Solvência II (Risco de longevidade, despesas e revisão).

A Técnica de Estimação utilizada foi o *Value at Risk* (VaR).

A metodologia adotada para o grupo de contratos AT Pensões (incluindo Assistência Vitalícia – AV) foi o VaR com um nível de confiança de 70%.

Para os restantes grupos de contratos (responsabilidades Não Vida) foi utilizado o VaR com um nível de confiança de 80%. O cálculo do VAR foi efetuado separadamente para AT - Salários e AT - Despesas Não AV (incluindo os custos de gestão – função de sinistros de AT). A mesma desagregação é feita para AP (Despesas Médicas e Proteção de Rendimento) e para Marítimo (Mar e PHPS). Para Multiriscos é englobado o incêndio.

2.4.2. Instrumentos Financeiros

Classificação inicial, mensuração inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor.

A classificação dos ativos financeiros irá depender do modelo de negócio da entidade e das características dos cash flows contratuais do instrumento financeiro, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados.

Para determinar qual o modelo de negócio utilizado na gestão de um ativo financeiro, a Mútua define como espera vir a obter cash flows desse ativo financeiro.

O modelo de negócio é determinado a um nível que reflita como um grupo de ativos financeiros é gerido no seu conjunto para alcançar o objetivo específico desse modelo de negócio, não dependendo dos planos para qualquer ativo financeiro em particular. A Mútua tem em consideração todas as informações relevantes que permitam concluir sobre qual o modelo de negócio considerado para a gestão dos seus ativos financeiros. Neste contexto, são avaliados:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultem em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade; e
- Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é considerado consistente com o critério SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest*), caso:

- O ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;
- O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados, mas não liquidados;
- O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

Conforme referido acima, na determinação da classificação e mensuração de ativos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - Instrumentos financeiros consideram-se dois critérios:

- O modelo de negócio da entidade para gestão do ativo financeiro; e,
- As características dos *cash flows* contratuais do ativo financeiro: apenas pagamentos de capital e juros.

No reconhecimento inicial, existe a possibilidade de a Mútua classificar irrevogavelmente investimentos em instrumentos de capital próprio como ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas quando estes atendem à definição de instrumentos de capital da IAS 32 e não são detidos para negociação.

A classificação é determinada numa base de instrumento a instrumento.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL), as quais são registadas por contrapartida da rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado” na Demonstração de Resultados.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de resultados”, com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas geradas no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”.

Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas” (FVOCI) se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro; e
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Estes instrumentos financeiros são essencialmente compostos por instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumuladas em reservas são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas”.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL). As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas”, por contrapartida de reservas, e não reduzindo a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas são reconhecidos na rubrica de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de resultados” com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados” (FVPL) se o modelo de negócio definido pela Mútua para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor por via de reservas.

Adicionalmente, a Mútua pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor por via de reservas, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de resultados sobre os mesmos, mas em diferentes bases.

Os ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de “Rendimentos de outros”

com base na taxa de juro efetiva de cada transação. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Mútua de receber os seus fluxos de caixa ou a Mútua tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. A Mútua considera que reteve ou não o controlo dos ativos financeiros transferidos se, e só se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência.

Transferências entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospectivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos ou perdas (incluindo relacionadas com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de reservas, nem de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

Justo valor

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. A Mútua procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

• Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados".

• Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores, valores recebidos em operações de reporte e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Imparidade

A Mútua reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL) em instrumentos financeiros registados das seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Estas perdas por imparidade reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado".
- Instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas - Estas perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas", por contrapartida de reservas (não reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros).

As perdas por imparidade são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e todos os fluxos de caixa que a Mútua espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade de créditos esperadas são determinadas, considerando no momento da avaliação, a exposição ao risco à respetiva probabilidade de *default* (PD), a respetiva severidade expectável da perda (LGD) bem como o relevante fator de desconto. Trata-se de um aferimento do risco tendo em conta uma estimativa de probabilidade e valor temporal dos fluxos de caixa futuros a serem avaliados.

Esta avaliação é complementada por avaliação da degradação ou não da notação de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Uma deterioração significativa da notação de crédito implica que a avaliação deixe de ser feita numa perspetiva anual, passando a ser feita para a duração remanescente do instrumento financeiro. Instrumentos financeiros sem deterioração de rating são assim considerados em estágio 1, instrumentos financeiros com deterioração significativa de rating são considerados em estágio 2, sendo o estágio 3 constituídos por instrumentos financeiros com evidência objetiva de *default*.

Em termos genéricos, uma degradação significativa de rating a partir do reconhecimento inicial é dada pela descida de pelo menos duas notações de rating a partir do momento em que o rating inicial se situa no BBB, sendo que esta decisão será sempre suportada numa análise caso a caso dos fatores da descida do *rating*.

As perdas por imparidade de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não se verificou um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas refletem quantitativamente a perda expectável de um evento de incumprimento nos próximos 12 meses (*12 month expected credit losses*). No caso das outras exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é requerida uma perda por imparidade de crédito ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento do incumprimento, o que é qualificado como uma perda de crédito *lifetime* (*lifetime expected credit losses*).

À data de balanço, a Mútua avalia se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer a avaliação, a Mútua compara o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reporte com o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reconhecimento inicial e considera todas as informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos.

A Mútua utiliza para a avaliação creditícia os ratings de pelo menos três agências credenciadas pelo regulador European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA) aplicando o critério do segundo melhor rating, limitado, em termos gerais, ao *rating* da emissão ou, caso não disponível ou não aplicável, ao *rating* do emitente ou alternativamente ao *rating* do grupo financeiro correspondente. Em último caso, numa situação em que esta informação não esteja disponível, a Mútua procura aferir, através de uma metodologia de *scoring*, um *rating* interno baseado numa análise das demonstrações financeiras disponíveis.

A Mútua considera um ativo financeiro como estando em incumprimento quando este estiver vencido há 90 dias, sendo improvável que a Mútua receba os valores contratuais em aberto na íntegra.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas e ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos a redução do valor recuperável sob a abordagem geral e são classificados nos seguintes estágios para mensuração das perdas por imparidade de crédito esperadas.

Estes ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco, dependendo da degradação significativa de risco de crédito:

Estágio 1 - Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;

Estágio 2 - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,

Estágio 3 - Ativos em imparidade (ativos em *default*).

Dependendo da classificação do estágio da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em Estágio 1; e,
- Perdas esperadas *lifetime*: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de

caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais eventos de perda até à maturidade, sendo aplicada para operações em Estágio 2 e 3.

2.4.3. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Mútua exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Mútua detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Mútua detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades.

São considerados investimentos em associadas as empresas em que a Mútua detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controlo. Existe influência significativa sempre que a participação da Mútua numa participada se situe entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Pode ainda ser exercida influência significativa numa participada através da intervenção na gestão da associada ou na composição dos Órgãos de Gestão, com poder executivo.

A Mútua contabiliza os investimentos em subsidiárias, pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

2.4.4. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio correspondem aos imóveis detidos pela Mútua para sua utilização.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de uso próprio são mensurados ao justo valor determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de terrenos e edifícios de uso próprio". As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de depreciação.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade". As perdas por imparidade podem ser revertidas também com impacto em ganhos e perdas, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.4.5. Terrenos e edifícios de rendimento

Os terrenos e edifícios de rendimento correspondem aos imóveis detidos pela Mútua com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os terrenos e edifícios de rendimento são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de rendimento são mensurados ao justo valor determinado com base em avaliações de peritos, não sendo depreciados.

As variações no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidas na demonstração de resultados, na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Mútua estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos.

2.4.6. Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Mútua no decurso da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Mútua.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis.

	Anos de vida útil
Mobiliário e material não especificado	8
Máquinas de escrever e fotocopiar	5
Instalações telefónicas	10
Aparelhos e máquinas eletrónicas	5
Equipamentos informáticos	3
Automóveis	4

Um item do ativo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

A Mútua efetua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na demonstração de resultados.

2.4.7. Outros ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38 - Ativos Intangíveis:

- O desenvolvimento do software é algo tecnicamente viável, para que fique disponível para utilização;
- Existe intenção pela Mútua, de completar o software e utilizá-lo;
- É possível demonstrar que o software irá gerar benefícios económicos futuros por mais de um período;
- A Mútua dispõe de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar o software;
- As despesas atribuíveis ao desenvolvimento do software durante o seu desenvolvimento possam ser mensuradas.

Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A anulação do reconhecimento do ativo intangível é efetuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em "Outros rendimentos e gastos" na demonstração de resultados no período em que o ativo é desreconhecido.

2.4.8. Imparidade de ativos não financeiros

A Mútua avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado ativo possa estar em imparidade. Se tal indicação existir, a Mútua estima a respetiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o ativo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, a Mútua reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, casos contrários deverão permanecer ao custo.

2.4.9. Locações

Empresa como locadora

As locações que não transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são classificados como locações operacionais. As rendas periódicas são reconhecidas como rendimento na demonstração de resultados, nos períodos a que respeitam.

As locações financeiras transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo. As rendas periódicas são constituídas pelo rendimento financeiro, sendo reconhecido na demonstração de resultados, e pela amortização financeira de capital que é deduzida ao ativo ao longo do período da locação.

2.4.10. Impostos sobre rendimentos

Impostos correntes

O imposto corrente, ativo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos na demonstração de resultados, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

2.4.11. Provisões e passivos contingentes

Procede-se ao reconhecimento de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, podendo ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, e a responsabilidade seja possível, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.4.12. Benefícios dos empregados

Responsabilidades com pensões

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

A Mútua dos Pescadores celebrou um Acordo de Empresa (AE) com o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e afins (SINAPSA) publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 18, de 15 de maio de 2018 (AE de 2018).

O referido AE de 2018 substituiu todos os outros anteriores instrumentos de regulamentação coletiva que vigoraram na Mútua até à data da sua publicação.

Para a efetivação do estabelecido na Cláusula 50.ª e seguintes do AE de 2018, já em vigor, foi alterado o contrato de adesão Coletiva n.º 50 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização que visou nomeadamente:

- A Introdução do Plano de Contribuição Definida – Plano Individual de Reforma (PIR) para todos os trabalhadores atuais e futuros;
- A transferência do valor integralmente financiado a título de responsabilidades por serviços passados, com referência a 31 de dezembro do ano anterior àquele em que tenha sido concedida a autorização da Autoridade de Supervisão e

Fundos de Pensões (ASF), para o saldo inicial do PIR;

- E relativamente aos beneficiários do regime complementar de reforma por velhice ou invalidez previsto no CCT para a atividade seguradora, publicado pelo Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, a manutenção dos regimes que vigoravam à data em que se reformaram e que integraram o contrato agora celebrado.
- Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro a ASF autorizou, em 31 de dezembro de 2019, a alteração ao contrato acima referido, pelo que se procedeu em conformidade.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.13. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

2.4.14. Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa a Mútua considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.4.15. Resseguro

No decurso da sua atividade a Mútua cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua atividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

2.4.16. Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Mútua, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva. Sempre que se registem indícios de que um ativo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os ativos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

2.4.17. Ramos de negócio

A Mútua desagrega a informação apresentada sobre os contratos de seguro nas notas às demonstrações financeiras por linha de ramos principais. A Mútua tem quatro linhas de produtos principais que gere e opera de forma independente. Como não tem instrumentos de dívida ou de capital próprio que sejam negociados num mercado público e não está em vias de emitir instrumentos num mercado público, a Mútua não é obrigada a fazer divulgações ao abrigo da IFRS 8 - Segmentos Operacionais.

NOTA 3 ALTERAÇÕES ÀS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Alterações às normas e novas normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2025:

• **IAS 21 Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade.** Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

A Mútua não espera impactos decorrentes das alterações desta norma.

3.2. Alterações às normas e novas normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2026:

• **IFRS 9 e IFRS 7 Alteração à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.** Esta alteração pretende clarificar os seguintes aspetos:

- i) Conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos;
 - ii) Quando um ativo financeiro cumpre com o critério dos cash flows contratuais corresponderem “apenas ao pagamento de principal e juros” (SPPI);
 - iii) Novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor;
 - iv) Novas divulgações requeridas para os instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral.
- A Mútua não espera impactos decorrentes das alterações desta norma.

3.3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, mas que a União Europeia ainda não endossou:

• **IFRS 18 Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.** A IFRS 18 substitui a IAS 1, com o objetivo de melhorar a transparência e comparabilidade das informações financeiras fornecidas pelas empresas.

A principal mudança trazida pela IFRS 18 refere-se à apresentação da Demonstração dos Resultados, que deve ser organizada em três categorias:

- Operacional
- Investimento
- Financiamento

A IFRS 18 impõe novas obrigações de agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras, além das notas explicativas do anexo. E introduz melhorias significativas nos requisitos de divulgação das medidas de desempenho da gestão. Entre essas melhorias, destaca-se a exigência de divulgação das bases de cálculo dos indicadores financeiros apresentados nos relatórios financeiros, bem como a reconciliação com os subtotais apresentados nas demonstrações financeiras.

Esta alteração ainda está pendente de endosso pela União Europeia.

A Mútua não espera impactos decorrentes das alterações desta norma.

• **IFRS 19 Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações.** A IFRS 19 tem como objetivo principal permitir que entidades elegíveis possam preparar suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, mas com exigências de divulgação mais reduzidas do que as normalmente exigidas pelas outras normas IFRS. As seguintes normas estão excluídas da redução de divulgação:

- IFRS 8 – Segmentos operacionais
- IFRS 17 – Contratos de seguro
- IAS 33 – Resultados por ação

Para que uma entidade possa aplicar a IFRS 19, ela precisa atender a dois critérios:

- Ser subsidiária de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para fins de prestação pública; e
- Não estar sujeita à obrigação de divulgação pública de informações financeiras, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não está em processo de cotação, nem tem como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário.

As entidades elegíveis, que constituem holdings intermédias não sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras separadas, mesmo que não as apliquem nas demonstrações financeiras consolidadas.

Esta alteração ainda está pendente de endosso pela União Europeia.

A Mútua não espera impactos decorrentes das alterações desta norma.

NOTA 4 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das demonstrações financeiras da Mútua requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos períodos seguintes.

NOTA 5 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

A rubrica de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Caixa	2 647	1 944
Depósitos à ordem	1 289 347	1 976 490
Total	1 291 995	1 978 434

NOTA 6 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Os investimentos em subsidiárias referem-se à participação financeira, em 100% da Ponto Seguro - Mediação de Seguros, S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, a subsidiária apresentava um total de capital próprio de 4.412.600 euros (3.948.650 euros em 31 de dezembro de 2024).

A Mútua mensura a sua participação financeira através do método da equivalência patrimonial.

NOTA 7 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas são apresentados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Instrumentos de dívida		
De dívida privada		
Emissores nacionais	31 996	31 310
Instrumentos de capital		
Emissores nacionais	127 895	79 707
Emissores estrangeiros	158 863	115 834
Subtotal	318 754	226 852
Outros instrumentos		
Emissores nacionais	374 381	294 617
Emissores estrangeiros	237 380	189 517
Subtotal	611 762	484 133
Total	930 516	710 985

NOTA 8 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas são apresentados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
Emissores nacionais	4 034 178	4 072 645
Emissores estrangeiros	16 923 415	13 693 174
De dívida privada		
Emissores nacionais	1 874 895	1 781 943
Emissores estrangeiros	8 079 226	7 739 948
Total	30 911 713	27 287 710

Em 2025, a Mútua não efetuou qualquer reclassificação de ativos financeiros da categoria de ativos mensurados ao justo valor através de reservas para a categoria de ativos mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas ou ao custo amortizado, nem vice-versa.

NOTA 9 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são apresentados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
Emissores nacionais	395 489	393 880
Emissores estrangeiros	-	199 840
Subtotal	395 489	593 721
Outros Depósitos		
Depósitos a prazo	2 527 249	2 520 413
Empréstimos Concedidos		
Outros	29 800	29 800
Perdas Crédito Esperadas (ECL)	(37 546)	(7 864)
Subtotal	2 519 502	2 542 350
Total	2 914 991	3 136 070

NOTA 10 TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de uso próprio foi o seguinte:

(valores em euros)

A 1 de janeiro de 2024	
Valor bruto	4 037 340
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	197 507
	3 839 833
Aquisições	-
Alienações	-
Transferências	(122 000)
Revalorização	155 000
Valor bruto	33 000
Depreciações do exercício	(89 269)
Revalorização	149 695
Transferências	3 793
Alienações/abates	-
Depreciações acumuladas	64 219
A 31 de dezembro de 2024	
Valor bruto	4 070 340
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	133 288
Total	3 937 052
Aquisições	161 508
Alienações	(95 000)
Transferências	-
Revalorização	194 333
Valor bruto	260 841
Depreciações do exercício	(95 945)
Revalorização	37 604
Transferências	-
Alienações/abates	6 017
Depreciações acumuladas	(52 325)
A 31 de dezembro de 2025	
Valor bruto	4 331 181
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	185 613
Total	4 145 568

As avaliações dos terrenos e edifícios de uso próprio, são realizadas de 3 em 3 anos e são obtidas através de um avaliador independente registado na Comissão de Mercados e Valores Mobiliário para o devido efeito. O avaliador utiliza o método de reposição e o método comparativo de mercado para atribuir o valor atual do imóvel.

Todos estes métodos referem-se ao nível 2, de acordo com a IFRS 13.

As divulgações de justo valor encontram-se na nota 41.

NOTA 11 TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de rendimento foi o seguinte:

(valores em euros)

	Total
A 1 de janeiro de 2024	5 087 000
Adições	118 207
Variações de justo valor	329 000
A 31 de dezembro de 2024	5 534 207
Adições	-
Variações de justo valor	139 466
A 31 de dezembro de 2025	5 673 673

As avaliações dos terrenos e edifícios de rendimento, são realizadas de 3 em 3 anos e são obtidas através de um avaliador independente registado na Comissão de Mercados e Valores Mobiliário para o devido efeito.

O avaliador utiliza o método de reposição, o método comparativo de mercado e o método do rendimento para atribuir o valor atual do imóvel.

O justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento encontra-se no nível 2. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 41.

A Mútua tem contratos de locação operacional para a maioria dos imóveis. Todavia, existem alguns imóveis devolutos ou porque necessitam de obras (as quais estão em fase de análise) ou por ainda não ter sido encontrado inquilino, estas situações estão devidamente identificadas e suportadas por contratos de mediação.

Os rendimentos e gastos resultantes dos imóveis de rendimento foram:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendas	269 091	261 267
Gastos de conservação/reparação	20 409	8 456

Não existiram restrições na capacidade de realização de terrenos ou edifícios de rendimento ou do recebimento de proventos de rendimento ou proventos de alienação, assim como obrigações contratuais para a aquisição, construção ou desenvolvimento de terrenos e edifícios.

NOTA 12 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido em outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

Custo de aquisição	Aquisições Acum. 31-dez-2024	31-dez-2025			
		Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Final
Equipamento administrativo	185 866	10 898	-	-	196 764
Máquinas e ferramentas	7 642	-	-	-	7 642
Equipamento informático	525 191	13 385	-	-	538 576
Programas informáticos	238 521	-	-	-	238 521
Instalações interiores	118 407	-	-	-	118 407
Material de transporte	267 925	49 144	(47 655)	-	269 414
Equipamento hospitalar	18 142	-	-	-	18 142
Outro equipamento	989	363	-	-	1 352
Quadros e Esculturas	23 020	-	-	-	23 020
Total	1 385 702	73 791	(47 655)	-	1 411 838

(valores em euros)

Depreciações acumuladas	Depr. Acum. 31-dez-2024	31-dez-2025			
		Depreciações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Depr. Ac. Final
Equipamento administrativo	129 891	13 922	-	-	143 813
Máquinas e ferramentas	7 625	17	-	-	7 643
Equipamento informático	488 401	22 785	-	-	511 187
Programas informáticos	238 521	-	-	-	238 521
Instalações interiores	36 233	4 969	-	-	41 202
Material de transporte	232 301	22 829	(47 655)	-	207 475
Equipamento hospitalar	18 081	61	-	-	18 142
Outro equipamento	398	163	-	-	561
Quadros e Esculturas	23 020	-	-	-	23 020
Total	1 174 472	64 746	(47 655)	-	1 191 563
Valor líquido	211 231				220 275

(valores em euros)

Custo de aquisição	Aquisições Acum. 31-dez-2023	31-dez-2024			
		Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Final
Equipamento administrativo	175 489	10 377	-	-	185 866
Máquinas e ferramentas	7 642	-	-	-	7 642
Equipamento informático	491 409	33 782	-	-	525 191
Programas informáticos	238 521	-	-	-	238 521
Instalações interiores	118 407	-	-	-	118 407
Material de transporte	284 386	-	(16 461)	-	267 925
Equipamento hospitalar	18 142	-	-	-	18 142
Outro equipamento	380	609	-	-	989
Quadros e Esculturas	23 020	-	-	-	23 020
Total	1 357 396	44 768	(16 461)	-	1 385 702

(valores em euros)

Depreciações acumuladas	Depr. Acum. 31-dez-2023	31-dez-2024			
		Depreciações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Amort. Ac. Final
Equipamento administrativo	114 973	14 918	-	-	129 891
Máquinas e ferramentas	7 523	103	-	-	7 625
Equipamento informático	428 717	59 684	-	-	488 401
Programas informáticos	238 521	-	-	-	238 521
Instalações interiores	31 264	4 969	-	-	36 233
Material de transporte	201 122	47 640	(16 461)	-	232 301
Equipamento hospitalar	18 000	81	-	-	18 081
Outro equipamento	325	74	-	-	398
Quadros e Esculturas	23 020	-	-	-	23 020
Total	1 063 464	127 468	(16 461)	-	1 174 472
Valor líquido	293 931				211 231

NOTA 13 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

As rubricas de outros ativos intangíveis (incluindo ativos intangíveis em curso) inclui licenças e outras despesas relativas à implementação e atualização de software.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido em outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

Custo de aquisição	Aquisições Acum. 31-dez-2024	31-dez-2025			
		Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Final
Despesas com aplicações informáticas	338 492	140 469	-	-	478 961
Ativos intangíveis em curso	14 391	-	-	(14 391)	-
Total	352 883	140 469	-	(14 391)	478 961

(valores em euros)

Amortizações acumuladas	Amort. Acum. 31-dez-2024	31-dez-2025			
		Amortizações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Amort. Ac. Final
Despesas com aplicações informáticas	241 495	89 019	-	-	330 514
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-
Total	241 495	89 019	-	-	330 514
Valor líquido	111 388				148 447

(valores em euros)

Custo de aquisição	Aquisições Acum. 31-dez-2023	31-dez-2024			
		Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Final
Despesas com aplicações informáticas	338 492	-	-	-	338 492
Ativos intangíveis em curso	14 391	-	-	-	14 391
Total	352 883	-	-	-	352 883

(valores em euros)

Amortizações acumuladas	Amort. Acum. 31-dez-2023	31-dez-2024			
		Amortizações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Amort. Ac. Final
Despesas com aplicações informáticas	147 603	93 892	-	-	241 495
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-
Total	147 603	93 892	-	-	241 495
Valor líquido	205 280				111 388

NOTA 14 ATIVOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO CEDIDO

Em seguida, apresenta-se a reconciliação do saldo dos ativos de contratos de resseguro cedido.

(valores em euros)

	Ativos de contratos de resseguro - serviços futuros		Ativos de contratos de resseguro - serviços passados	Ativos de contratos de resseguro
	Prémios de resseguro cedido	Comissões de resseguro cedido		
Ativos de contratos de resseguro cedido (01-jan-2025)	771 260	(270 521)	4 933 182	5 433 921
Despesas de resseguros	(4 500 840)	-	-	(4 500 840)
Receitas de serviços de resseguros	-	981 894	3 034 082	4 015 976
Variações do exercício	-	981 894	2 632 410	3 614 304
Variações relativas a serviços futuros	-	-	-	-
Variações relativas a serviços passados	-	-	402 484	402 484
Variações no risco de incumprimento do ressegurador	-	-	(812)	(812)
Resultado dos serviços de resseguros	(4 500 840)	981 894	3 034 082	(484 864)
Resultado da componente financeira refletida em resultados	-	-	91 215	91 215
Resultado da componente financeira refletida em OCI	-	-	15 639	15 639
Resultado da componente financeira de contratos de resseguro	-	-	106 854	106 854
Total das variações da demonstração de resultados e OCI	(4 500 840)	981 894	3 140 937	(378 010)
Prémios de resseguro pagos	4 569 242	-	-	4 569 242
Comissões de resseguro recebidas	-	(905 266)	-	-
Sinistros recebidos	-	-	(2 428 180)	(2 428 180)
Fluxos de caixa totais	4 569 242	(905 266)	(2 428 180)	1 235 796
Ativos de contratos de resseguro cedido (31-dez-2025)	839 662	(193 892)	5 645 938	6 291 707

(valores em euros)

	Ativos de contratos de resseguro - serviços futuros		Ativos de contratos de resseguro - serviços passados	Ativos de contratos de resseguro
	Prémios de resseguro cedido	Comissões de resseguro cedido		
Ativos de contratos de resseguro cedido (01-jan-2024)	730 365	(255 499)	2 850 530	2 517 492
Despesas de resseguros	(4 137 968)	-	-	(4 137 968)
Receitas de serviços de resseguros	-	800 027	3 931 171	4 731 198
Variações do exercício	-	-	3 488 878	3 488 878
Variações relativas a serviços futuros	-	800 027	-	800 027
Variações relativas a serviços passados	-	-	442 421	442 421
Variações no risco de incumprimento do ressegurador	-	-	(129)	(129)
Resultado dos serviços de resseguros	(4 137 968)	800 027	3 931 171	593 230
Resultado da componente financeira refletida em resultados	-	-	50 313	50 313
Resultado da componente financeira refletida em OCI	-	-	26 369	26 369
Resultado da componente financeira de contratos de resseguro	-	-	76 682	76 682
Total das variações da demonstração de resultados e OCI	(4 137 968)	800 027	4 007 853	669 912
Prémios de resseguro pagos	4 178 863	-	-	4 178 863
Comissões de resseguro recebidas	-	(815 049)	-	-
Sinistros recebidos	-	-	(1 925 202)	(1 925 202)
Fluxos de caixa totais	4 178 863	(815 049)	(1 925 202)	1 438 612
Ativos de contratos de resseguro cedido (31-dez-2024)	771 260	(270 521)	4 933 182	5 433 921

(valores em euros)

	Ativos de contratos de resseguro - serviços futuros		Ativos de contratos de resseguro - serviços passados	Ativos de contratos de resseguro
	Prémios de resseguro cedido	Comissões de resseguro cedido		
31-dez-2023	730 365	(255 498)	2 850 530	3 325 397
Acidentes de Trabalho	-	-	815 570	815 570
Acidentes Pessoais	49 807	(19 921)	339 313	369 199
Incêndio e Outros Danos	109 196	(39 390)	32 031	101 837
Marítimo	571 363	(196 188)	1 663 616	2 038 790
31-dez-2024	771 259	(270 520)	4 933 181	5 433 921
Acidentes de Trabalho	-	-	1 162 106	1 162 106
Acidentes Pessoais	51 888	(20 753)	431 875	463 010
Incêndio e Outros Danos	110 858	(39 461)	21 397	92 795
Marítimo	608 513	(210 307)	3 317 803	3 716 010
31-dez-2025	839 661	(193 892)	5 645 938	6 291 707
Acidentes de Trabalho	-	-	1 388 053	1 388 053
Acidentes Pessoais	53 483	(21 391)	680 770	712 861
Incêndio e Outros Danos	108 545	(38 410)	277 949	348 083
Marítimo	677 634	(134 090)	3 299 166	3 842 710

NOTA 15 ATIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O Contrato Coletivo de Trabalho de Seguros prevê uma atualização das pensões de reforma desde que a pensão de reforma anual resultante da atualização, adicionada da pensão anual recebida da Segurança Social, não ultrapasse o ordenado mínimo líquido anual que o trabalhador receberia se estivesse no ativo, com a antiguidade que tinha quando se reformou. Nestas circunstâncias é difícil antever com rigor se as pensões individuais são utilizadas e a partir de que momento, nomeadamente porque isso se prende com a previsão do nível com que cada individuo se reformará. Assim sendo, e por questões de prudência, optou-se por considerar que todas as pensões a cargo da empresa são anualmente atualizadas. De referir, ainda, que os cálculos foram efetuados em grupo fechado. Os pressupostos são revistos e atualizados em cada data de relato com base nos dados de mercado disponíveis. O reconhecimento do valor é feito com base da IAS 19. Na data de reporte 31 de dezembro de 2025 os resultados da avaliação atuarial das responsabilidades estão em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar nº. 5/2007-R de 27 de abril da ASF. O cálculo das responsabilidades é efetuado por atuário independente em cada data de reporte.

Os métodos de cálculo utilizados são os seguintes:

Valor Atual do Prémio Único de uma renda vitalícia imediata com 14 pagamentos no ano.

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa técnica (rendas vitalícias)	3,60%	3,00%
Tábua de mortalidade	TV88/90-1	TV88/90
N.º de pensões pagas anualmente	14	14

A variação do valor presente das responsabilidades apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Variação valor presente das responsabilidades	31-dez-2025	31-dez-2024
Valor das responsabilidades inicial	340 449	361 136
Benefícios pagos	(39 448)	(21 096)
Remissão de capital	-	-
Custo dos serviços correntes	-	-
Custo dos juros	9 654	11 566
Ganhos e perdas atuariais	16 815	(11 157)
Transferência para PIR	-	-
Valor das responsabilidades final	327 470	340 449

A reconciliação do valor do fundo apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Reconciliação do valor presente	31-dez-2025	31-dez-2024
Valor do Fundo inicial	477 961	473 270
Contribuições do empregador	-	-
Benefícios pagos	(39 448)	(21 096)
Remissão em capital	-	-
Comissões de administrador do plano	(3 774)	(3 981)
Retorno real dos ativos	26 092	29 768
Transferência para PIR	-	-
Valor do Fundo final	460 830	477 961

(valores em euros)

Valor atuarial do Fundo reconhecido	31-dez-2025	31-dez-2024
Total das responsabilidades	(327 470)	(340 449)
Valor da quota-parte do fundo	460 831	477 961
Total do reconhecimento do Ativo/(Passivo)	133 361	137 512

A reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos ativos do plano com os passivos apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Reconciliação valor presente e do justo valor com os passivos	31-dez-2025	31-dez-2024
Ativo/(Passivo) inicial	137 512	112 134
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nas responsabilidades	(16 815)	11 157
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nos ativos	11 770	13 701
(Ganhos) e perdas atuariais por alterações de pressupostos financeiros	-	-
Custo do serviço corrente	-	-
Custo dos juros	(9 654)	(11 566)
Retorno esperado dos ativos	14 322	16 067
Comissões administrativas do plano	(3 774)	(3 981)
Contribuições para o Fundo	-	-
Ativo/(Passivo) final	133 360	137 512

O justo valor dos ativos do plano, bem como a respetiva quota-parte da Mútua, apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

31-dez-2025				
Classe de ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,11%)	%
Ações	111 806 661	27,62%	127 279	0,03%
Obrigações taxa fixa	220 023 241	54,35%	250 472	0,06%
Obrigações taxa variável	36 841 634	9,10%	41 940	0,01%
Fundos Imobiliários	3 077 779	0,76%	3 504	0,00%
Hedge Funds	14 324 594	3,54%	16 307	0,00%
Commodities	8 512 617	2,10%	9 691	0,00%
Private Equity	2 492 370	0,62%	2 837	0,00%
Liquidez	7 730 653	1,91%	8 800	0,00%
Total	404 809 549	100%	460 831	0,11%

(valores em euros)

31-dez-2024				
Classe de ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,13%)	%
Ações	186 234 784	49,46%	236 398	0,06%
Obrigações taxa fixa	159 507 513	42,36%	202 472	0,05%
Obrigações taxa variável	3 025 224	0,80%	3 840	0,00%
Fundos Imobiliários	2 979 660	0,79%	3 782	0,00%
Hedge Funds	13 973 000	3,71%	17 737	0,00%
Commodities	2 977 028	0,79%	3 779	0,00%
Private Equity	2 104 146	0,56%	2 671	0,00%
Liquidez	5 737 333	1,52%	7 283	0,00%
Total	376 538 687	100%	477 961	0,13%

NOTA 16 OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

A rubrica de devedores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Contas a receber por operações de seguro direto		
Tomadores	1 402 687	1 410 696
Mediadores	72 635	77 218
Co-seguradores	1 040	140
Reembolso de sinistros	9 534	12 480
Subtotal	1 485 896	1 500 535
Perdas por imparidade	(1 121 571)	(1 139 353)
Total	364 324	361 182
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	41 778	510 207
Contas a receber por outras operações		
Subscritores de capital	750	1 006
Fornecedores	34 063	34 479
Pessoal	33 601	40 493
FAT	78 845	69 599
Outros	1 278 718	1 500 798
Subtotal	1 425 977	1 646 375
Perdas por imparidade	(105 737)	(121 768)
Total	1 320 240	1 524 608
Total geral	1 726 342	2 395 997

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	Recibos por cobrar	Outros devedores
Saldo em 1 de janeiro de 2024	1 004 248	151 889
Reforço	135 105	67 813
Reversão	-	97 935
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1 139 353	121 768
Reforço	-	66 400
Reversão	17 782	82 431
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1 121 571	105 737

NOTA 17 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Os ativos e passivos por impostos apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Ativos por impostos correntes		
IRC a receber	-	-
Outros	8 403	6 603
Subtotal	8 403	6 603
Ativos por impostos diferidos		
Ativos financeiros JV reservas	217 981	233 780
Perdas por imparidade Ativos financeiros	138 443	161 010
Perdas por imparidade outros devedores de cobrança duvidosa	25 074	26 180
Imóveis de uso próprio	-	-
Expected Credit Loss (Depósitos a prazo)	1 433	1 691
Subtotal	382 932	422 661
Total	391 335	429 264
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	148 664	88 765
Imposto de selo	90 107	89 338
Taxa para o ANPC	795	1 368
Taxa para o INEM	36 312	33 647
Taxa para o FAT	110 082	105 067
Taxa para o ASF	16 199	14 974
Outros	76 664	77 122
Subtotal	478 823	410 280
Passivos por impostos diferidos		
Imóveis de uso próprio	366 288	402 422
Imóveis de rendimento	108 602	120 594
Reserva da componente financeira de contratos de seguro/resseguro	259 331	222 760
Impacto dos ajustamentos de transição para as IFRS17 e IFRS9 (Norma Transitória)	167 473	222 435
Subtotal	901 695	968 211
Total	1 380 517	1 378 491

A movimentação dos impostos diferidos durante o exercício foi a seguinte:

(valores em euros)

	31-dez-2024	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2025
		Gasto	(Rendimento)	Diminuição	(Aumento)	
Ativos por impostos diferidos						
Ativos financeiros JV reservas	233 780	-	-	15 799	-	217 981
Perdas por imparidade Ativos financeiros	161 010	22 567	-	-	-	138 443
Perdas por imparidade outros devedores de cobrança duvidosa	26 180	-	(4 617)	5 723	-	25 074
Expected Credit Loss (Depósitos a prazo)	-	-	-	-	-	-
Imóveis de uso próprio	1 691	258	-	-	-	1 433
Total	422 661	22 824	(4 617)	21 522	-	382 932
Passivos por impostos diferidos						
Imóveis de uso próprio	402 422	-	-	-	(36 134)	366 288
Imóveis de rendimento	120 594	-	(11 992)	-	-	108 602
Reserva da componente financeira de contratos de seguro/resseguro	222 760	-	-	36 571	-	259 331
Impacto dos ajustamentos de transição para as IFRS17 e IFRS9 (Norma Transitória)	222 435	-	(54 962)	-	-	167 473
Total	968 211	-	(66 954)	36 571	(36 134)	901 694
			(48 747)		21 959	

(valores em euros)

	31-dez-2023	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2024
		Gasto	(Rendimento)	Diminuição	(Aumento)	
Ativos por impostos diferidos						
Ativos financeiros JV reservas	306 807	-	-	73 026	-	233 780
Perdas por imparidade Ativos financeiros	170 599	9 589	-	-	-	161 010
Perdas por imparidade outros devedores de cobrança duvidosa	31 296	-	(2 028)	7 143	-	26 180
Expected Credit Loss (Depósitos a prazo)	-	-	(1 691)	-	-	1 691
Imóveis de uso próprio	125 771	-	-	125 771	-	-
Total	634 472	9 589	(3 718)	205 940	-	422 661
Passivos por impostos diferidos						
Imóveis de uso próprio	78 965	-	-	323 457	-	402 422
Imóveis de rendimento	116 293	4 301	-	-	-	120 594
Reserva da componente financeira de contratos de seguro/resseguro	360 729	-	-	-	(137 969)	222 760
Impacto dos ajustamentos de transição para as IFRS17 e IFRS9 (Norma Transitória)	261 878	-	(39 443)	-	-	222 435
Total	817 865	4 301	(39 443)	323 457	(137 969)	968 211
			(29 271)		391 428	

A estimativa de imposto apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025		31-dez-2024	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		1 912 098		1 485 925
Imposto corrente	20,0%	382 420	21,0%	312 044
Correções fiscais				
Encargos não dedutíveis	2,9%	55 156	3,3%	49 285
Rendimentos não tributados	-7,2%	(138 275)	-12,2%	(180 843)
Colecta	15,7%	299 301	12,1%	180 487
Correção imposto diferido introdução IFRS				
Taxa reduzida	-1,0%	(18 668)	-0,8%	(12 540)
Benefícios fiscais	0,0%	-	0,0%	-
Derrama	1,2%	22 257	0,9%	12 782
Tributações autónomas	0,4%	7 510	0,7%	10 112
Imposto sobre o rendimento corrente	16,2%	310 400	12,8%	190 841

NOTA 18 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os acréscimos e diferimentos apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

Acréscimos de proveitos e gastos diferidos (Ativo)	31-dez-2025	31-dez-2024
Acréscimos de rendimentos	-	18 092
Gastos diferidos	196 770	198 319
Total	196 770	216 411

(valores em euros)

Acréscimos de gastos e proveitos diferidos (Passivo)	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendimentos diferidos	2 041	75
Acréscimo de gastos	281 341	250 199
Total	283 382	250 275

NOTA 19 AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

A afetação dos investimentos e outros ativos apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025				31-dez-2024			
	Não Vida		Não afetos	Total	Não Vida		Não afetos	Total
	Ramo AT	Outros ramos			Ramo AT	Outros ramos		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 291 995	1 291 995	-	-	1 978 434	1 978 434
Investimentos em subsidiárias	-	-	4 412 600	4 412 600	-	-	3 948 650	3 948 650
Ativos financeiros mensurados JV por reservas	24 323 979	6 587 735	-	30 911 713	20 343 557	6 944 153	-	27 287 710
Ativos financeiros mensurados JV por resultados	492 691	424 682	13 143	930 516	368 694	329 832	12 459	710 985
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	395 489	2 519 502	-	2 914 991	593 721	2 512 550	29 800	3 136 070
Terrenos e edifícios	7 291 921	1 736 320	791 000	9 819 241	6 979 932	1 700 327	791 000	9 471 259
Outros ativos tangíveis	-	-	220 275	220 275	-	-	211 231	211 231
Outros ativos intangíveis	-	-	148 447	148 447	-	-	111 388	111 388
Total	32 504 079	11 268 239	6 877 460	50 649 779	28 285 904	11 486 862	7 082 962	46 855 727

NOTA 20 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Em seguida, apresenta-se a reconciliação do saldo dos passivos de contratos de seguro:

(valores em euros)

	Passivos de contratos de seguro - serviços futuros	Passivos de contratos de seguro - serviços passados		Passivos de contratos de seguro
		Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento de Risco	
Passivos de contratos de seguro (01-jan-2025)	(1 559 163)	(21 954 998)	(1 140 160)	(24 654 321)
Receitas de seguros	13 198 005	-	-	13 198 005
Despesas de serviços de seguros	-	(7 389 334)	47 112	(7 342 222)
Variações do exercício	-	(7 580 420)	(132 106)	(7 712 525)
Variações relativas a serviços futuros	-	-	-	-
Variações relativas a serviços passados	-	191 086	179 218	370 303
Resultado dos serviços de seguros	13 198 005	(7 389 334)	47 112	5 855 784
Resultado da componente financeira refletida em resultados	-	(447 270)	-	(447 270)
Resultado da componente financeira refletida em OCI	-	350 059	-	350 059
Resultado da componente financeira de contratos de seguros	-	(97 211)	-	(97 211)
Total das variações da demonstração de resultados e OCI	13 198 005	(7 486 545)	47 112	5 758 572
Prémios brutos recebidos	(13 322 561)	-	-	(13 322 561)
Sinistros pagos	-	6 991 711	-	6 991 711
Fluxos de caixa totais	(13 322 561)	6 991 711	-	(6 330 851)
Passivos de contratos de seguro (31-dez-2025)	(1 683 719)	(22 449 833)	(1 093 048)	(25 226 599)

(valores em euros)

	Passivos de contratos de seguro - serviços futuros	Passivos de contratos de seguro - serviços passados		Passivos de contratos de seguro
		Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento de Risco	
Passivos de contratos de seguro (01-jan-2024)	(1 480 155)	(18 901 401)	(1 014 610)	(21 396 166)
Receitas de seguros	12 439 486	-	-	12 439 486
Despesas de serviços de seguros	-	(8 180 437)	(125 550)	(8 305 987)
Variações do exercício	-	(7 898 389)	(134 118)	(8 032 507)
Variações relativas a serviços futuros	-	-	-	-
Variações relativas a serviços passados	-	(282 049)	8 568	(273 480)
Resultado dos serviços de seguros	12 439 486	(8 180 437)	(125 550)	4 133 499
Resultado da componente financeira refletida em resultados	-	(401 599)	-	(401 599)
Resultado da componente financeira refletida em OCI	-	(593 517)	-	(593 517)
Resultado da componente financeira de contratos de seguros	-	(401 599)	-	(401 599)
Total das variações da demonstração de resultados e OCI	12 439 486	(9 175 553)	(125 550)	3 138 383
Prémios brutos recebidos	(12 518 493)	-	-	(12 518 493)
Sinistros pagos	-	6 121 956	-	6 121 956
Fluxos de caixa totais	(12 518 493)	6 121 956	-	(6 396 538)
Passivos de contratos de seguro (31-dez-2024)	(1 559 163)	(21 954 998)	(1 140 160)	(24 654 321)

(valores em euros)

Ramos de Seguro	Passivos de contratos de seguro - serviços futuros	Passivos de contratos de seguro - serviços passados			Passivos de contratos de seguro
		Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento de Risco	VPFCF+AR	
31-dez-2023	1 480 155	18 901 401	1 014 610	19 916 010	21 396 166
Acidentes de Trabalho	366 110	15 942 684	740 343	16 683 027	17 049 137
Acidentes Pessoais	222 691	715 382	36 772	752 154	974 845
Incêndio e Outros Danos	122 023	77 033	16 582	93 615	215 638
Marítimo	769 331	2 166 301	220 913	2 387 215	3 156 546
31-dez-2024	1 559 163	21 954 998	1 140 160	23 095 158	24 654 320
Acidentes de Trabalho	374 840	16 969 688	787 384	17 757 072	18 131 912
Acidentes Pessoais	239 603	810 724	54 120	864 844	1 104 447
Incêndio e Outros Danos	124 664	59 385	19 780	79 165	203 828
Marítimo	820 056	4 115 201	278 876	4 394 077	5 214 133
31-dez-2025	1 683 719	22 449 832	1 093 048	23 542 880	25 226 599
Acidentes de Trabalho	404 149	16 974 105	736 402	17 710 507	18 114 656
Acidentes Pessoais	247 492	1 253 500	66 826	1 320 326	1 567 818
Incêndio e Outros Danos	121 192	329 616	26 016	355 631	476 824
Marítimo	910 885	3 892 612	263 804	4 156 416	5 067 301

NOTA 21 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

A rubrica de outros passivos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Depósitos recebidos de resseguradores	6 540 765	5 837 041
Total	6 540 765	5 837 041

Os valores correspondem aos montantes de sinistros pendentes de liquidação retidos sobre as empresas resseguradoras, nos termos dos respetivos tratados de resseguro.

NOTA 22 OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Os outros credores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores	372 709	390 335
Mediadores	3 362 858	3 314 786
Co-seguradores	27 831	4 275
Reembolso de sinistros	-	-
Subtotal	3 763 398	3 709 396
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	378 835	179 148
Contas a pagar por outras operações		
Subscritores de capital	53 730	53 019
Fornecedores	126 989	49 027
Outros	111 209	86 634
Subtotal	291 928	188 680
Total	4 434 161	4 077 224

NOTA 23 CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por títulos de capital, cujo valor mínimo é estipulado por lei ou por um seu múltiplo, os quais podem ser agrupados para compor a entrada mínima de cada cooperador. Este capital é de natureza variável e ilimitado, sendo o montante mínimo fixado em 6 milhões de euros, integralmente realizado. Este valor corresponde à soma dos títulos de capital atribuídos aos cooperadores iniciais e dos títulos de capital detidos pela cooperativa.

Em 31 de dezembro de 2003, na data de transformação em cooperativa de responsabilidade limitada, foram atribuídos títulos aos associados da Mútua, designados por cooperadores iniciais, totalizando 174.000 títulos com o valor nominal de 5 euros cada, perfazendo um montante global de 870.000 euros.

O saldo remanescente do capital social, no valor de 5.130.000 euros, é composto por capital não titulado, propriedade comum da Mútua.

Adicionalmente, a reserva do fundo mutualista ascende a 350.551,04 euros.

NOTA 24 RESERVAS

A rubrica das reservas apresenta-se como se segue:

	31-dez-2025	31-dez-2024
<i>(valores em euros)</i>		
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	(1 178 277)	(1 087 350)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	586 912	502 375
Por ajustamentos de outros	222 240	82 494
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	70 813	81 951
Subtotal	(298 312)	(420 530)
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	1 492 411	1 142 352
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	(90 622)	(106 261)
Reservas por impostos	(415 016)	(398 779)
Outras reservas		
Reserva legal	1 048 949	914 006
Outras	4 655 698	3 946 190
Subtotal	6 691 421	5 497 508
TOTAL	6 393 109	5 076 977

NOTA 25 RESERVA DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO

A reserva da componente financeira dos contratos de seguro tem a seguinte desagregação:

	31-dez-2025	31-dez-2024
<i>(valores em euros)</i>		
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro		
Acidentes de Trabalho	1 462 496	1 096 461
Acidentes Pessoais	2 767	2 611
Multirriscos	1 011	1 369
Marítimo	26 138	41 911
Total	1 492 411	1 142 352

NOTA 26 RESERVA DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE RESSEGURO

A reserva da componente financeira dos contratos de resseguro tem a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro		
Acidentes de Trabalho	74 573	79 180
Acidentes Pessoais	(55)	(448)
Multirriscos	6	(12)
Marítimo	16 097	27 541
Total	90 622	106 261

NOTA 27 RÉDITOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os réditos dos contratos de seguro, apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Réditos de contratos de seguro		
Acidentes de trabalho	7 695 135	7 159 975
Acidentes pessoais	1 284 621	1 243 076
Incêndio	957	957
Multirriscos	299 016	238 230
Marítimo	3 918 276	3 797 248
Total	13 198 005	12 439 486

Os réditos de contratos de seguro incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco nos respetivos exercícios. O valor dos réditos registou, em 2025, um aumento de 6,1% face ao ano anterior.

NOTA 28 GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO

A rubrica “Gastos de contratos de seguro” é apresentada como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Gastos de contratos de seguros		
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	9 777 413	10 060 232
Sinistros ocorridos	7 715 471	8 028 458
Acidentes de trabalho	4 112 709	3 695 077
Acidentes pessoais	726 802	627 049
Incêndio	-	-
Multirriscos	423 605	110 785
Marítimo	2 452 355	3 595 547
Outros gastos atribuíveis	2 061 943	2 031 774
Despesas com sinistros	1 128 660	1 124 668
Acidentes de trabalho	655 510	645 250
Acidentes pessoais	109 685	113 411
Incêndio	81	86
Multirriscos	25 080	21 681
Marítimo	338 304	344 241
Despesas administrativas	933 282	907 106
Acidentes de trabalho	529 031	508 991
Acidentes pessoais	95 198	96 567
Incêndio	115	118
Multirriscos	22 701	17 881
Marítimo	286 237	283 549
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	1 295 604	1 280 859
Acidentes de trabalho	754 433	739 843
Acidentes pessoais	142 717	144 941
Incêndio	96	101
Multirriscos	32 943	21 285
Marítimo	365 415	374 689

Alterações relativas a serviços passados	(370 303)	273 480
Acidentes de trabalho	(124 528)	(14 696)
Acidentes pessoais	(62 650)	(66 262)
Incêndio	-	-
Multirriscos	(10 529)	(22 293)
Marítimo	(172 597)	376 732
Total	10 702 714	11 614 572

Os custos atribuíveis por natureza e função são apresentados como se segue:

(valores em euros)

31-dez-2025	Atribuíveis				Total
	Função Sinistros	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Gestão de Investimentos	
Custos com pessoal	584 274	354 106	433 780	-	1 372 160
Fornecimento e serviços externos	399 844	540 700	276 583	-	1 217 127
Impostos e Taxas	7 060	36 815	5 578	-	49 454
Amortizações do exercício	76 655	46 458	56 911	-	180 024
Juros suportados	60 826	60 826	-	-	121 652
Remunerações de Mediação	-	256 700	160 430	-	417 130
	1 128 660	1 295 604	933 282	-	3 357 547

(valores em euros)

31-dez-2024	Atribuíveis				Total
	Função Sinistros	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Gestão de Investimentos	
Custos com pessoal	540 941	327 843	401 608	-	1 270 392
Fornecimento e serviços externos	413 523	558 453	285 951	-	1 257 928
Impostos e Taxas	6 671	34 648	5 306	-	46 624
Amortizações do exercício	95 356	57 791	70 795	-	223 942
Juros suportados	68 178	68 178	-	-	136 356
Remunerações de Mediação	-	233 946	143 447	-	377 392
	1 124 668	1 280 859	907 106	-	3 312 633

O número médio de trabalhadores ao serviço no exercício foi de 44 trabalhadores, repartidos pelas seguintes categorias:

Número médio trabalhadores	2025
Dirigentes executivos	1
Quadros superiores	6
Quadros médios	2
Profissionais altamente qualificados	4
Profissionais qualificados	31
Profissionais semi-qualificados	-
Outros	-
Total	44

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Gastos com o pessoal		
Remunerações		
Órgãos sociais	229 249	147 558
Pessoal	1 470 132	1 348 560
Encargos sobre as remunerações	364 155	326 787
Benefícios Pós-emprego	47 535	22 653
Planos de contribuição definida	48 429	23 173
Planos de benefícios definidos	(894)	(520)
Outros benefícios a longo prazo	-	-
Seguros obrigatórios	37 077	33 545
Gastos de ação social	77 917	70 221
Outros gastos com pessoal	31 954	53 264
Subtotal	2 258 020	2 002 589
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	1 372 160	1 270 392
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro	885 860	732 197
Fornecimento e serviços de terceiros		
Água e Luz	41 025	43 006
Combustíveis	31 253	27 702
Material de escritório	11 193	18 116
Livros e documentação técnica	451	2 264
Artigos para Oferta	146	
Conservação e reparação	553 652	626 262
Rendas e alugueres	4 824	4 720
Comunicação	121 826	108 155
Deslocações e estadas	69 843	58 023
Seguros	23 702	19 068
Publicidade e propaganda	92 919	94 771
Limpeza, saúde e conforto	26 557	26 527
Contencioso e Notariado	2 283	2 638
Vigilância e segurança	7 556	8 121
Trabalhos especializados	32 771	15 406
Gastos com trabalho independente	329 308	323 912
Quotizações	19 449	17 083
Outros fornecimentos e serviços terceiros	316 881	313 027
Subtotal	1 685 641	1 708 801
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	1 217 127	1 257 928
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro	468 514	450 873
Impostos e taxas	130 052	124 526
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	49 454	46 624
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro	80 598	77 902
Depreciações	249 711	310 629
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	180 024	223 942
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro	69 687	86 687
Juros suportados	121 652	136 356
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	121 652	136 356
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro	-	-
Comissões	50 682	55 666
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	-	-
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro	50 682	55 666
Remunerações de mediação	417 130	377 392
Gastos atribuíveis a Contratos de Seguro	417 130	377 392
Gastos não atribuíveis a Contratos de Seguro	-	-
Total geral	4 912 887	4 715 958

NOTA 29 RÉDITOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO CEDIDO

Os sinistros ocorridos (parte dos resseguradores), apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis – Parte dos resseguradores		
Acidentes de trabalho	232 771	393 066
Acidentes pessoais	306 373	303 347
Incêndio	-	-
Multirriscos	375 872	88 618
Marítimo	1 722 565	2 759 813
Total	2 637 581	3 544 843

As alterações relativas a serviços passados, apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Alterações relativas a serviços passados – Parte dos resseguradores		
Acidentes de trabalho	290 983	85 677
Acidentes pessoais	(17 240)	(50 646)
Incêndio	-	-
Multirriscos	4 885	(4 818)
Marítimo	63 986	412 208
Total	342 613	442 421

O efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador, apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador		
Acidentes de trabalho	-	-
Acidentes pessoais	(248)	22
Incêndio	-	-
Multirriscos	(114)	18
Marítimo	(450)	(169)
Total	(812)	(129)

NOTA 30 GASTOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO CEDIDO

Os gastos de contratos de resseguro cedido, apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Gastos de contratos de resseguro cedido		
Acidentes de trabalho	772 320	593 191
Acidentes pessoais	266 968	220 857
Incêndio	495	495
Multirriscos	179 661	127 657
Marítimo	2 299 503	2 395 740
Total	3 518 946	3 337 941

(valores em euros)

	31-dez-2025				31-dez-2024			
	Prémios de resseguro cedido	Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	Variação do Ativo de resseguro cedido por serviços futuros	Gastos de contratos de resseguro cedido	Prémios de resseguro cedido	Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	Variação do Ativo de resseguro cedido por serviços futuros	Gastos de contratos de resseguro cedido
Acidentes de trabalho	772 320	-	-	772 320	593 191	-	-	593 191
Acidentes pessoais	436 130	167 568	1 595	266 968	428 315	206 209	1 249	220 857
Incêndio	861	366	0	495	861	366	-	495
Multirriscos	262 180	84 833	(2 314)	179 661	209 048	79 799	1 592	127 657
Marítimo	3 097 751	729 127	69 121	2 299 503	2 947 447	528 675	23 032	2 395 740
Total	4 569 242	981 894	68 402	3 518 946	4 178 863	815 049	25 873	3 337 941

Os gastos de contratos de resseguro são determinados a partir dos prémios brutos emitidos, através da aplicação das taxas de cedência previamente contratadas nos tratados de resseguro e acordadas nos resseguros facultativos. Os ativos de contratos de resseguro relativos a serviços futuros são calculados prémio a prémio, através da aplicação do método *pro rata temporis*, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro.

NOTA 31 RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO E DE RESSEGURO CEDIDO

Esta rubrica regista o impacto do efeito da passagem do tempo, caso o pressuposto da curva de desconto não tivesse sido alterado a cada período de reporte. Trata-se do efeito locked-in, ou seja, do impacto da variação do efeito do desconto aplicando a curva de reconhecimento inicial relativa à data de ocorrência do sinistro.

Os rendimentos ou gastos de contratos de seguro e de resseguro que resultem de uma alteração dos ativos e/ou passivos de contratos de seguro e de resseguro que resultem do efeito do risco financeiro e de alterações no risco financeiro são reconhecidos na rubrica relativa a reserva da componente financeira dos contratos de seguro.

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro		
Acidentes de trabalho	348 469	338 122
Acidentes pessoais	16 438	10 525
Incêndio	-	-
Multirriscos	1 179	1 784
Marítimo	81 184	51 169
Total	447 270	401 599

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido		
Acidentes de trabalho	18 510	9 095
Acidentes pessoais	8 807	4 600
Incêndio	-	-
Multirriscos	463	876
Marítimo	63 434	35 742
Total	91 215	50 313

NOTA 32 RENDIMENTOS

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendimentos de investimentos afetos à Técnica Não Vida		
de ativos ao justo valor através de resultados	20 161	16 444
de ativos ao justo valor por reservas	804 367	739 922
de ativos ao custo amortizado	54 529	63 817
de terrenos e edifícios	227 421	220 660
Rendimentos de investimentos afetos à Não Técnica		
de terrenos e edifícios	41 636	40 607
de ativos ao custo amortizado	1 225	1 266
de outros	-	-
Total	1 149 338	1 082 716

NOTA 33 GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros estão repartidos por:

(valores em euros)

	31-dez-2025		
	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total
Gastos financeiros			
de terrenos e edifícios	2 228	-	2 228
de ativos ao justo valor por reservas	51 543	-	51 543
Total	53 771	-	53 771

(valores em euros)

	31-dez-2024		
	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total
Gastos financeiros			
de terrenos e edifícios	1 404	-	1 404
de ativos ao justo valor por reservas	53 153	-	53 153
Total	54 557	-	54 557

NOTA 34 GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados ao justo valor por reservas, são representados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025			31-dez-2024		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Técnica não vida						
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	1 429	(2 282)	(853)	97	(1 748)	(1 651)
Terrenos e edifícios de uso próprio	74 000	-	74 000	-	-	-
Não técnica						
Outros - Valorização da Subsidiária pelo MEP	384 832	-	384 832	448 267	-	448 267
Total	460 261	(2 282)	457 980	448 364	(1 748)	446 616

NOTA 35 GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas, são representados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025			31-dez-2024		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Técnica não vida						
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	281 960	(64 957)	217 003	129 433	(138 033)	(8 600)
Terrenos e edifícios de rendimento	89 718	(4 925)	84 793	343 538	(14 538)	329 000
Não técnica						
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	684	-	684	-	-	-
Total	372 362	(69 882)	302 480	472 971	(152 571)	320 400

NOTA 36 PERDAS POR IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

As perdas por imparidade, líquidas de reversão, segregadas por natureza, são apresentadas como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Depósitos a Prazo	(117)	(1 032)
Ativos financeiros ao justo valor através de reservas		
Obrigações	(11 137)	2 259
Terrenos e edifícios	-	-
Total	(11 254)	1 227

NOTA 37 GASTOS NÃO ATRIBUÍVEIS

Os gastos não atribuíveis a contratos de seguro são apresentados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Gastos não diretamente atribuíveis a contratos de seguro		
Acidentes de trabalho	929 813	850 110
Acidentes pessoais	131 209	122 400
Incêndio	90	83
Multirriscos	29 384	23 795
Marítimo	427 527	374 126
Outros Gastos não associados a contratos comercializados	37 316	32 811
Total	1 555 340	1 403 325

(valores em euros)

31-dez-2025	Não Atribuíveis					
	Técnicos	Técnicos	Técnicos	Técnicos	Não Técnicos	
	Função Sinistros	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Gestão de Investimentos		Total
				Afetos	Não afetos	
Custos com pessoal	26 558	44 263	594 976	196 516	23 547	885 860
Fornecimento e serviços externos	13 208	21 745	373 985	53 201	6 375	468 514
Impostos e Taxas	74 421	599	3 988	1 420	170	80 598
Amortizações do exercício	3 484	5 807	43 554	15 039	1 802	69 687
Juros suportados	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	45 259	5 423	50 682
Remunerações de Mediação	-	-	-	-	-	-
Total	117 671	72 415	1 016 503	311 435	37 316	1 555 340

*Ver nota 28

(valores em euros)

31-dez-2024	Não Atribuíveis					
	Técnicos	Técnicos	Técnicos	Técnicos	Não Técnicos	
	Função Sinistros	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Gestão de Investimentos		Total
				Afetos	Não afetos	
Custos com pessoal	24 588	40 980	488 762	159 564	18 302	732 197
Fornecimento e serviços externos	13 760	22 705	351 529	56 409	6 470	450 873
Impostos e Taxas	72 057	573	3 766	1 351	155	77 902
Amortizações do exercício	4 334	7 224	54 179	18 794	2 156	86 687
Juros suportados	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	49 938	5 728	55 666
Remunerações de Mediação	-	-	-	-	-	-
Total	114 739	71 483	898 237	286 055	32 811	1 403 325

*Ver nota 28

NOTA 38 OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS

Os outros rendimentos/gastos técnicos são apresentados como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Rendimentos e ganhos técnicos		
Outros	15 992	12 176
Gastos e perdas técnicos		
Outros	(20 724)	(8 629)
Total	(4 732)	3 547

NOTA 39 OUTRAS PROVISÕES – VARIAÇÃO

A variação das outras provisões foi a seguinte:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Ajustamentos de recibos por cobrar	(17 782)	135 105
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	13 769	14 424
Total	(4 012)	149 528

NOTA 40 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

(valores em euros)

	31-dez-2025				
	JV Resultados	JR Reservas	Custo Amortizado	Contas a receber	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 291 995	1 291 995
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	930 516	-	-	-	930 516
Ativos financeiros JV Reservas	-	30 911 713	-	-	30 911 713
Ativos financeiros custo amortizado	-	-	395 489	-	395 489
Empréstimos e contas a receber	-	-	2 519 502	-	2 519 502
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	1 726 342	1 726 342
TOTAL DO ATIVO	930 516	30 911 713	2 914 991	3 018 337	37 775 557

	Ao justo valor por via de resultados	Contas a pagar	Total
Passivo			
Outros passivos financeiros	-	6 540 765	6 540 765
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	4 434 161	4 434 161
TOTAL DO PASSIVO	-	10 974 926	10 974 926

	31-dez-2024				
	JV Resultados	JR Reservas	Custo Amortizado	Contas a receber	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 978 434	1 978 434
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	710 985	-	-	-	710 985
Ativos financeiros JV Reservas	-	27 287 710	-	-	27 287 710
Ativos financeiros custo amortizado	-	-	593 721	-	593 721
Empréstimos e contas a receber	-	-	2 542 350	-	2 542 350
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	2 395 996	2 395 996
TOTAL DO ATIVO	710 985	27 287 710	3 136 071	4 374 430	35 509 196

	Ao justo valor por via de resultados	Contas a pagar	Total
Passivo			
Outros passivos financeiros	-	5 837 041	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	4 077 224	4 077 224
TOTAL DO PASSIVO	-	9 914 264	9 914 264

NOTA 41 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS

A Mútua utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1 – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos para os ativos e passivos identificáveis.

Nível 2 – Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor seja efetuado com informação observável, quer direta, quer indiretamente.

Nível 3 – Técnicas que utilizam inputs que apresentem um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado ativo. O justo valor de instrumentos financeiros não cotados é obtido mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

As avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera dados observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Mútua encontra-se classificado no nível 2 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

(valores em euros)

	31-dez-2025				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 291 995	1 291 995
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	4 412 600	4 412 600
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	930 516	-	-	-	930 516
Ativos financeiros JV Reservas	30 911 713	-	-	-	30 911 713
Ativos financeiros custo amortizado	-	-	-	2 914 991	2 914 991
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	4 145 568	-	-	4 145 568
Terrenos e edifícios de rendimento	-	5 673 674	-	-	5 673 674
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	1 726 342	1 726 342
Total do Ativo	31 842 229	9 819 241	-	10 345 927	52 007 398
Passivo					
Outros passivos financeiros	-	-	-	6 540 765	6 540 765
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	4 434 161	4 434 161
Total do Passivo	-	-	-	10 974 926	10 974 926

(valores em euros)

	31-dez-2024				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 978 434	1 978 434
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	3 948 650	3 948 650
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	710 985	-	-	-	710 985
Ativos financeiros JV Reservas	27 287 710	-	-	-	27 287 710
Ativos financeiros custo amortizado	-	-	-	3 136 070	3 136 070
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	3 937 052	-	-	3 937 052
Terrenos e edifícios de rendimento	-	5 534 207	-	-	5 534 207
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	2 395 996	2 395 996
Total do Ativo	27 998 695	9 471 259	-	11 459 150	48 929 105
Passivo					
Outros passivos financeiros	-	-	-	5 837 041	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	4 077 224	4 077 224
Total do Passivo	-	-	-	9 914 265	9 914 264

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros e não financeiros da Mútua que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

(valores em euros)

	31-dez-2025	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
Ativo		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 291 995	1 291 995
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4 412 600	4 412 600
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	930 516	930 516
Ativos financeiros JV Reservas	30 911 713	30 911 713
Ativos financeiros custo amortizado	2 914 991	2 907 699
Terrenos e edifícios de uso próprio	4 145 568	4 145 568
Terrenos e edifícios de rendimento	5 673 674	5 673 674
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 726 342	1 726 342
Total do Ativo	52 007 398	52 000 107
Passivo		
Outros passivos financeiros	6 540 765	6 540 765
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 434 161	4 434 161
Total do Passivo	10 974 926	10 974 926

(valores em euros)

	31-dez-2024	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
Ativo		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 978 434	1 978 434
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3 948 650	3 948 650
Ativos financeiros JV Ganhos e Perdas	710 985	710 985
Ativos financeiros JV Reservas	27 287 710	27 287 710
Ativos financeiros custo amortizado	3 136 070	3 130 081
Terrenos e edifícios de uso próprio	3 937 052	3 937 052
Terrenos e edifícios de rendimento	5 534 207	5 534 207
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 395 996	2 395 996
Total do Ativo	48 929 105	48 923 116
Passivo		
Outros passivos financeiros	5 837 041	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 077 224	4 077 224
Total do Passivo	9 914 264	9 914 264

A Administração da Mútua considera que caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber, outros devedores por operações de seguros e outras operações, depósitos recebidos de resseguradores e outros credores por operações de seguros e outras operações se aproximam do justo valor devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados ao justo valor com base no método de mercado, método do custo de reposição e no método das rendas capitalizadas.

NOTA 42 GESTÃO DE RISCOS, OBJETIVOS E POLÍTICAS

A gestão dos riscos é assumida pela Mútua e é vista como suporte a uma estratégia de crescimento sustentável.

O sistema de gestão de riscos da Mútua compreende estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitem identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, a que está ou pode vir a estar exposta.

Está integrado na estrutura organizacional e no processo de tomada de decisão e considera as pessoas que dirigem efetivamente a Mútua ou nela são responsáveis por funções-chave e abrange todos os riscos, incluindo os riscos não considerados no cálculo do requisito de capital de solvência ou considerados apenas parcialmente. Abrange, entre outras,

as áreas de subscrição e provisionamento, investimentos, gestão do risco de concentração e de liquidez, gestão do risco operacional e técnicas de mitigação do risco.

Um dos principais objetivos da Mútua é garantir que a sua estrutura de gestão de riscos permite assegurar e atingir o equilíbrio adequado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, cooperadores, reguladores e restantes partes interessadas.

Como parte da sua governação, a Mútua adota uma estrutura organizacional de gestão de riscos alinhada com as melhores práticas do mercado e dentro dos padrões prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora.

Risco de mercado

O Risco de Mercado está associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Mútua derivada de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de câmbio, das taxas de juro e dos preços do mercado imobiliário.

Os instrumentos financeiros que a Mútua dispõe encontram-se expostos aos Riscos de Mercado (Risco de Taxa de Juro, Risco Acionista, Risco Imobiliário, Risco de Liquidez e Risco de Concentração) e ao Risco de Crédito.

A Mútua não se encontra exposta ao risco cambial.

As decisões e orientações da Mútua sobre os seus investimentos, em muito condicionam a exposição ao risco de mercado, tendo, portanto, grande relevância o estipulado na política de investimentos, avaliação de ativos e passivos e cálculo de capital.

Os riscos de mercado e os riscos de crédito são geridos com base na Política de Investimento em vigor, respeitando as regras de afetação dos ativos por classe e tipo de emitente, diversificando a carteira e acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes.

O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Dada a nossa exposição a obrigações de taxa fixa, consideramos relevante a componente do risco de taxa de juro no risco de mercado.

Risco de taxa de juro

Na carteira de ativos financeiros, todos aqueles que têm entradas de caixa já fixadas para um determinado prazo (ex.: obrigações a taxa fixa) estão sujeitos ao risco de taxa de juro.

O risco deriva do facto de flutuações nas taxas de juro de mercado se refletirem numa evolução dos valores desses ativos (cotações) no sentido inverso. Assim, quando as taxas de juro sobem, o valor dos ativos com entradas de caixa fixas, reduz-se e vice-versa. O risco de taxa de juro é tanto mais elevado quanto maior o prazo durante o qual as entradas de caixa estão fixadas, o que significa que este é mais pronunciado em ativos como as obrigações a taxa fixa, em que todas as entradas de caixa já estão fixadas até à maturidade (data de reembolso). O risco de taxa de juro também afeta ativos não financeiros, cujas entradas de caixa estejam já fixadas, para um determinado prazo.

À data de balanço, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(valores em euros)

	31-dez-2025			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 291 995	1 291 995
Ativos financeiros JV Reservas	30 813 154	98 560	-	30 911 713
Ativos financeiros JV Resultados	930 516	-	-	930 516
Ativos financeiros custo amortizado	2 914 991	-	-	2 914 991
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 726 342	1 726 342
Total do Ativo	34 658 660	98 560	3 018 337	37 775 557
Passivo				
Outros passivos financeiros	-	-	6 540 765	6 540 765
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	4 434 161	4 434 161
Total do Passivo	-	-	10 974 926	10 974 926

(valores em euros)

	31-dez-2024			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 978 434	1 978 434
Ativos financeiros JV Reservas	27 188 471	99 239	-	27 287 710
Ativos financeiros JV Resultados	710 985	-	-	710 985
Ativos financeiros custo amortizado	3 106 270	-	29 800	3 136 070
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	2 395 996	2 395 996
Total do Ativo	31 005 726	99 239	4 404 230	35 509 196
Passivo				
Outros passivos financeiros	-	-	5 837 041	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	4 077 224	4 077 224
Total do Passivo	-	-	9 914 264	9 914 264

À data de balanço, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro apresenta-se como segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
Ativos financeiros	(1 941 181)	(997 636)	1 941 181	997 636

(valores em euros)

	31-dez-2024			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
Ativos financeiros	(1 672 678)	(858 073)	1 672 678	858 073

Risco Acionista

O risco acionista decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações. A Mútua encontra-se exposta a este risco devido à detenção de ações e fundos de investimento compostos por ações.

A análise da sensibilidade é apresentada da seguinte forma:

(valores em euros)

Impacto no Capital Próprio	
Descida de 5% do valor das ações	(260 345)

Risco Imobiliário

O risco imobiliário depende da exposição total da carteira de imóveis, que inclui imóveis de rendimento e de uso próprio. A análise da sensibilidade é apresentada da seguinte forma:

(valores em euros)

Impacto no Capital Próprio	
Descida de 5% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	491 957

Risco de Spread

O risco de spread decorre da sensibilidade dos valores dos ativos e passivos às variações do nível de spread de crédito nas taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são obrigações e depósitos a prazo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a qualidade de crédito por desagregação de rating da Standard & Poors, ou equivalente, apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025	31-dez-2024
Depósitos em instituições de crédito		
A+	500 000	-
A	500 000	500 000
BBB	500 000	1 000 000
BBB-	20 000	-
BB+	-	-
BB	-	10 000
B+	-	-
B	-	-
N/D	1 000 000	1 000 000
Subtotal	2 520 000	2 510 000
Ativos financeiros		
AAA	2 263 710	802 330
AA+	685 190	392 900
AA	193 740	-
AA-	1 699 805	4 076 060
A+	3 341 465	416 160
A	9 762 574	877 380
A-	2 532 730	10 216 955
BBB+	6 099 630	1 675 330
BBB	991 280	5 375 454
BBB-	1 782 140	893 930
BB+	293 820	1 055 890
BB	348 755	-
BB-	-	97 100
B+	100 450	735 730
B	-	-
B-	-	-
N/D	828 730	947 546
Subtotal	30 924 019	27 562 764
Total geral	33 444 019	30 072 764

Risco de Concentração

O risco de concentração advém da cumulação de exposições na mesma entidade/contraparte.

Este risco é quantificado em termos de requisito de capital, e é calculado com base nas exposições individuais. Para o efeito, as exposições sobre empresas que pertencem ao mesmo grupo são equiparadas a uma exposição individual. Os bens imóveis situados no mesmo edifício são considerados um bem imóvel único.

De acordo com o regulamento delegado não são aqui incluídas as obrigações governamentais.

As exposições que apresentam risco de concentração são, nos imóveis de nossa propriedade, o imóvel da sede e nas ações a participação na nossa associada Ponto Seguro, classificada como estratégica.

A Mútua de acordo com a sua política de investimento apresenta uma carteira de obrigações diversificada de acordo com o gráfico que se segue:



Risco de Liquidez

Este risco surge associado à incerteza quanto ao montante e momento de ocorrência dos fluxos de caixa relacionados com a atividade seguradora o que poderá originar custos adicionais para obter a liquidez necessária.

Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os ativos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da atividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades da Mútua. Desta forma, a Mútua avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

A Mútua mantém uma carteira de ativos altamente transacionáveis e diversificados que podem ser facilmente liquidados no caso de uma interrupção imprevisível do fluxo de caixa.

A tabela abaixo indica as maturidades dos perfis dos ativos e passivos financeiros:

(valores em euros)

	31-dez-2025								Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Indeterminado	
Ativo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 291 995	-	-	-	-	-	-	-	1 291 995
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	4 412 600	4 412 600
Ativos financeiros JV Resultados	-	-	-	-	-	-	-	930 516	930 516
Ativos financeiros JV Reservas	203 787	-	1 559 107	2 340 122	3 026 373	4 397 621	4 118 523	15 266 180	30 911 713
Ativos financeiros custo amortizado	1 825 852	663 850	-	-	-	-	198 775	226 514	2 914 991
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	64 771	220 171	128 637	1 281 458	-	-	30 555	750	1 726 342
Total do Ativo	3 386 404	884 021	1 687 743	3 621 581	3 026 373	4 397 621	4 347 853	20 836 559	42 188 156
Passivo									
Outros passivos financeiros	-	-	6 540 765	-	-	-	-	-	6 540 765
Outros credores por operações de seguros e outras operações	498 903	-	518 670	3 362 858	-	-	-	53 730	4 434 161
Total do Passivo	498 903	-	7 059 435	3 362 858	-	-	-	53 730	10 974 926
Total da Posição Líquida	2 887 501	884 021	(5 371 692)	258 723	3 026 373	4 397 621	4 347 853	20 782 830	31 213 231

(valores em euros)

	31-dez-2024								Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Indeterminado	
Ativo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 978 434	-	-	-	-	-	-	-	1 978 434
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	3 948 650	3 948 650
Ativos financeiros JV Resultados	-	-	-	-	-	-	-	710 985	710 985
Ativos financeiros JV Reservas	202 012	306 655	1 068 764	860 448	4 811 176	4 968 019	3 888 060	11 182 577	27 287 710
Ativos financeiros custo amortizado	1 117 042	901 986	493 522	-	196 036	-	-	427 485	3 136 070
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	68 969	184 777	600 046	1 504 178	-	-	37 021	1 006	2 395 997
Total do Ativo	3 366 456	1 393 418	2 162 331	2 364 626	5 007 212	4 968 019	3 925 082	16 270 702	39 457 846
Passivo									
Outros passivos financeiros	-	-	5 837 041	-	-	-	-	-	5 837 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	440 748	-	268 672	3 314 786	-	-	-	53 019	4 077 224
Total do Passivo	440 748	-	6 105 712	3 314 786	-	-	-	53 019	9 914 264
Total da Posição Líquida	2 925 708	1 393 418	(3 943 381)	(950 159)	5 007 212	4 968 019	3 925 082	16 217 683	29 543 582

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Mútua incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que a Mútua se encontra exposta ao risco de crédito são:

- (i) parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro;
- (ii) parte dos resseguradores nos custos com sinistros;
- (iii) valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro;
- (iv) valores a receber de mediadores de seguro, e
- (v) risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

A Mútua procura mitigar o risco de crédito através da diversificação da exposição do risco a mais do que uma entidade e da revisão regular dos riscos a que se encontra exposta.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição a risco de crédito apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 291 995	-	1 291 995
Ativos financeiros JV Reservas	30 911 713	-	30 911 713
Ativos financeiros JV Resultados	930 516	-	930 516
Ativos financeiros custo amortizado	2 952 537	37 546	2 914 991
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 953 651	1 227 309	1 726 342
Total do Ativo	39 040 412	1 264 855	37 775 557

(valores em euros)

	31-dez-2024		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 978 434	-	1 978 434
Ativos financeiros JV Reservas	27 287 710	-	27 287 710
Ativos financeiros JV Resultados	710 985	-	710 985
Ativos financeiros custo amortizado	3 143 934	7 864	3 136 070
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 657 117	1 261 121	2 395 996
Total do Ativo	36 778 180	1 268 985	35 509 196

A decomposição por antiguidade dos recibos por cobrar, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

	31-dez-2025							Perdas por imparidade	Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias			
Acidentes de trabalho	55 956	77 941	260 393	157 831	108 963	403 421	(907 083)	157 422	
Acidentes pessoais	26 321	12 477	18 141	8 998	2 197	62 406	(104 223)	26 318	
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	135	-	404	(198)	341	
Multiriscos	250	2 745	188	-	223	2 271	(3 091)	2 586	
Marítimo	3 171	48 739	37 604	18 665	14 711	79 673	(106 976)	95 585	
Total	85 698	141 901	316 326	185 629	126 094	548 175	(1 121 571)	282 252	

(valores em euros)

	31-dez-2024							Perdas por imparidade	Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias			
Acidentes de trabalho	75 930	72 121	245 527	165 109	108 051	374 823	(910 369)	131 193	
Acidentes pessoais	2 229	9 985	19 841	10 314	15 226	65 795	(102 208)	21 182	
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	135	-	270	(149)	256	
Multiriscos	212	1 654	-	-	151	2 271	(2 862)	1 428	
Marítimo	6 125	48 962	48 857	54 275	60 445	23 784	(123 766)	118 682	
Total	84 496	132 723	314 225	229 833	183 874	466 943	(1 139 353)	272 740	

No âmbito do cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IFRS 17 – Contratos de Seguro, e em particular do parágrafo 131(b), a Mútua dos Pescadores divulga informação relativa à qualidade de crédito dos contratos de resseguro mantidos que sejam reconhecidos como ativos.

A avaliação da qualidade de crédito é efetuada com base nas notações (“ratings”) atribuídas por agências de notação de risco de reconhecida idoneidade, constituindo um indicador relevante da solidez financeira das contrapartes de resseguro. O quadro seguinte apresenta a distribuição dos ativos de contratos de resseguro mantidos por classes de rating, à data de relato.

(valores em euros)

RATING RESSEGUADORES			
Ressegurador	Rating	Agência	31-dez-2025
ASSURANCES MUTUELLES DE FRANCE	A+	AM BEST	14 618
MAPFRE RE	A+	AM BEST	6 301
SCOR GLOBAL LIFE SE	A	AM BEST	20 846

Risco operacional

O Risco Operacional é o risco de perdas resultantes de procedimentos internos inadequados ou deficientes, do pessoal, dos sistemas ou ainda de eventos externos.

Está associado assim a eventos como fraudes, falhas de sistemas, não cumprimento de normas e regras estabelecidas, falhas no governo da sociedade, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio, entre outros.

O objetivo da Mútua é de gerir riscos operacionais assim como equilibrar e evitar perdas financeiras e danos à reputação com relação a custo-eficácia e evitar procedimentos de controlo que restrinjam iniciativas e criatividade.

Risco de Seguro

Divulgação sobre os sinistros efetivos e comparação com estimativas anteriores da quantia não descontada dos mesmos (IFRS 17.130):

(valores em euros)

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (NÃO DESCONTADA E EXCLUINDO PENSÕES DO RAMO AT) RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS				
RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31-dez-2024 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31-dez-2025 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	-	-	-	-
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	2 262 993	1 050 978	1 115 501	(96 514)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	36 783	26 866	6 246	(3 671)
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	5 381 169	1 101 364	4 273 570	(6 235)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-
Total	7 680 945	2 179 208	5 395 317	(106 420)
Total Geral	7 680 945	2 179 208	5 395 317	(106 420)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O Risco Específico de Seguros que corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de aprovisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Stress	Cenários	Impacto no Capital Próprio
Longevidade	Redução de 20% das taxas de mortalidade usadas nas provisões técnicas AT Vida	(649 679)
Despesas	Aumento de 10 % do montante das despesas consideradas nas provisões técnicas AT Vida	(73 425)
Revisão	Aumento de 4% do montante das pensões que podem ser revistas (AT Vida)	(377 249)
LIC sem ajustamento de risco	Descida de 0,5% na curva de taxa de juro em todas as maturidades (Global)	(728 401)

A análise de sensibilidade aplicada no risco de seguros – responsabilidades vida (longevidade, despesas e revisão) segue o normativo aplicável ao cálculo de risco de prémios e reservas no âmbito da Solvência II.

A Mútua no âmbito do seu sistema de gestão de risco e controlo interno formalizou em documento específico a sua política de conceção e aprovação de produtos de seguro. Realçamos:

No Desenho de Produtos (novo produto)

O risco surge nesta fase ligado aos processos de desenho de produtos e de tarificação e consiste na empresa assumir riscos não identificados na fase de desenho e de definição do preço do seguro. Neste contexto indicamos como princípios orientadores:

- O enquadramento nos vetores estratégicos definidos pela Mútua;
- A identificação do público-alvo e das suas necessidades;

- A análise de mercado, com as suas constantes evoluções;
- A identificação e avaliação dos principais riscos associados a esse produto;
- Estabelecimento de limites de subscrição;
- Estabelecimento de tarifa de acordo com o risco e/ou do conhecimento do mesmo;
- E o seu enquadramento na política de resseguro da Mútua.

i. Na Aceitação de riscos (Risco de Subscrição)

O risco aparece relacionado com a seleção dos riscos a segurar e com a respetiva relação com o nível de prémios a praticar, apresentando-se os seus princípios como se segue:

- Dispor de um normativo alinhado com os vetores estratégicos definidos pela Mútua e com os Tratados de Resseguro;
- Enquadramento crítico com o praticado no mercado e com os resultados de exploração interna;
- Tarifar o risco de acordo com as normas internas e em consonância com os manuais tarifários;
- Proceder a uma correta análise de risco integrando toda a sua dimensão económica e social; e
- Assegurar o seu alinhamento com as condições existentes nos tratados de resseguro.

Mais especificamente, e por ramo, a política apresenta-se como segue:

Acidentes de trabalho

- Tarifário definido por código de atividade económica (CAE), com tarifário individualizado para os CAE da Pesca, nomeadamente, pesca em águas interiores, pesca local, pesca do cerco, pesca do arrasto e pesca marítima;
- Limites de subscrição (limitação ao capital a segurar) estabelecidos para fora da Pesca e atribuídos “plafonds” para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Comercial e para o Diretor Técnico;
- A aceitação de riscos no estrangeiro, nos termos definidos pela nova Apólice Uniforme, em qualquer atividade profissional, fica dependente de consulta ao Departamento Técnico.

Acidentes pessoais

- Tarifário definido consoante o risco da atividade (riscos profissionais e/ou extraprofissionais);
- Limites de subscrição estabelecidos para os capitais por Morte e/ou Invalidez Permanente/pessoa e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Comercial e para o Diretor Técnico.

Multiriscos

- Tarifário definido para os “riscos base” de cada uma destas coberturas, para os “riscos superiores” de cada uma das coberturas bem como para as coberturas complementares;
- Prémio e franquias na cobertura do risco de fenómenos sísmicos de acordo com o estudo feito pela Associação Portuguesa de Seguradores. Aceitação condicionada de Riscos Industriais, com política de restrição desta aceitação;
- Limites de subscrição estabelecidos por capital e risco.

Marítimo

- A aceitação do risco é precedida do conhecimento do Proprietário da embarcação, da situação económica da empresa, da análise da necessidade de vistoria à embarcação, análise do montante de capital a segurar, a idade da embarcação e outros fatores que pontualmente o justifiquem, bem como as coberturas pretendidas o exigirem;
- Dentro do tarifário e das regras definidas em norma interna há competência da rede externa para a aceitação do risco;
- Limites de subscrição para o Ramo Marítimo, estabelecidos em circular específica.

ii. Risco de prémio

- O risco dos prémios respeita ao montante do mesmo não ser suficiente para a cobertura de todas as obrigações decorrentes desses contratos (subtarifação). A fim de aferir a adequação e suficiência dos prémios praticados em relação aos vários ramos em análise são tomados em consideração todos os proveitos e custos, nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos, resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados e ainda resultados financeiros afetos aos vários ramos;
- É feito um teste de onerosidade por grupo de contratos através da análise de rácios combinados que incluem os prémios adquiridos, os gastos atribuíveis a contratos de seguros e os custos com sinistros em ambiente IFRS 17, através do qual se

conclui pela inexistência de qualquer onerosidade associada aos grupos de contratos de seguro vigentes.

iii. Risco de provisionamento

- Corresponde ao risco de a empresa efetuar um provisionamento de responsabilidades inadequado;
- No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Provisionamento;
- A sua monitorização é efetuada pela Função Atuarial, no âmbito das suas funções, procedendo a uma avaliação da suficiência das Provisões Técnicas através de métodos atuariais.

iv. Gestão de sinistros

Este risco advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades devido a uma insuficiente gestão dos processos. No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Gestão de Sinistros. O Diretor Técnico e por suas instruções, os serviços técnicos, bem como os serviços clínicos, devem acompanhar a gestão dos processos de sinistro e respetivas provisões.

Particularmente nas provisões matemáticas, é efetuada uma análise em que se acompanha as alterações nas provisões derivadas da alteração dos graus de incapacidade e tipo de desvalorização estimados comparativamente com as incapacidades definidas pelos médicos e posteriormente com aquelas que são fixadas nos Tribunais de Trabalho em sede de conciliação. Mantém-se, também nos Acidentes de Trabalho, no risco respeitante às assistências vitalícias, critérios objetivos para a sua identificação e evolução.

v. Resseguro

Com o objetivo de mitigar ou diversificar os riscos a que se encontra exposta ou pode vir a encontrar-se exposta, a Mútua celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora, apresentando os seguintes tipos de tratado de resseguro, por ramo:

Ramos Não Vida	Tipo de Resseguro
Acidentes de trabalho	Não proporcional
Acidentes Pessoais	Não proporcional e proporcional
Incêndio e outros danos	Proporcional
Marítimo	Não proporcional e proporcional

Encontra-se formalizado em documento específico a sua política de resseguro.

Comportamento da carteira de Não Vida:

Os rácios de sinistros, despesas e combinado são apresentados como se segue:

	AT		AP		INCÊNDIO		MULTIRRISCOS		MARÍTIMO		GLOBAL	
	31-dez-2025	31-dez-2024	31-dez-2025	31-dez-2024	31-dez-2025	31-dez-2024	31-dez-2025	31-dez-2024	31-dez-2025	31-dez-2024	31-dez-2025	31-dez-2024
Gastos com contratos Seguro / Réditos Contratos Seguro	77,02%	77,86%	78,76%	73,66%	30,49%	31,85%	165,14%	62,69%	83,45%	131,01%	81,09%	93,37%
Custos com sinistros/ Réditos Contratos Seguro	51,83%	51,40%	51,70%	45,11%	0,00%	0,00%	138,14%	37,15%	58,18%	104,61%	55,65%	66,74%
Gastos atribuíveis / Réditos Contratos Seguro	25,20%	26,45%	27,06%	28,55%	30,49%	31,85%	27,00%	25,54%	25,27%	26,40%	25,44%	26,63%

NOTA 43 GESTÃO DE CAPITAL

A Mútua privilegia a manutenção de rácios de solvabilidade sólidos, sendo os principais indicadores de uma situação financeira estável. A Mútua gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento da Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Mútua dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2025. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2025 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado nos termos do normativo aplicável.

NOTA 44 COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

As garantias concedidas pela Mútua apresentam-se como segue

(valores em euros)

31-dez-2025		
Garantia bancária	Beneficiário	Montante
Millennium BCP	Petrogal	6 210
BBVA	Tribunal Trabalho Matosinhos	44 892

NOTA 45 PARTES RELACIONADAS

A Mútua apresenta uma entidade subsidiária, a Ponto Seguro – Mediação de Seguros, SA.

Em 31 de dezembro de 2025, a Mútua apresentava os seguintes valores relativos a operações com a Ponto Seguro:

- Passivo de 25.356 euros, relativo a comissões de recibos emitidos, mas ainda não cobrados;
- Passivo de 25.173 euros relativo a comissões a pagar de recibos cobrados em dezembro de 2025;

Durante o exercício de 2025, os encargos com as comissões de mediação da Ponto Seguro ascenderam a 284.481 euros (279.928 euros em 2024).

As remunerações do pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2025, o montante anual da remuneração auferida por cada membro do Conselho de Administração, demais pessoas que dirigem efetivamente a empresa e por cada membro do órgão de fiscalização, nos termos do n.º 4 do art.º 91.º da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril:

Conselho de Administração 206.263 euros	João Paulo Quinzico Delgado	43 572
	Álvaro José Rocha Bota Guia	17 184
	Arsénio Marques Caetano	16 434
	Jerónimo Gomes Viana	16 434
	Joaquim Manuel Simplício Anacleto	33 950
	Renato José Rigueira Rodrigues*	2 250
	Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim	16 434
	Sara Maria Paeta da Costa Domingues**	60 005
Comité de Gestão 246.042 euros	Ana Teresa Vicente Custódio de Sá***	76 194
	Sara Maria Paeta da Costa Domingues*	16 367
	Carlos Alberto Sousa Garcês	71 935
	Carlos Alberto Fernandes Moreira	49 203
	Sandra Isabel Pinto Louro**	32 342
Conselho Fiscal 7.812 euros	Mª Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda	2 328
	Isabel Graça Tavares Hora Custodinho**	1 440
	Jorge Serafim Silva Abrantes**	1 152
	Ana Cristina Trigueiros Rosa	1 590
	Pedro Jorge Ferreira de Moura	1 302

* até março 2025

** após abril 2025

*** até outubro 2025

NOTA 46 EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Nos termos da IAS 10 – Eventos após o período de relato, a Mútua dos Pescadores analisou os acontecimentos ocorridos entre 31 de dezembro de 2025 e a data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras.

Em janeiro de 2026, a tempestade “Kristin” afetou o território português, originando danos materiais relevantes. Tratando-se de um evento decorrente de condições surgidas após a data do balanço, o mesmo constitui um evento subsequente que não dá origem a ajustamentos, não tendo sido reconhecido qualquer impacto nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos da IFRS 17 – Contratos de Seguro, quaisquer responsabilidades por sinistros associados a este evento serão reconhecidas no exercício de 2026, incluindo os efeitos em contratos de resseguro detidos.

À data da apresentação destas demonstrações financeiras, encontram-se em curso os seguintes processos de participação relacionados com o evento:

(valores em euros)

Ramo / Modalidade	Nº de sinistros participados	Indemnizações pagas	Provisões constituídas (não pagas)
Incêndio e Outros Danos	49	43 317	139 631
Habitação	42	39 312	122 331
Comércio e Indústria (Danos Materiais)	7	4 005	17 300
Marítimo	9	241	59 450
Total	58	43 557	199 081

A Administração encontra-se a monitorizar a evolução da situação, incluindo os efeitos ao nível da liquidez, posição de capital e cobertura de resseguro.

A Administração concluiu que o referido acontecimento não coloca em causa o pressuposto da continuidade das operações.

NOTA 47 OUTROS ASSUNTOS

O Revisor Oficial de Contas, para além do serviço de Revisão Legal de Contas, prestou os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentação em vigor:

- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos Termos da alínea do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; e
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre outros assuntos identificados no âmbito do trabalho efetuado nos termos das alíneas a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Relatório Sobre a Avaliação das Políticas de Remunerações (n.º 5 do artigo 118.º da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril);
- Relatório Sobre a Avaliação da eficácia em matéria de Conduta de Mercado (n.º 5 do artigo 22.º da Norma Regulamentar n.º 7/2022-R, de 07 de junho);
- Relatório relativo aos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude nos seguros (n.º 3 do artigo 36.º da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 31 de maio);
- Os honorários da Oliveira, Reis e Associados, SROC, relativos ao exercício de 2025 ascenderam a 51.999,82 euros (a acrescer IVA), dos quais 42.499,82 euros relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas e 9.500 euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

O Contabilista Certificado n.º 31942

António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado (Presidente)

Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente)

Arsénio Marques Caetano

Jerónimo Gomes Viana

Joaquim Manuel Simplicio Anacleto

Sara Maria Paeta da Costa Domingues

Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço*	
						unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em associadas							
PONTO SEGURO, LDA					689 604		4 412 600
sub-total	-				689 604		4 412 600
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
BCP - Nom.e Port.Reg.	34 768	-		4,26	148 279	0,90	31 117
PHAROL	5 247	0,03		8,17	42 880	0,06	331
Mota - Engil, SGPS	8 716	1,00		2,88	25 065	4,92	42 918
REN - Redes E. Nacionais, SGPS	16 650	1,00		3,01	50 047	3,22	53 530
Intersismet, SA	14 812	5,00		7,09	105 009	0,00	-
C.Portuguesa Cobre-SGPS	687	4,99		6,13	4 210	0,00	-
GeoFinança - Port.	465	4,99		60,78	28 261	0,00	-
Gregório & Companhia	500	4,99		14,96	7 482	0,00	-
sub-total	81 845				411 232		127 895
2.1.1.2 - Unidades de participação em fundos de investimento							
Millennium Ações Portugal	11 932			10,47	124 872	26,02	310 455
Fundimo	5 761			6,42	36 959	8,82	50 783
sub-total	17 693				161 831		361 238
2.1.1.3 - Outros							
Fundo Compensação de trabalho							13 143
sub-total	-				-		13 143
sub-total	99 538				573 063		502 276
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
Consolidado-1942		10 151	86,00%		10 151		8 780
Consolidado-1943		11 497	75,00%		11 497		8 638
Consolidado Cent.-1940		15 014	95,10%		15 014		14 578
PTGV 3,375% 15/06/2040		100 000	97,56%		98 817		99 761
O.T.-Abril-4,10%-15/04/2037		650 000	107,54%		672 541		718 067
PTGV 3% 15/06/2035		300 000	98,86%		298 262		301 512
O.T.-Fevereiro-4,10%-15/02/2045		400 000	104,73%		432 052		433 298
O.T.-Fevereiro-3,875%-15/02/2030		550 000	105,79%		556 342		600 530
PTGV 2,875% 20/10/2034		200 000	98,58%		199 092		198 310
O.T.-Julho-2,875%-21/07/2026		650 000	100,42%		649 064		661 178
O.T.-Abril-4,125%-14/04/2027		300 000	102,55%		304 935		316 533
O.T.-Abril-2,250%-18/04/2034		650 000	94,59%		634 455		625 183
PTGV 1,65 16/07/2032		200 000	93,29%		195 186		196 714
PGB 1,95% 15/06/2029		200 000	98,97%		196 626		198 763
sub-total					4 274 032		4 381 843
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
RAMad - 1.141% - 04/12/2034		100 000	79,72%		96 474		79 808
sub-total					96 474		79 808
2.1.2.3 - De outros emissores							
JMELL 4,75% 11/12/2029		200 000	104,01%		200 251		208 548
ALSS CELBI TVr 28/05/2028		100 000	98,13%		100 252		98 557
BRISA 2,375% 10/05/2027		100 000	100,02%		99 935		101 556
CCCAM 8,375% 04/07/2027		100 000	102,75%		100 508		106 903
GALP 2% 15/01/2026		200 000	99,97%		199 982		203 787
FLOEPT 4,875% 03/07/2028		200 000	103,88%		199 871		212 622
GVOLT 2.625 10/11/2028		200 000	97,50%		199 383		196 156
MOTA 4.25 02/12/2026		127 500	100,11%		128 182		128 077
METLIS 4.061% 04/12/2026		200 000	101,34%		203 555		203 303
NOVBNC 3 22/01/2031		200 000	100,38%		198 913		207 122
REN 3,5% 27/02/2032		200 000	101,18%		201 703		208 267
Emasa-S.A-88		9 976	0,00%		9 976		-
Emasa-S.B-88		9 976	0,00%		9 976		-
Emasa-S.C-88		9 976	0,00%		9 976		-
Emasa-S.D-88		9 976	0,00%		9 976		-
Emasa-S.E-88		9 976	0,00%		9 976		-
Bráz & Bráz-88/97		49 881	0,00%		49 811		-
sub-total					1 932 225		1 874 895
sub-total					6 302 731		6 336 545
sub-total	99 538				6 875 794		6 838 822
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
E.ON - SE	785			25,81	20 260	16,09	12 631
UNIPER - SE	3			0,00	0	32,15	96
TELEFONICA	4 340			12,30	53 396	3,49	15 160
BOUYGUES	1 525			32,86	50 104	44,34	67 619
ORANGE	2 500			20,22	50 546	14,2	35 500
ENI, STK	1 726			14,52	25 065	16,14	27 858
sub-total	10 879				199 372		158 863
2.2.1.2 - Títulos de participação							
sub-total	-				-		-
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LYXOR ETF CAC 40	1 755			42,74	75 001	80	140 400
LYXOR EASTERN EUROPE ETF	2 640			22,78	60 142	36,735	96 980
sub-total	4 395				135 143		237 380
sub-total	15 274				334 515		396 243
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
ATGV 4,15% 15/03/2037		100 000	108,25%		109 701		111 570
ATGV 2,4% 23052034		300 000	95,51%		292 261		290 929
ATGV 2,9% 23/05/2029		100 000	101,74%		101 554		103 512
ATGV 3,15% 20102053		100 000	88,46%		90 018		89 090
BGB - 3,00% - 22/06/2034		200 000	98,59%		317 156		300 554
BGB - 1,00% - 22/06/2031		650 000	90,90%		829 278		777 168
BGB - 1,25% - 22/04/2033		250 000	88,61%		250 890		223 700
BEGV 3% 22/06/2034		200 000	99,53%		194 780		202 233
DEGV 2,4% 19/10/2028		200 000	100,51%		199 233		201 993
DEGV 2,6% 15/08/2035		200 000	97,86%		201 336		198 299
DEGV 2,5% 15/02/2035		300 000	97,56%		299 732		299 993
SPGB - 1,95% - 30/07/2030		700 000	97,32%		1 046 050		1 030 611
SPGB - 1,30% - 31/10/2026		300 000	99,38%		450 497		448 204
SPGB - 1,50% - 30/04/2027		450 000	99,22%		450 816		451 039
SPGB - 4,20% - 31/01/2037		300 000	107,20%		345 813		333 199
SPGB - 1,40% - 30/04/2028		300 000	98,20%		299 378		297 431
SPGB - 2,70% - 31/10/2048		300 000	81,62%		368 958		246 236
SPGB - 1,85% - 30/07/2035		300 000	88,62%		304 245		268 217
ESGV - 1,00% 30/07/2042		200 000	66,19%		198 770		133 229
SPGB 2,55% 31/10/2032		200 000	97,74%		195 961		196 346
SPGB 3,15% 30/04/2033		500 000	101,04%		486 242		515 815
SPGB 3,45% 31/10/2034		200 000	102,02%		207 384		205 212
EU 2.75% 04/02/2033		300 000	99,19%		299 847		305 052
EU 3% 04/12/2034		200 000	99,33%		195 960		199 120
EU 3,375 05/10/2054		200 000	88,49%		178 411		178 607
EU 3,375% 04/10/2039		200 000	97,96%		197 155		197 566
EU 3,375% 12/12/2035		200 000	101,37%		204 426		203 110
EU 4% 22/10/2055		200 000	98,51%		200 627		199 365

Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço*	
						unitário	Total
FIGV 3% 15/09/2033		100 000	100,21%		101 377		101 098
FRGV 4,75% 25/04/2035		100 000	110,00%		112 406		113 266
FRTR - 2,500% - 25/05/2030		450 000	99,16%		459 555		453 032
FRTR - 1,250% - 25/05/2036		500 000	79,61%		649 162		522 385
FRTR - 0,250% - 25/11/2026		150 000	98,37%		149 934		147 593
FRTR - 2,000% - 25/05/2048		200 000	67,49%		206 991		137 402
FRTR - 1,250% - 25/05/2034		300 000	84,65%		301 005		256 221
FRTR - 2,50% 24/09/2026		350 000	100,27%		348 778		353 318
FRGV 3% 25/05/2033		200 000	98,59%		195 942		200 813
FRGV 2,75% 25/02/2029		300 000	100,74%		298 258		309 227
IEGV 2,6% 18/10/2034		200 000	96,87%		197 748		194 808
BTPS - 5,00% - 01/09/2040		100 000	112,66%		121 707		114 345
BTPS - 4,75% - 01/09/2044		100 000	109,07%		121 826		110 671
BTPS - 1,65% - 01/03/2032		450 000	92,46%		441 294		418 572
BTPS - 1,60% - 01/06/2026		450 000	99,82%		449 581		449 803
BTPS - 2,25% - 01/09/2036		650 000	88,58%		644 251		580 699
BTPS - 2,45% - 01/09/2033		300 000	95,02%		295 471		287 537
BTPS - 2,20% - 01/06/2027		200 000	100,16%		199 533		200 695
BTPS - 2,05% - 01/08/2027		200 000	99,86%		200 863		201 425
BTPS - 2,00% - 01/02/2028		200 000	99,51%		197 436		200 683
BTPS - 3,100% - 01/03/2040		500 000	92,01%		588 302		465 274
BTPS - 1,45% - 01/03/2036		250 000	82,44%		249 692		207 322
ITGV 1,500% 30/04/2045		300 000	65,74%		302 935		197 999
ITGV 4% 30/04/2035		200 000	105,00%		197 990		211 385
ITGV 4,5% 01/10/2053		200 000	102,61%		209 565		207 484
BTPS 4% 30/10/2031		200 000	105,74%		196 408		212 865
NLGV 4% 15/01/2037		100 000	108,34%		110 644		112 187
SVN 3,125% 02/07/2035		100 000	98,72%		100 162		100 287
SVK 3,75% 23/02/2035		100 000	101,70%		102 677		104 905
CHILE - 1,440% - 01/02/2029		100 000	95,77%		100 073		97 088
CHILE 1,25% 29/01/2040		200 000	70,55%		193 078		143 408
PLGB 2,75% 25/05/2032		200 000	97,45%		192 168		198 230
CROATI 2,875% 22/04/2032		200 000	99,17%		200 584		202 341
LTU 3,5% 13/02/2034		100 000	100,26%		101 443		103 348
ROMENIA 5,25% 10/03/2030		100 000	104,44%		100 571		109 115
sub-total					17 155 887		16 234 226
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
MADRD 3,596% 30/04/2033		200 000	103,25%		202 981		211 347
EUSKA 3,5% 30/04/2033		100 000	102,97%		103 245		105 329
ANDAL 3,3% 30/04/2035		100 000	99,11%		100 335		101 759
EIB 2,875% 15/01/2035		200 000	98,53%		201 544		202 589
SNCFE 2,25% 20/12/2047		100 000	68,09%		70 917		68 164
sub-total					679 023		689 189
2.2.2.3. - De outros emissores							
FLUVIU 3 1/2 03/12/35 NOVO		100 000	97,60%		99 172		100 429
CCBGBB 3,875% 12/06/2028		200 000	102,70%		201 687		209 710
AMPRION 3,45% 22/09/2027		100 000	101,20%		101 661		102 155
ADIFAL 1,25% 04/05/2026		200 000	99,66%		199 126		200 978
CAIXA 0,875% 28/10/2027		100 000	96,89%		97 040		97 046
METTEN 1,229% 30/07/2036		200 000	77,06%		159 617		155 164
BKT 0,625% 06/10/2027		200 000	96,59%		186 249		193 478
MAPFRE - 1,625% - 19/05/2026		100 000	99,71%		100 154		100 721
UCAJLN 3,5% 12/09/2029		100 000	101,29%		100 512		102 354
ENGIE 2,375% 19/05/2026		100 000	100,00%		99 490		101 477
EDF - 1,00% - 13/10/2026		200 000	98,99%		199 673		198 418
EDF - 1,8750% - 13/10/2036		100 000	80,68%		108 070		81 091
GFCFP 2 06/30/32		200 000	91,51%		185 994		185 047
DGFP - 1,375% - 27/06/2028		100 000	97,18%		100 024		97 888
RENA 1,750% - 10/04/2026		100 000	99,80%		100 051		101 075
RENA 1,125% 04/10/2027		100 000	97,04%		98 330		97 314
CAFDC 4% 21/11/2029		100 000	103,27%		99 845		103 719
CMARK 4,25 01/12/2032		100 000	103,87%		102 441		104 231
BNP 4,25% 13/04/2031		200 000	103,75%		202 140		213 625
EDF 3,75% 05/06/2027		200 000	101,66%		202 423		207 635
CAGR 3,5% 26/06/2034		100 000	97,78%		96 296		98 710
CAGR 3,125 26/02/2035		100 000	98,75%		100 413		101 396
AIRP 3,5% 21/03/2035		100 000	99,87%		101 860		102 612
CRDI 4% 05/03/2034		100 000	102,22%		102 678		105 530
PORTEL - 4,375 - 24/03/2017		150 000	0,00%		148 740		-
LEH - Float -20/07/2012		350 000	0,00%		350 071		-
BHP - 3,250% - 24/09/2027		100 000	101,09%		100 384		101 980
TELEFONICA - 2,932% - 17/10/2029		100 000	100,05%		102 058		100 661
REPSOL - 2,25% - 10/12/2026		200 000	99,88%		199 863		200 031
ZAINL - 1,875% - 27/07/2027		200 000	98,95%		200 507		200 458
ENI - 1,125% - 19/09/2028		100 000	95,96%		99 787		96 281
TEF 2,318% 17/10/2028		100 000	98,93%		97 057		99 413
ALTIM - 1,875% - 13/07/2027		200 000	98,39%		199 062		198 547
TITIM - 2,375% - 12/10/2027		250 000	99,95%		249 588		251 193
IBESM - 1,621% - 29/11/2029		200 000	95,72%		199 263		191 733
ACSSCE - 1,875% - 20/04/2026		200 000	99,97%		199 977		202 570
PEMEX - 4,750% - 26/02/2029		100 000	100,45%		101 851		104 471
BAYNGR - 2,125% - 15/12/2029		100 000	96,56%		101 142		96 659
INGA 2,5% 15/11/2030		200 000	97,32%		195 415		195 284
BMWG 1,5% 06/02/2029		200 000	96,47%		189 506		195 644
BBVA 1% 21/06/2026		200 000	99,39%		197 353		199 843
ENIM - 1,00% - 11/10/2034		100 000	80,35%		99 784		80 575
DUFN - 2,00% - 15/02/2027		100 000	98,88%		100 036		99 636
CLNX - 1,000 20/04/2027		100 000	98,08%		99 824		98 781
MUINC - 0,750% 12/02/2028		200 000	95,60%		196 291		192 527
VOWG 0,875% - 22/09/2028		200 000	94,71%		199 727		189 904
REN Finance BV 0,5% 16/04/2029		100 000	92,38%		92 968		92 736
CELFC 1,5% 08/06/2028		100 000	97,02%		99 651		97 871
TENNT 2,125% 17/11/2029		200 000	98,00%		198 757		196 524
AEMSPA 2,5% 15/06/2026		200 000	99,95%		198 554		202 640
ATL 4,125% 07/08/2029		100 000	103,26%		99 493		104 933
SWEDA 4,375% 05/09/2030		200 000	105,40%		201 109		213 629
WATER 3,75% 23/05/2034		100 000	99,29%		100 056		101 581
SGOB 3,625% 08/04/2034		100 000	99,92%		101 214		102 582
REDE 3,375 09/07/2032		100 000	99,53%		100 992		101 157
HRA 3,25% 15/07/2031		100 000	99,85%		100 808		101 364
DHL 3% 24/03/2030		100 000	100,59%		100 709		102 916
IBESM 3,5% 16/05/2035		100 000	99,37%		100 983		101 575
SGR 3,25 01/07/2032		100 000	98,70%		99 916		100 338
FERRO 3,375 24/06/2032		100 000	99,58%		100 942		101 346
TRN 3% 22/07/2031		100 000	98,70%		99 792		100 040
sub-total					8 568 176		8 079 226
sub-total					26 403 086		25 002 640
sub-total					26 737 601		25 398 884
total					33 613 395		32 237 705
3 - TOTAL GERAL					34 302 999		36 650 305

*Inclui o valor dos juros decorridos.

O Contabilista Certificado n.º 31942
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano, Jerónimo Gomes Viana, Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, Sara Maria Paeta da Costa Domingues, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos cooperadores da

MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L.,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, CRL. preparadas pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício de 2025.

2. O impacto humanitário e geopolítico causado pelos múltiplos conflitos armados que persistem em continuar, guerra na Ucrânia, no Médio Oriente, África, Ásia, traduz-se nas imensas mortes, feridos, destruição de infraestruturas, deslocação de populações, instabilidade dos mercados financeiros e da economia dos estados, no efeito da inflação e do investimento. Projeções do BdP apontaram para, 2025, um crescimento da economia de 2%, inflação 2%, contexto este onde a Mútua desenvolve a sua atividade e também já condicionada pelo comportamento dos principais setores, pesca e atividades ligadas à economia do mar, caso da quebra do número de profissionais da pesca, decréscimo de 2%, em 2025, das descargas de pescado compensado pelo aumento do preço médio em 4,6% prevendo-se aumento das receitas no setor. Sinistralidade elevada com registo de mortos e perdas totais de embarcações de pesca.

No plano interno da Mútua ocorreram alguns factos importantes: 1 - eleições para os órgãos sociais, mandato de 2025-2028, ato que decorreu dentro da normalidade, em conformidade com os estatutos, mobilização e participação significativa, legitimando a lista que se propunha dar continuidade ao projeto solidário e humanista; 2 - mudanças significativas na estrutura organizacional da empresa, nomeação de nova Diretora Financeira e de Resseguro, novo responsável pela Função Chave Atuarial e reforço da área de Gestão de Riscos surgem com a eleição da antiga Diretora Financeira e de Resseguro para o Conselho de Administração, nomeação do Diretor da nova Direção de Serviços de Tecnologias e Informação, contratação de novo Diretor Geral em consequência da saída da anterior, para assumir funções noutra instituição.

3. O Conselho Fiscal, no desempenho das suas funções estatutárias e legalmente atribuídas acompanhou, presencialmente, durante o exercício, a atividade e gestão da empresa em todas as matérias do seu âmbito de competências nas reuniões com o Diretor da Contabilidade, Diretora Financeira e de Resseguro, Conselho Nacional, Comissão de Avaliação da Adequação, com responsáveis técnicos das áreas financeiras, contabilidade, com os Revisores Oficiais de Contas, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados. Examinámos registos e documentos de suporte, analisámos o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira (Balanço), a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Variações no Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Fluxos de Caixa, as Notas às Demonstrações Financeiras, apreciamos e tomámos em consideração a Certificação Legal das Contas emitida pelos auditores externos, sem reservas e sem enfases, tendo obtido, sempre, todos os esclarecimentos considerados necessários para a elaboração do parecer e tanto quanto é do nosso conhecimento consideramos terem sido, as Demonstrações Financeiras, elaboradas em conformidade com as normas legais e contabilísticas vigentes e refletem a atividade e situação financeira da empresa.

4. Desempenho económico e financeiro, em 2025, com destaque para:

- Prémios Brutos Emitidos (PBE), 13 322 561€, acréscimo de 6,42% em relação a 2024;
- Ativo Líquido de 59 389 294€, em que a carteira de investimentos representa 80,9% do ativo líquido;
- Passivo de 37 865 424€, em que as responsabilidades, Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida, representam 66,6% do Passivo;
- Capital Próprio de 21 523 870€, aumento de 11,6% em relação ao ano anterior;
- Resultado líquido do exercício de 1 650 446€;
- Taxa de Cobertura dos Passivos de Contratos de seguro 167% (2024 de 157%);

5. Parecer

Face ao que antecede e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2025, tal como foram apresentados pela Administração;
- b) aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração;

6. Os membros do Conselho Fiscal agradecem ao Conselho de Administração, responsáveis dos serviços e restantes trabalhadores, toda a colaboração, disponibilidade e os esclarecimentos contribuído para o desempenho e cumprimento dos deveres a que estamos obrigados. Enaltecemos, neste que é o último exercício da responsabilidade pela Revisão Legal de Contas e serviços adicionais da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., responsável Dra. Maria Balbina Boino Cravo, o trabalho desenvolvido, a disponibilidade, os esclarecimentos, a confiança, aspetos fundamentais para a segurança e responsabilidade na aprovação das contas. Reconhecemos que os indicadores apresentados avaliam o bom desempenho, dedicação, competência, honestidade e transparência de toda a estrutura Mútua, dirigentes, trabalhadores, colaboradores nos balcões, auditores externos e prestadores de serviços.

Lisboa, 23 de março de 2026

O CONSELHO FISCAL

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Presidente
 Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal
 Pedro Jorge Ferreira de Moura, Vogal



**OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.**

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANZO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO AMANTE RASQUILHA
MÓNICA SOFIA CUNHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 59.389.294 euros e um total de capital próprio de 21.523.870 euros, incluindo um resultado líquido de 1.650.446 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

1 de 8

Mensuração dos Ativos Financeiros (incluindo o reconhecimento das perdas por imparidade) (Divulgações relacionadas com Ativos Financeiros nas notas 2.4.2, 7, 8, 9, 19, 32, 33, 34, 35, 36, 40 e 41 das notas anexas às demonstrações financeiras).	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>As demonstrações financeiras da Entidade, em 31 de dezembro de 2025, incluem no seu balanço instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros, no montante de 34.757.220 euros (31.134.765 euros em 31 de dezembro de 2024).</p> <p>Estes ativos representam cerca de 59% do ativo em 31 de dezembro de 2025 (cerca de 56% do ativo em 31 de dezembro de 2024) e incluem a rubrica mais significativa da Entidade (Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Reservas).</p> <p>A mensuração dos ativos financeiros (incluindo a determinação das perdas por imparidade) encontra-se ao justo valor, de acordo com as políticas contabilísticas detalhadas na nota 2.4.2 das notas anexas às demonstrações financeiras.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para auditoria, teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado à determinação da respetiva valorização, incluindo perdas por imparidade dos ativos financeiros.</p>	<p>Os procedimentos efetuados para validar os ativos financeiros disponíveis para venda incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Entidade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes; • Análise da movimentação do período, e reconciliação dos mapas técnicos com os registos contabilísticos; • Teste à valorização da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir a razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade; • Teste ao modelo de perdas esperadas, incluindo análise de sensibilidade a pressupostos significativos; • Aferição e avaliação quanto à exposição a títulos com origem a países onde existam conflitos em curso; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

Valorização dos Terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento (Divulgações relacionadas com Terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento apresentadas nas notas 2.4.4, 2.4.5, 10, 11, 19, 32, 33, 34, 35, 36 e 41 anexas às demonstrações financeiras).	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>A Entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2025, terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento, num montante de 4.145.568 euros e 5.673.674 euros, respetivamente (3.937.052 euros e 5.534.207 euros em 31 de dezembro de 2024).</p> <p>A Entidade utiliza avaliadores externos profissionalmente qualificados para valorizar os seus imóveis. Os imóveis são valorizados através do método comparativo de mercado, pelo método do custo de reposição e pelo método de rendimento.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos avaliadores externos.</p>	<p>Os procedimentos efetuados para validar a valorização dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento incluíram, entre outro, de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Entidade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes; Avaliação de metodologias de valorização de imóveis; Avaliação dos pressupostos significativos das avaliações dos imóveis; Avaliação da competência dos avaliadores externos; e Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

Valorização dos Passivos de Serviços Passados de Contratos de Seguro (Divulgações relacionadas com passivos de serviços passados de contratos de seguro apresentadas nas notas 2.4.1, 14, 20 e 42 anexas às demonstrações financeiras).	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Os passivos de serviços passados de contratos de seguros apresentam-se como a responsabilidade mais significativa da entidade, ascendendo a 23.542.880 euros em 31 de dezembro de 2025 (23.095.158 euros em 31 de dezembro de 2024).</p> <p>Os ativos de serviços passados de contratos de seguros apresentam uma menor expressão, contudo material, ascendendo a 5.645.938 euros em 31 de dezembro de 2025 (4.933.181 euros em 31 de dezembro de 2024).</p>	<p>Os procedimentos efetuados para validar a responsabilidade estimada dos Serviços Passados de Contratos de Seguro incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Entidade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes;

Valorização dos Passivos de Serviços Passados de Contratos de Seguro (Divulgações relacionadas com passivos de serviços passados de contratos de seguro apresentadas nas notas 2.4.1, 14, 20 e 42 anexas às demonstrações financeiras).	
<p>A valorização destes montantes envolve um julgamento significativo por parte do órgão de gestão, incluindo estimativas contabilísticas identificadas como tendo uma elevada incerteza de estimativa.</p> <p>As alterações nos pressupostos atuariais utilizados na determinação destes montantes podem conduzir a impactos materiais no cálculo dos passivos e ativos de serviços passados de contratos de seguros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Testes efetuados às fontes de informação da Entidade; • Análise das metodologias, e pressupostos utilizados para determinação das responsabilidades tendo por referência as especificidades dos produtos da Entidade, requisitos regulamentares e práticas do setor segurador; • Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como análise de rácios de sinistralidade e cobertura; • Identificação e avaliação de pressupostos utilizados pela Entidade nas análises atuariais; • Realização de um conjunto de testes de independentes e comparação dos resultados obtidos pela entidade; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com a Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de cooperadores realizada em 20 de março de 2016, para o exercício de 2016;



- Fomos reconduzidos em assembleia geral de cooperadores em 19 de março de 2017, para um segundo mandato, compreendido entre 2017 e 2020;
- Fomos reconduzidos em assembleia geral de cooperadores em 26 de março de 2021, para um terceiro mandato, compreendido entre 2021 e 2024;
- Fomos reconduzidos em assembleia geral de cooperadores em 20 de dezembro de 2024, para o exercício de 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade na mesma data do presente relatório.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento (EU) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestamos à Entidade os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
 - Relatório sobre a Avaliação das Políticas de Remunerações (n.º 5 do artigo 118.º da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril);
 - Relatório sobre a Avaliação da eficácia em matéria de Conduta de Mercado (n.º 5 do artigo 22.º da Norma Regulamentar n.º 7/2022-R, de 07 de junho);
 - Relatório relativo aos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude nos seguros (n.º 3 do artigo 36.º da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 31 de maio) e ao relatório sobre os



Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e à política antifraude nos termos do n.º 2 da circular da autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões n.º 1/2017.

Lisboa, 23 de março de 2026

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Maria Balbina Cravo, ROC n.º 1428,
Registado na CMVM sob o n.º 20161038

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2026-2028

1. Introdução

A elaboração do Plano de Atividades e o Orçamento para os próximos anos (2026-2028) é um exercício de elevada complexidade e de acrescida incerteza, face à volatilidade dos processos sociais, económicos e ambientais em desenvolvimento à escala global, sempre com impactos, de maior ou menor dimensão, na microescala.

As tensões que se tentam, aparentemente, aliviar em certas latitudes agravam-se substancialmente noutras, num interminável jogo de parada e resposta, na tentativa de reconfiguração das hegemonias globais, nas eternas disputas pelo poder económico, pela dianteira geopolítica e geoestratégica, num mundo em profunda mudança, onde a vida humana e o bem-estar das populações parecem importar pouco neste xadrez mundial.

Apesar desta conjuntura adversa, e segundo os dados, tanto do Banco de Portugal (BdP) como da própria OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), a economia portuguesa irá crescer cerca de 2,2% em 2026, dando lugar a uma certa travagem da mesma para o ano seguinte (2027), onde o crescimento situar-se-á na casa dos 1,7%. Estes níveis de crescimento revelam a grande exposição e vulnerabilidade da economia nacional aos choques externos recentes e em curso, como são os casos das pandemias, dos conflitos armados ou das recentes tarifas impostas pelos Estados Unidos da América que, em certos casos, exponenciam os custos das importações, designadamente de matérias-primas, e por outro reduzem o volume das exportações, com fortes impactos na nossa economia.

As mesmas organizações (BdP e OCDE), asseguram ainda que este crescimento que se antecipa para a economia portuguesa em 2026 assenta “na robustez do mercado de trabalho, na capacidade de adaptação e inovação das empresas e na orientação da atividade para os serviços.” Afirmam ainda que as “políticas monetária e orçamental também favorecem o crescimento da procura interna.” Este cenário regista-se num quadro em que a média salarial em Portugal é a décima mais baixa da União Europeia, no conjunto dos 27 países. A relativa estabilização da inflação também parece contribuir para estas projeções de crescimento.

É neste enquadramento que a Mútua dos Pescadores tenta antecipar o seu futuro. Naturalmente, o desempenho dos setores âncora que se desenvolvem no âmbito da chamada “Economia do Mar” será essencial para o reforço e consolidação de toda a estrutura. Os indicadores económicos do setor da pesca referentes aos primeiros 9 meses de 2025 parecem indicar um ano positivo. Os investimentos em curso, tanto na pesca como nas atividades marítimo turísticas, também parecem apontar caminhos de futuro com alguma ambição e esperança. No entanto, os constrangimentos e limitações que vão sendo colocados, designadamente ao setor da pesca, com a escassez de mão-de-obra e a dificuldade de acesso aos recursos, deixam sempre muitas preocupações, incertezas e indefinições quanto ao planeamento futuro.

2. Geral

O ano de 2025 ficou marcado, desde logo no plano interno, pelas eleições que definiram os órgãos sociais que assegurarão os destinos da Mútua dos Pescadores até ao final de 2028. A mobilização foi significativa, tal como a participação no ato eleitoral que confirmou a legitimidade dos órgãos eleitos para dar continuidade a este projeto profundamente solidário e amplamente humanista, tanto na forma como no conteúdo, tanto na filosofia que nos orienta, como na prática que nos concretiza.

Enquanto Cooperativa de utentes de seguros, a ambição é de reforçar e alargar os nossos serviços a mais pessoas, fazendo com que as mesmas se tornem cooperadoras e membros ativos da Cooperativa. Num contexto cada vez mais adverso à união de esforços- tendo em vista a transformação do mundo em algo melhor, mais justo e equilibrado, indo ao encontro dos valores e princípios que regem a Aliança Cooperativa internacional -, a Mútua dos Pescadores insiste que o caminho não pode passar pela atomização das pessoas e pela fragmentação dos processos sociais, mas pela reflexão coletiva, pela gestão democrática, pela integração e acolhimento das pessoas, pela fraternidade como forma de viver. Antagonizar o que é diferente é homogeneizar e normalizar um modelo de sociedade em que é impossível coabitar harmoniosamente. Só a Paz trará progresso e futuro à humanidade e são esses valores que insistimos em difundir e aprofundar.

Atenta ao ritmo alucinante dos dias, a Mútua dos Pescadores acompanha, com os devidos equilíbrios necessários à sua dimensão, objetivos e propósitos, as alterações nos diversos planos e as exigências colocadas a uma atividade cada vez mais regulada como é a atividade seguradora.

Sabemos a dimensão que temos, os valores que perseguimos, mas nunca perdemos de vista, sendo reconhecidos por isso, o cumprimento escrupuloso de todas as obrigações legais e regulamentares a que estamos sujeitos. Seja ao nível das tecnologias de informação, da digitalização e desmaterialização dos processos, seja na dimensão das normas contabilísticas, das transformações do mundo do Trabalho ou os impactos nos territórios decorrentes das ocorrências climáticas, estamos, como sempre estivemos, a par do ritmo das coisas, transformando por dentro para melhor servir todos aqueles que são tocados pela nossa organização.

Aprendendo sempre. Melhorando de forma constante. A Mútua dos Pescadores tenta reforçar-se para responder de forma mais célere e eficaz às suas obrigações – daí decorre a sua crescente credibilização e afirmação em cada comunidade. Com uma diversidade ímpar e com uma riqueza de contributos notável, é com as pessoas que constroem a Mútua dos Pescadores diariamente que queremos desenvolver e aprofundar este projeto a várias mãos. Sejam trabalhadores, dirigentes, cooperadores, tomadores de seguros, segurados, pessoas seguras, membros das comunidades onde intervimos há mais de oito décadas, todos são - independentemente do seu vínculo ou do nível de responsabilidade na organização -, imprescindíveis para continuarmos este valoroso e distintivo caminho de inalienável serviço público.

3. Área Comercial

Prosseguindo a plano estratégico da seguradora, a atividade comercial terá como elementos fundamentais a comercialização de produtos e o robustimento de coberturas, de forma a proteger os nossos segurados e utentes de seguros.

Manter e reforçar ações comerciais para continuar a reiterar a Mútua dos Pescadores, nas suas várias dimensões, como a seguradora do MAR, em atividades como a pesca, marítimo turística, animação turística, recreio, transporte de passageiros, transporte marítimo e na ciência náutica.

A nossa história, o nosso percurso de mais de oito décadas, evidencia uma importante lucidez no mercado segurador, que se demonstra no crescimento da cooperativa nas últimas décadas.

É necessário continuar a robustecer as várias dimensões do marketing.

3.1. Vetor I – Pesca

- 3.1.1. Prosseguir as ações de contacto com o sector da pesca nacional, com armadores e pescadores;
- 3.1.2. Reforçar a subscrição do seguro de Marítimo Casco, quer em danos próprios, responsabilidade civil e outros;
- 3.1.3. Aperfeiçoar a comunicação com os segurados, nomeadamente no esclarecimento sobre o cumprimento das suas responsabilidades legais;

3.2. Vetor II – Náutica de Recreio e Atividade Marítimo Turística

- 3.2.1. Alargar o volume de vendas, em capitais superiores, na responsabilidade civil dos operadores da atividade marítimo turística e desenvolver ações de comercialização do produto de Acidentes Trabalho, para estes operadores;
- 3.2.2. Continuar a encontrar soluções de proteção dos utentes de seguros e segurados;
- 3.2.3. Na náutica recreio, prosseguir e expandir as vendas e procurar introduzir e reforçar coberturas;

3.3. Vetor III – Comunidades Ribeirinhas

- 3.3.1. Persistir as abordagens nas variadíssimas comunidades ribeirinhas e desenvolver ações no âmbito desportivo e cultural;
- 3.3.2. Continuar a aproximação ao setor da aquacultura, construção e reparação naval e comercialização de embarcações;
- 3.3.3. Continuar a alargar e estabelecer os contactos e aprofundar o trabalho com as universidades, politécnicos e escolas náuticas;

3.4. Vetor IV – Setor Cooperativo e Social

- 3.4.1. Aprofundar a aproximação às diversas organizações que compõem o sector;
- 3.4.2. Ajustar as coberturas, designadamente no ramo de Acidentes Pessoais, de modo a adequar os contratos às necessidades das diversas instituições do setor da economia social.

4. Área Técnica

O ano de 2026 será de mudança de paradigma no Departamento Técnico, nomeadamente pela implementação global do sistema de gestão documental digital, melhorando os tempos de resposta aos cooperadores, clientes e restante organização.

A formação continua a ser uma prioridade, quer seja na melhoria das competências de todos os trabalhadores, quer seja na formação dada à organização sobre tarifas, produtos e regulação de sinistros.

O Departamento Técnico continuará a desenvolver produtos, que respondam às necessidades dos cooperadores e clientes.

Os critérios de subscrição manterão os atuais padrões. A gestão de sinistros manterá os critérios de resolução dos mesmos, com assertividade e humanismo.

Pretende-se consolidar o apoio à área comercial, bem como aos mediadores, na subscrição de produtos e na gestão de sinistros.

Será assegurado o cumprimento da legislação em vigor, de forma proativa, com o objetivo de transformar as imposições legais em vantagem competitiva.

4.1. Área de Sinistros e Subscrição

4.1.1. Contínua avaliação das tarifas dos produtos Mútua;

4.1.2. Avaliação dos produtos e conceção de novos produtos;

4.1.3. Estabilização da nova Gestão Documental;

4.1.4. Uniformização de manuais tarifários e guiões;

4.1.5. Implementação de novos produtos no EGIS;

4.1.6. Proposta de melhorias ao GIS, de acordo com as especificidades da cooperativa;

4.1.7. Promoção de ações de Formação para os trabalhadores do Departamento Técnico.

5. Área de Sistemas de Informação

A modernização tecnológica tem sido uma prioridade constante, refletindo o compromisso contínuo com a inovação e a excelência operacional. Nos últimos anos, foi realizado um esforço significativo para acelerar a introdução de soluções inovadoras em todas as áreas de atuação. Em 2026, a estratégia manter-se-á centrada na continuidade do crescimento tecnológico, abrangendo de forma integrada as vertentes de infraestrutura, hardware e software, garantindo que a organização mantém o foco nas melhores práticas de tecnologia da informação.

O próximo ano marcará a implementação plena da nova infraestrutura de dados, iniciada em 2024, com continuidade no ano de 2025, tanto na sede como nos balcões, consolidando uma base tecnológica moderna, robusta e preparada para suportar os desafios futuros.

Em paralelo, a evolução constante das tecnologias de informação exige a adoção de procedimentos rigorosos de segurança da informação e proteção dos sistemas. Pelo que se irá reforçar ainda mais a segurança, com medidas proativas para proteger dados e sistemas críticos, garantindo conformidade com as normas e regulamentação em vigor.

No âmbito da Gestão Documental, encontram-se atualmente em fase final de testes os novos workflows da área Técnica que servirão de alicerce à nova plataforma em implementação. Estes testes são determinantes para assegurar que os processos sejam mais eficientes, ágeis e integrados, contribuindo para a transformação digital da organização.

Outro ponto de destaque para 2026 será a implementação de novos Webservices destinados à automatização de processos de negócio, reforçando a integração entre sistemas e permitindo fluxos de trabalho mais ágeis, precisos e menos dependentes de intervenção manual. Esta iniciativa visa potenciar a eficiência operacional e apoiar a tomada de decisões de forma mais rápida e informada, consolidando a tecnologia como um verdadeiro vetor estratégico da organização.

Além disso, continuar-se-á a investir na formação interna, com especial enfoque na segurança da informação, promovendo uma cultura organizacional mais consciente e preparada para enfrentar os riscos tecnológicos. Este compromisso refor-

ça a visão de que a tecnologia, aliada à capacitação contínua, é um vetor estratégico para a sustentabilidade e crescimento da organização.

Principais Iniciativas para 2026:

- 5.1. Continuidade na modernização da infraestrutura de comunicações de dados no Edifício Mútua e Balcões;
- 5.2. Restruturação e segmentação do Networking no Datacenter (Switching/ Routing);
- 5.3. Implementação de redundância do Datacenter para assegurar a continuidade e resiliência operacional, em cumprimento do Plano de Continuidade de Negócio;
- 5.4. Continuidade da implementação completa da Gestão Documental (RWS);
- 5.5. Continuidade da digitalização de produtos EGIS;
- 5.6. Implementação de novos Webservices para automatização de processos de negócio;
- 5.7. Implementação do MyGIS, incluindo a Reconciliação Bancária para o Departamento de Contabilidade;
- 5.8. Fortalecimento da segurança da informação e compliance com RGPD, DORA e NIS2;
- 5.9. Formação contínua em competências digitais estratégicas, alinhada com as necessidades do negócio e inovação tecnológica.

6. Área Financeira e de Resseguro

6.1. Área Financeira e Contabilística

No próximo triénio e em particular no decurso de 2026 a Área Financeira e Contabilística irá:

- 6.1.1. Prosseguir com ajustamentos e melhoria dos sistemas técnicos, contabilísticos e financeiros para cumprir com todas as exigências financeiras e fiscais atendendo aos requisitos das normas em vigor;
- 6.1.2. Iniciar a preparação para adoção da nova norma - IFRS 18;
- 6.1.3. Continuar a integrar os riscos relacionados com a sustentabilidade nas políticas de investimento e de subscrição de forma contínua e estruturada;
- 6.1.4. Manter uma abordagem prudente na gestão dos investimentos financeiros com especial atenção aos riscos de mercado e risco de crédito, diversificando a carteira, acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes e promovendo investimentos sustentáveis;
- 6.1.5. Aperfeiçoar e desenvolver automatismos referentes a mapas contabilísticos de reporte de informação à ASF;
- 6.1.6. Implementação do novo software MyGIS, visando tirar mais proveito e automatismo da informação de gestão, do sistema informático AS 400;
- 6.1.7. Dar continuidade aos procedimentos de desmaterialização dos documentos, com vantagens significativas em termos de economia, eficiência, segurança, sustentabilidade e flexibilidade. Ao substituir o formato físico pelo digital, a Mútua dos Pescadores melhora os seus processos internos, reduz os custos e contribui para um ambiente mais sustentável;
- 6.1.8. Prosseguir com o processo de saneamento do ativo tangível e proceder à revisão da circular relativa à gestão de ativos. No que respeita aos equipamentos informáticos, implementar a articulação com o programa GIPI.
- 6.1.9. Aperfeiçoar a solução informática para a gestão e validação dos pagamentos, consolidando a automação de processos e o aumento da informação (autenticação, autorização, maior segurança e rastreamento de operações);
- 6.1.10. Continuar com as auditorias internas estabelecidas, de acordo com o plano anualmente traçado;
- 6.1.11. Analisar a revisão ao regime Solvência II e integrá-la nos processos e nas normas internas, bem como estudar o seu potencial impacto nos sistemas informáticos contabilísticos;

6.2. Área das Cobranças

- 6.2.1. Manter o acompanhamento dos vários canais de cobrança, reforçando os procedimentos de controlo já instituídos;

6.3. Área Administrativa

- 6.3.1. Continuar a assegurar o acompanhamento atempado dos processos de contencioso, com vista a maximizar a taxa de recuperação das dívidas em conta corrente;
- 6.3.2. Prosseguir na adequação dos procedimentos administrativos e na organização do arquivo digital;
- 6.3.3. Rever a política de gestão das farmácias de bordo, assegurando processos mais eficazes e sustentáveis na distribuição aos tomadores de seguro elegíveis;
- 6.3.4. Continuar a controlar o processo administrativo inerente à conduta de mercado;
- 6.3.5. Rever as políticas associadas à gestão de pessoal;

6.4. Área de Atuariado e Estatísticas

- 6.4.1. Prosseguir a consolidação dos procedimentos necessários às novas exigências de reporte relativas aos contratos de seguro e ao apuramento das respetivas responsabilidades, no âmbito da IFRS 17;
- 6.4.2. Reforçar a utilização e estabilização das novas ferramentas informáticas de índole atuarial e aprofundar o desenvolvimento da ferramenta Analytics como suporte à gestão;
- 6.4.3. Desenvolver e aprimorar os relatórios internos, em particular o Relatório da Função Atuarial, assegurando a sua articulação com a gestão corrente da empresa;
- 6.4.4. Dar continuidade à integração das matérias de sustentabilidade nas políticas relevantes, reforçando a identificação e gestão dos riscos associado;
- 6.4.5. Analisar a revisão ao regime Solvência II e integrá-la nos processos e nas normas internas, bem como estudar o seu potencial impacto nos sistemas informáticos atuariais e nos reportes futuros de Solvência II/ORSA;

6.5. Área de Gestão de Riscos e Sustentabilidade

- 6.5.1. Prosseguir o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos indicadores essenciais para a gestão de riscos nas vertentes financeira, técnica, comercial e de resseguro;
- 6.5.2. Integrar de forma sistemática os riscos de sustentabilidade, quer na ótica dos investimentos - com a definição de uma estratégia ativa - quer na ótica da atividade;
- 6.5.3. Utilizar a análise de cenários como instrumento de quantificação da exposição ao risco climático, contribuindo para uma visão prospetiva mais robusta;
- 6.5.4. Dar continuidade ao alinhamento das Políticas com as matérias de sustentabilidade, reforçando a capacidade de identificação, gestão e monitorização destes riscos;
- 6.5.5. Desenvolver o Plano de Sustentabilidade 2026-2030, estruturando objetivos, metas, indicadores e ações estratégicas que consolidem a integração da sustentabilidade na gestão global da Mútua dos Pescadores, em articulação com as áreas técnicas, operacionais e de suporte;
- 6.5.6. Prosseguir a evolução do Portal Interno em SharePoint, promovendo a sua utilização como plataforma central de comunicação, consulta documental e acompanhamento dos principais processos de gestão de riscos, sustentabilidade e atuariado;

6.6. Área de Resseguro

Acompanhar a Política de Resseguro, privilegiando a relação de longo prazo mantida com os resseguradores e fomentando a sua participação em todos os ramos, de forma equilibrada, de modo a acompanharem o negócio de uma forma global.

7. Área de Ação Cooperativa e Comunicação

Continuar a trabalhar para que os princípios e os valores cooperativos continuem a nortear toda a atividade da Mútua dos Pescadores em todas as suas dimensões, e reforçar a adesão de mais cooperadores. 2027 será o ano do 85.º aniversário da Mútua dos Pescadores, pelo que a atividade de 2026 irá refletir a preparação das comemorações.

7.1. Comunicação, Imagem e Publicidade

Priorizar ações que projetem a dimensão cooperativa da Mútua dos Pescadores e valorizem a sua proximidade, os seus princípios e valores, produtos e serviços, com os setores alvo da intervenção, privilegiando parceiros institucionais, cooperativas ou entidades locais e regionais.

- 7.1.1. Reforçar a aposta na revista “Marés”, a regularidade de publicação de conteúdos na página na Internet (www.mutua-pescadores.pt) e a presença nas redes sociais;
- 7.1.2. Acentuar a presença nos órgãos de comunicação social locais e regionais, e nas edições relacionadas com os vetores estratégicos;
- 7.1.3. Participar, apoiar e divulgar iniciativas culturais, feiras comerciais e outros eventos, promovidos pelas entidades e organizações com as quais a Mútua dos Pescadores tem relações institucionais;
- 7.1.4. Dar mais visibilidade a novos produtos e às melhorias efetuadas, em sintonia com a área comercial;
- 7.1.5. Continuar a desenvolver materiais promocionais, ofertas a trabalhadores, cooperadores e / ou parceiros;
- 7.1.6. Dinamizar ações concretas que projetem as comemorações do 85.º aniversário da cooperativa.

7.2. Formação

Priorizar as ações previstas no Plano de Formação anual, para trabalhadores, agentes de seguros e corretores ao serviço da Mútua dos Pescadores, dirigentes, cooperadores e comunidade em geral.

7.2.1. Continuar a organizar a formação (interna e externa) de acordo com as obrigações legais e regulamentares, enquanto seguradora e cooperativa;

7.2.2. Desenvolver formação técnica, interna e externa, para a qualificação dos novos membros dos órgãos sociais e trabalhadores;

7.2.3. Dar continuidade à dinamização da formação interna, nas áreas em que a Mútua dos Pescadores está acreditada pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, dando especial enfoque aos aspetos de natureza técnica, comercial e cooperativa;

7.2.4. Continuar a promover a frequência de ações de formação externas, com especial incidência na área de produtos de seguros e atividade seguradora em geral, das Normas de Relato Financeiro (IFRS entre outras), sistemas de informação, nomeadamente na área da cibersegurança e inteligência artificial, bem como das áreas da governação, sustentabilidade e conduta de mercado.

7.2.5. Dar continuidade às ações de sensibilização para os trabalhadores, face aos riscos laborais na pesca e familiarização com este universo, bem como das demais atividades marítimas em geral;

7.2.6. Continuar a desenvolver a formação e ações de sensibilização para a segurança marítima, para as comunidades da pesca e demais atividades marítimas;

7.2.7. Desenvolver as ações previstas no Plano de Formação, de acordo com o quinto princípio cooperativo – Educação, formação e informação – e os artigos 97.º do Código Cooperativo e 53.º dos Estatutos da Mútua dos Pescadores;

7.2.8. Continuar a desenvolver ações de formação/sensibilização com a comunidade escolar e outras, que promovam a valorização das atividades, património e comunidades marítimas e, em paralelo, sensibilizar para as questões ambientais, envolvendo jovens e profissionais do mar;

7.3. Projetos/Parcerias

Privilegiar o desenvolvimento de projetos educacionais e culturais que promovam a dignificação e valorização das profissões marítimas, e uma visão integrada da sustentabilidade.

7.3.1. Continuar a assegurar o desenvolvimento dos compromissos com as várias entidades nas áreas de intervenção da Mútua dos Pescadores, em particular no que respeita à área de segurança marítima e ao setor da pesca, nas suas múltiplas dimensões;

7.3.2. Potenciar a relação com as várias organizações e entidades com que a Mútua dos Pescadores tem protocolos, ou outras relações de intercooperação, em todos os territórios, aproveitando também as ligações com outras entidades desenvolvidas ao longo do tempo;

7.3.3. Continuar a acompanhar o trabalho das estruturas criadas na esteira do programa Mar2020, nomeadamente os Grupos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária Costeiros (DLBC), e de outros sistemas de financiamento nacionais ou internacionais, potenciando o apoio ao desenvolvimento de projetos/candidaturas dos profissionais do setor aos programas do Mar2030.

7.4. Sistema de Audição

7.4.1. Continuar a assegurar o cumprimento das disposições legais aplicáveis e regulamentos internos relacionados, da ética seguradora, da justiça social e dos valores e princípios cooperativos, numa estreita ligação ao Provedor do Utente, às Funções Chave de Auditoria Interna e Verificação do Cumprimento, em sintonia com as orientações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), sobre as matérias das reclamações, Conduta de Mercado e denúncias de fraude;

7.5. Ação Social

7.5.1. Garantir o acompanhamento regular dos sinistros que provoquem danos mais graves e/ou que impliquem apoio social;

7.5.2. Prestar o apoio social nas restantes situações que afetem cooperadores, utentes, e outros beneficiários da Mútua dos Pescadores, em situações de maior fragilidade social no âmbito de Acidentes de Trabalho;

7.6. Intervenção Cooperativa

Sensibilizar a comunidade, trabalhadores e dirigentes para a importância dos princípios e valores cooperativos nas várias dimensões da atividade da Mútua dos Pescadores.

7.6.1. Dinamizar ações com vista à captação de novos cooperadores, aumentando o número de cooperadores e estimulando a sua participação na vida da cooperativa;

7.6.2. Reforço de protocolos e parcerias;

7.6.3. Apoiar as representações da Mútua dos Pescadores nas mais diversas estruturas dos movimentos cooperativo e associativo, bem como do setor da pesca, das atividades náuticas e do setor segurador;

7.6.4. Dinamizar as comemorações do 85.º aniversário da cooperativa.

7.7. Coro Grupo Mútua

7.7.1. Potenciar dinâmicas com outras organizações e territórios, continuando a apoiar as ações do Coro do Grupo Mútua e outras iniciativas culturais que valorizam as comunidades.

ORÇAMENTO DE RENDIMENTOS E GANHOS

(valores em euros)

	Orçamento 2026	Orçamento 2027	Orçamento 2028
Rendimentos e Ganhos			
Réditos de Contratos de Seguro	13 540 187	14 081 795	14 645 066
Réditos de Constratos de Resseguro Cedido	2 540 647	2 927 716	2 932 569
Rendimentos da Comp. Finan. Contratos Seguro/Resseguro	74 510	74 510	74 510
Rendimentos de Investimentos	1 192 646	1 229 141	1 264 284
Ganhos em Investimentos	290 000	290 000	290 000
Outros Rendimentos	32 500	32 500	32 500
Total dos Rendimentos e Ganhos	17 670 491	18 635 662	19 238 929
Gastos e Perdas			
Gastos de Contratos de Seguro	10 745 293	11 473 393	12 057 588
Gastos de Constratos de Resseguro Cedido	3 554 370	3 688 239	3 827 166
Perdas da Comp. Financ. Contratos Seguro/Resseguro	349 101	349 101	349 101
Gastos Não Atribuíveis	1 629 430	1 640 287	1 673 905
Gastos de Investimentos diretos	65 100	66 000	66 000
Outros Gastos	80 000	80 000	80 000
Total dos Gastos e Perdas	16 423 294	17 297 021	18 053 760
Resultado antes de Impostos	1 247 196	1 338 641	1 185 170

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado (Presidente)

Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente)

Arsénio Marques Caetano

Jerónimo Gomes Viana

Joaquim Manuel Simplício Anacleto

Sara Maria Paeta da Costa Domingues

Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Associados da

MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L.,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento plurianual 2026-2028 da MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de seguros, C.R.L.

2. O Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2026 – 2028, elaborado de acordo com as normas internacionais de contabilidade, espelham as perspetivas para três anos com base em dados históricos, projeções económicas, estabelecimento de objetivos prudentes e viáveis para os recursos existentes, os sinais económicos e financeiros internos e externos, o comportamento do setor da Pesca, atividade onde a Mútua exerce, maioritariamente, a sua atividade seguradora.

O Orçamento apresentado, quantifica as estratégias, ações, objetivos e projetos definidos no Plano de atividades, prevenido, Rendimentos e Ganhos, em 2026, de 17 670 491€, em 2027, 18 635 662€ e em 2028, 19 238 929€; Gastos e Perdas, em 2026, 16 423 294€, em 2027, 17 297 021€ e em 2028, 18 053 760€; Resultados antes de impostos, em 2026, 1 247 196€, em 2027, 1 338 641€ e em 2028, 1 185 170€, resultados que pressupõem: atingir os objetivos da produção, Prémios Brutos Emitidos, em 2026, de 13 601 665€, em 2027, 14 145 732€ e em 2028, 14 711 561€; comportamento da sinistralidade dentro dos níveis previstos; um agravamento de custo nos tratados XL de resseguro; controlo das Despesas Gerais; estabilização da taxa de inflação para níveis na ordem dos 2% a partir de 2026; estabilidade nos mercados financeiros.

Os membros do Conselho Fiscal procederam à análise dos documentos, obtiveram, dos técnicos da Direção Financeira, Contabilidade e do Conselho de Administração, os esclarecimentos e as informações consideradas necessárias e parecer dos auditores externos, para a elaboração do relatório e parecer do Conselho Fiscal reconhecendo que os pressupostos utilizados na elaboração do orçamento 2026-2028 se afiguram adequados e prudentes.

3. Parecer

Face ao que antecede, apreciados os documentos, os membros do Conselho Fiscal são de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Plano de Atividades e Orçamento para 2026-2028;

4. Os membros do Conselho Fiscal desejam agradecer ao Conselho de Administração, à Direção Financeira e de Resseguro, à Direção da Contabilidade e Recursos Humanos e aos trabalhadores da Mútua os esclarecimentos e a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 13 de dezembro de 2025

O CONSELHO FISCAL

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Presidente

Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal

Pedro Jorge Ferreira de Moura, Vogal



Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.

Sede: Avenida Santos Dumont, Edifício Mútua n.º 57, 6.º, 7.º, 8.º - 1050-202 Lisboa

T + 351 21 393 63 00 | geral@mutuapescadores.pt

www.mutuapescadores.pt

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 16.616

Registada na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o n.º 1020, no Ramo Não Vida

NIPC 500 726 477 – Capital variável, mínimo 6 Milhões Euros